

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL GENERAL

2006/2007



TII

DOCUMENTO DE TRABALHO

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOUTRINA OFICIAL DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS.

A RELEVÂNCIA DA AGÊNCIA EUROPEIA DE DEFESA, ENQUANTO INSTRUMENTO DA PESD, NA INDÚSTRIA DE DEFESA DA UE E NACIONAL

JOSÉ DAVID MOURA MARQUES
COR ENGEL



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**A RELEVÂNCIA DA AGÊNCIA EUROPEIA DE DEFESA,
ENQUANTO INSTRUMENTO DA PESD,
NA INDÚSTRIA DE DEFESA DA UE E NACIONAL**

COR. ENGEL JOSÉ DAVID MOURA MARQUES

Trabalho de Investigação Individual do Curso de Promoção a Oficial General

Lisboa, 2007



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**A RELEVÂNCIA DA AGÊNCIA EUROPEIA DE DEFESA,
ENQUANTO INSTRUMENTO DA PESD,
NA INDÚSTRIA DE DEFESA DA UE E NACIONAL**

COR. ENGEL JOSÉ DAVID MOURA MARQUES

Trabalho de Investigação Individual do Curso de Promoção a Oficial General

Orientador: MAJGEN António Agostinho

Lisboa, 2007



ÍNDICE

RESUMO	i
ABSTRACT	ii
PALAVRAS - CHAVE	iii
LISTA DE ABREVIATURAS.....	iv
1. INTRODUÇÃO.....	1
2. A TRAJECTÓRIA DA EUROPA ATÉ À AGÊNCIA EUROPEIA DE DEFESA	4
a. De Maastricht a Nice	4
(1) O Tratado de Maastricht – a UE e a PESC	4
(2) A Declaração de Petersberg.....	4
(3) O Conselho Europeu de Colónia. A criação da PESD	5
(4) O Conselho Europeu de Helsínquia. O Headline Goal 2003	5
(5) O Tratado de Nice.....	6
b. Pós 11 Setembro 2001	6
(1) Declaração de Laeken.....	6
(2) Documento Solana	6
(3) Cimeiras de Le Touquet e de Londres. O Conceito de “ <i>Battlegroup</i> ”.	7
(4) O Headline Goal 2010	7
c. A PESD e a Agência Europeia de Defesa no Tratado de Constituição Europeia	8
d. Síntese	9
3. A EDA, OS NOVOS DESAFIOS E A INTEGRAÇÃO DA DEFESA EUROPEIA	10
a. A Agência Europeia de Defesa – EDA.....	10
(1) Missão e enquadramento	10
(2) Organização e actividades para 2007	10
b. O Plano De Desenvolvimento de Capacidades da EDA	12
c. A “Visão a Longo Prazo para a PESD” da EDA	12
d. A Integração da Defesa Europeia	13
(1) Uma necessidade	13
(2) Estratégias para a integração	14
e. Síntese	15
4. A EDA E O MERCADO EUROPEU DE EQUIPAMENTOS DE DEFESA	15
a. O Mercado Europeu de Equipamentos de Defesa – EDEM	15
b. Os Contratos Públicos no Sector da Defesa - O Livro Verde	16
c. O Código de Conduta	17
d. O Código de Boas Práticas na Cadeia de Fornecimento	17
e. Síntese	18
5. A INDÚSTRIA DE DEFESA EUROPEIA E A EDA.....	18
a. A Indústria de Defesa após o fim da Guerra-fria.....	18
b. A Indústria de Defesa Europeia. A necessidade de uma estratégia	19
c. Os programas de I&T na Comissão e na EDA. Uma complementaridade.....	21
d. A Indústria Aeroespacial Europeia	22
e. Síntese	23



6. O FUTURO DA INDÚSTRIA E DA I&D DE DEFESA NACIONAL	24
a. Do Conceito Estratégico de Defesa Nacional e do Programa do Governo	24
b. A Indústria de Defesa em Portugal.....	26
c. A Estratégia de Lisboa	27
d. A política do MDN e da DGAED para a Indústria e a I&T de Defesa	28
e. Síntese	30
7. O IMPACTO DA EDA NO ACTUAL MODELO DA LPM	30
a. A Lei de Programação Militar. Investimentos e Cativações para 2007	30
b. As Inovações introduzidas com a actual LPM	32
c. O futuro da LPM. Cenários.	33
(1) 1º Cenário. Nova estrutura do MDN; menores orçamentos; programas conjuntos.	34
(2) 2º Cenário. Uma nova metodologia da DGAED.	34
(3) 3º Cenário. Plano de Desenvolvimento de Capacidades da EDA.	35
d. O impacto das contrapartidas.....	36
e. Síntese	37
8. CONCLUSÕES.....	38
BIBLIOGRAFIA.....	41

LISTA DE APÊNDICES

- Apêndice A - Glossário de Conceitos
- Apêndice B - Da II Guerra Mundial à Agência Europeia de Defesa
- Apêndice C - Plano de Acção das Capacidades Europeias (ECAP)
- Apêndice D - A Visão de Longo Prazo para a PESD
- Apêndice E - O Livro Verde e os Códigos de Conduta e Boas Práticas
- Apêndice F - WEAG, WEAO e EDIG
- Apêndice G - A DGAED e a I&T de Defesa Nacional.

LISTA DE ANEXOS

- Anexo A - UE (Headline Goal 2010) / Force Catalog 06 - Contribuição de Portugal
- Anexo B - Programa de Trabalho da EDA para 2007
- Anexo C - Quadro Orgânico da EDA
- Anexo D - Características da futura Base Industrial e Tecnológica de Defesa da UE
- Anexo E - Estrutura Matricial de Funcionamento da EDA
- Anexo F - Integrated Development Team (IDT) e Project Team (PT)
- Anexo G - Project Teams - Lista de Prioridades (Portuguesa)
- Anexo H - A OCCAR e a LoI
- Anexo I - O COREPER e os Grupos POLARM e COARM
- Anexo J - Fusão de empresas do sector de defesa dos Estados Unidos e da Europa
- Anexo K - Despesas com a Defesa na Europa e nos EUA em 2005
- Anexo L - VII Programa Quadro da UE
- Anexo M - CAPTECHs
- Anexo N - Empresas do grupo EMPORDEF
- Anexo O - Estratégia de Lisboa
- Anexo P - A LPM, os Processos de Aquisição e as Contrapartidas



RESUMO

Após uma breve passagem pela história da União Europeia, nomeando alguns dos acontecimentos mais relevantes que marcaram a evolução da Política Externa de Segurança Comum (PESC), este trabalho centrar-se-á na Agência Europeia de Defesa (EDA). Procurará descobrir o que de mais importante poderá despontar, a curto e a médio prazo, da sua actuação para o Mercado Europeu de Equipamentos de Defesa (EDEM) e para a Base Industrial e Tecnológica de Defesa Europeia (EDTIB), em particular para a nacional.

A Agência Europeia de Defesa, a poucos meses de completar três anos de existência, conseguiu ser reconhecida pelos Estados-membros da UE como entidade impulsionadora das potencialidades existentes ao nível europeu e nacional, no âmbito das capacidades de defesa e consequentemente da sua relação com o tecido industrial e científico. Os desenvolvimentos no âmbito da Investigação Científica, orientados para a resolução das lacunas nas capacidades, são actualmente a essência das actividades da EDA.

A Visão a Longo Prazo para a Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD) e o Plano de Desenvolvimento de Capacidades (CDP) ajudarão a perceber o rumo que a UE está a traçar e os esforços que os Estados-membros deverão empreender para que esta se possa apresentar até ao final da década como um actor global credível.

O principal argumento deste trabalho compagina-se com a ideia de que as políticas e os desenvolvimentos a curto prazo da EDA serão de primordial importância no apoio aos Estados-membros na convivência com os reduzidos orçamentos de defesa e com os custos galopantes dos equipamentos militares.

Este trabalho, sustentado em alguns cenários possíveis, permitirá concluir que o modelo da actual Lei de Programação Militar (LPM) deixará de ser válido a curto prazo, passando a exigir do MDN um envolvimento mais alargado e multidisciplinar.

Antevê-se que o futuro da EDA, enquanto instrumento da PESD e dinamizador da Base Industrial e Tecnológica de Defesa, terá um efeito muito positivo na racionalização dos investimentos públicos na defesa, consubstanciados na Lei de Programação Militar.



ABSTRACT

After a brief overview through the European Union's history, comprising some of the most relevant facts related with the Common Foreign and Security Policy (CFSP), this study is focused in the European Defence Agency (EDA) and is aiming to find the most important things that will show up in the short and medium time, from the activities associated with the European Defence Equipment Market (EDEM), and with the European Defence Technological and Industrial Base (EDTIB), mainly linked with the national one.

The European Defence Agency, completing its third anniversary in a few months period, convinced the European Union Member-states to recognize it as the entity that will push definitely forward the European and National Capacities in the field of defence capabilities, and consequently its relations with the Industrial and Scientific Bodies. The R&D's developments related with the capabilities shortfalls are actually the main tasks of EDA.

The Long Term View of the European Security and Defence Policy (ESDP) and the Capabilities Development Plan (CDP), will help to understand the track followed by EDA and the efforts performed by the Member-states allowing the European Union to become present itself, before the end of the decade, as a global and credible agent intervening in the new world's order.

This study argues that, in the short time, the politics and the developments of EDA will be important enough to support the Member-states living in within short defence budgets and the increasingly costs of military equipments.

This study, supported in possible scenarios, concludes that the actual model of the Lei de Programação Militar (LPM), will become in a short time obsolete, and will demand the MDN a more open and multidisciplinary attitude.

We foresee the EDA's future as an instrument of ESDP and a promoter of the European Defence and Industrial Base, a very positive tool in the rationalization of Public Investments in defence, written on the LPM.



PALAVRAS - CHAVE

Agência Europeia de Defesa

“Battlegroup”

Base Industrial e Tecnológica de Defesa

Capacidades

Cimeiras da União Europeia

Defesa Europeia

Direcção Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa

Estratégia

“Headline Goal”

Indústrias de Defesa

Indústria de Defesa Europeia

Indústria de Defesa Nacional

Investigação e Desenvolvimento

Lei de Programação Militar

Mercado Europeu de Equipamentos de Defesa

Ministério de Defesa Nacional

Política Europeia de Segurança e Defesa

Política Externa de Segurança Comum

Tratados da União Europeia

União Europeia



LISTA DE ABREVIATURAS

7PQ	7º Programa Quadro para a Investigação (2007-2013) - Research Framework Programme nº 7
AAR	Air-to-Air Refuelling – Reabastecimento Ar-Ar
ADM	Armas de Destruição Maciça
AECMA	European Association of Aerospace Industries
AFV	Armoured Fighting Vehicles
AIP	Associação Industrial Portuguesa
ASD	AeroSpace and Defence Industries Association of Europe
BAe	British Aerospace System
B€	Biliões de Euros
C3I	Command, Control, Communications and Information
C3ISR	Command, Control, Communications, Intelligence, Surveillance and Reconnaissance
CBPF	Ciclo Bienal de Planeamento de Forças
CBRN	Chemical, Biological, Radiological and Nuclear
CCDP	Comprehensive Capability Development Process
CDP	Capability Development Plan
CE	Comunidade Europeia
CE	Comissão Europeia
CECA	Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
CEDN	Conceito Estratégico de Defesa Nacional
CEE	Comunidade Económica Europeia
CEM	Chefe de Estado Maior
CEMGFA	Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas
CEN	Comissão Europeia de Normalização
CEP	Cooperação Estruturada Permanente
CESE	Comité Económico e Social Europeu
CHOD	Chief of Defence – Chefe de Estado Maior de Defesa
CMUE	Comité Militar da União Europeia
COARM	Conventional Arms Exports Working Group
COC	Comando Operacional Conjunto



COPS	Comité Político e de Segurança
COREPER	Committee of Permanent Representatives
CPC	Comissão Portuguesa de Contrapartidas
CPE	Cooperação Política Europeia.
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DANOTEC	Associação das Empresas de Defesa, Armamento e Novas Tecnologias
DCI	Defence Capabilities Initiative
dDGAED	Director Geral da DGAED
dDGPDN	Director Geral da DGPDN
dDGPDN	Director Geral da Direcção Geral de Política de Defesa Nacional
DERA	Defence Evaluation and Research Agency - UK
DGAED	Direcção Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa
DGPDN	Direcção Geral de Política de Defesa Nacional
DLR	German Aerospace Center
DNA	Director Nacional de Armamento
DTIB	Defence Technological and Industrial Base
EADS	European Aeronautics Defence and Space Company
EBB	Electronic Bulletin Board
ECAP	European Capabilities Action Plan
EDA	European Defence Agency – Agência Europeia de Defesa
EDEM	European Defence Equipment Market
EDIG	European Defence Industrial Group
EDISOFT	Empresa de Serviços e Desenvolvimento de Software, S.A.
EDTIB	European Defence Technological and Industrial Base
EID	Empresa de Investigação e Desenvolvimento Electrónico, S.A.
EL	Estratégia de Lisboa
EM	Estado-membro
EMc	Estado-membro contribuinte
EMp	Estado-membro participante
EMPORDEF	Empresa Portuguesa de Defesa, SGPS, S.A.
EMUE	Estado Maior da União Europeia
ENVC	Estaleiros Navais de Viana do Castelo
EOD	Explosive Ordinance Disposal



ESRP	European Security and Research Program
ETI	EMPORDEF Tecnologias de Informação
EUA	Estados Unidos da América
EUMC	European Union Military Committee
EUMS	European Union Military Staff
EURATOM	European Atomic Energy Community
EUROSPACE	The Association of European Space Industry
FA	Forças Armadas
FP7	Framework Program 7 – 7º Programa Quadro
FRONTEX	Agência Europeia de Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas
GEM	Guidance, Energy and Materials (do R&T Directorate da EDA)
CIS	Communication na Information System
GNI	Gross National Income
GNP	Gross National Product
HG2003	Headline Goal 2003
HG2010	Headline Goal 2010
HTF	Helsinki Task Force
I&D	Investigação e Desenvolvimento
I&DT	Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
I&T	Investigação e Tecnologia
IAG	Informal Advisory Group
ICD	Iniciativa das Capacidades de Defesa (ver DCI)
ICT	Information and Communication Technologies
IDD	Indústria de Desmilitarização e Defesa, S.A.
IDT	Integrated Development Teams
IEDD	Improvised Explosive Device Disposal
IEPG	Independent European Program Group
INTA	Instituto Nacional de Técnica Aeroespacial - Espanha
ISR	Intelligence, Surveillance and Reconnaissance
ISS	Institute of Strategic Studies da UE
IT	Information Technologies
JIP	Joint Investment Program
LDNFA	Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas



LFC	Lanchas de Fiscalização Costeira
LoI	Letter of Intent
LPM	Lei de Programação Militar
LTV	Long Term Vision
M€	Milhões de Euros
MCTES	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
MDN	Ministério da Defesa Nacional
MEI	Ministério da Economia e Inovação
MILREP	Military Representant - Representante Militar Permanente
MIT	Massachusetts Institute of Technology - USA
MoD	Ministry of Defence
MOU	Memorandum of Understanding
MRAV	Multirole Armoured Vehicle
NAD	National Armaments Director
NAHMO	NATO Helicopter Management Organisation
NBQ	Nuclear, Biológico e Químico
NBQR	Nuclear, Biológico, Químico e Radioactivo
NC3A	NATO Consultation Command and Control Agency
NCP	Navios de Combate à Poluição
NDPoPD	National Defence Planners or Policy Director
NDRD	National Defence Research Director
NLR	National Aerospace Laboratory – The Netherlands
NPL	Navio Polivalente Logístico
NPO	Navios de Patrulha Oceânica
NRF	Nato Reaction Force
NSAC	NATO Strategic Airlift Capability
NU	Nações Unidas
OCCAR	Organisme Conjoint pour la Coopération en matière d’Armement
OGMA	OGMA, Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A.
ONERA	Office National d’Etudes et Recherches Aérospatiales - France
ONU	Organização das Nações Unidas
OSC	Órgãos e Serviços Centrais do MDN
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte



PACE	Plano de Acção de Desenvolvimento das Capacidades Europeias (ECAP)
PCC	Prague Capabilities Commitment
PCSD	Política Comum de Segurança e Defesa
PEC	Pacto de Estabilidade e Crescimento
PESC	Política Externa de Segurança Comum – II Pilar da União
PESD	Política Europeia de Segurança e de Defesa
PG	Project Group
PME	Pequena e Média Empresa
PNACE	Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego
POLARM	Ad Hoc European Armaments Policy Group ou Ad Hoc Working Party on a European Armaments Policy
PRACE	Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado
PT	Plano Tecnológico
PT	Project Team
RNB	Rendimento Nacional Bruto
SALIS	Strategic Airlift Interim Solution
SB	Steering Board
SD/AR	Secretário Geral / Alto Representante
SDR	Software Defined Radio
SFN	Sistema de Forças Nacional
SGPS	Sociedade Gestora de Participações Sociais
SIAF	Spanish Italian Amphibious Force
SME	Small and Medium-Sized Enterprise
SNF	Sistema Nacional de Forças
SOF	Special Operation Forces
SW	Software
TAE	Transporte Aéreo Estratégico - Airlift
TI	Tecnologias de Informação
TUE	Tratado da União Europeia
UAV	Unmanned Air Vehicle ou Uninhabited Air Vehicle
UCAV	Unmanned Combat Air Vehicle ou Uninhabited Combat Air Vehicle
UE	União Europeia
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas



1. INTRODUÇÃO

Ainda sob a turbulência dos acontecimentos precipitados pela queda do Muro de Berlim, e no contexto de um continente europeu em profunda transfiguração geopolítica, a União Europeia (UE) assiste, com o Tratado de Maastricht, à emergência da Política Externa de Segurança Comum (PESC) com o propósito central de suportar a sua afirmação, enquanto actor coerente, nas relações internacionais.

Apesar do estatuto político e diplomático reconhecido à UE e do seu indubitável poderio económico e comercial, era fundamental que pudesse assumir as suas responsabilidades na prevenção de conflitos e gestão de crises. Neste sentido, a formulação dos *Headline Goals* em Helsínquia, evidenciando a mudança de uma dinâmica exclusivamente declarativa para uma predominantemente operativa, conduzia a um objectivo comum europeu em termos de capacidades e meios.

A credibilidade da PESC sai reforçada pela tomada de consciência colectiva das limitações da UE em termos de capacidades e meios para a condução das missões de Petersberg. Apesar da maior parte dos países da UE estar a braços com dificuldades ao nível do seu deficit e dívida pública para satisfazer os critérios do pacto de estabilidade e crescimento europeu, e do contexto europeu não ser favorável ao aumento das despesas públicas em geral e das de defesa em particular, estava dado o primeiro passo para a criação da Agência Europeia de Defesa (EDA).

O reconhecimento e a importância colocados nesta Agência pelos Estados da UE, a premente necessidade de fortalecimento da Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD), enquanto confrontada com a falta de capacidades para enfrentar as novas ameaças do séc. XXI e o previsível impacto nas políticas nacionais associadas ao armamento e equipamentos de defesa, induziram neste estudo uma particular actualidade e importância.

Antevê-se que o futuro da EDA, como instrumento da PESD e como dinamizador da Base Industrial e Tecnológica de Defesa, terá um efeito muito positivo na racionalização dos investimentos públicos na defesa consubstanciados na Lei de Programação Militar.

Assim, considera-se como objectivo desta investigação, depois de devidamente enquadrado, “*Analisar as implicações que a criação da Agência Europeia de Defesa como instrumento da Política Europeia de Segurança e Defesa vai provocar no desenvolvimento e integração da defesa europeia, no relacionamento da União Europeia com as Indústrias Europeias de Defesa e em particular com a Indústria de Defesa Nacional.*”



Como metodologia de investigação foi aplicado o método científico, com recurso essencialmente ao método dedutivo, para sustentar uma análise aos acontecimentos mais significativos que contribuíram para a criação da EDA, aos documentos estratégicos e doutrinários que dela emanaram com impacto na PESD e nas políticas de defesa, industriais e de I&D dos Estados-membros, em particular da nacional, que permitisse dar resposta às questões aqui levantadas.

O percurso a utilizar pressupõe a prévia abordagem aos conceitos mais relevantes neste contexto, em particular os relacionados com a PESD, que se reconheçam necessários à sustentação deste estudo. Numa abordagem ao estado da arte, será efectuada uma pesquisa bibliográfica e uma pesquisa documental, fundamentalmente europeia e nacional, tendo como limite de referência a data de 31 de Dezembro de 2006.

Atendendo à limitação de tempo para a realização deste trabalho, ao domínio abrangente e à dinâmica que a UE impõe neste tema, delimita-se este estudo ao âmbito da EDA, à envolvente relacionada com o mercado e a indústria de defesa, dando especial atenção à interacção da Agência com a Indústria de Defesa Nacional, nas suas vertentes política, industrial (preferencialmente a aeronáutica) e científica.

Tendo presente o objectivo e a delimitação do estudo, este trabalho de investigação desenvolve-se em torno da seguinte questão central: **“Qual será a importância da Agência Europeia de Defesa (EDA) para o desenvolvimento das capacidades militares da UE, e qual o seu reflexo no modelo de reequipamento das FA Portuguesas?”**

Para o tratamento desta questão central levantaram-se as seguintes hipóteses:

- H1: A UE não terá capacidade para desenvolver a PESD sem um esforço coordenado de melhoria das suas capacidades militares.
- H2: Os Estados – membros da UE não poderão contribuir para o desenvolvimento das capacidades europeias sem cooperarem e investirem de forma integrada.
- H3: A Indústria de Defesa Europeia só poderá aproximar-se da dos EUA se integrada numa Base Industrial e Tecnológica de Defesa Europeia.
- H4: A Indústria de Defesa Nacional não poderá sobreviver sem uma participação efectiva, permanente e sustentada nos consórcios industriais de defesa europeus.
- H5: O actual modelo da LPM satisfaz a necessidade de reequipamento das FA, face às missões que lhe são atribuídas.

Com base na questão central e nas hipóteses levantadas equacionam-se as seguintes questões derivadas:



- Q1. Que orientações se podem extrair da PESD com relevância para o fortalecimento da Agência Europeia de Defesa?
- Q2. Estará a EDA orientada para a integração da defesa europeia?
- Q3. Qual o papel da EDA na regulação do mercado europeu de equipamentos de defesa?
- Q4. Qual a relevância da EDA para as indústrias de defesa dos estados membros?
- Q5. Estarão a Indústria e a Investigação Científica de Defesa Nacional sintonizadas e participativas com a estratégia da Agência?
- Q6. Continuará válido o actual modelo da LPM, face aos actuais desenvolvimentos das capacidades militares da UE através da EDA?

O percurso metodológico usado, a organização e os assuntos versados conduziram à estruturação do estudo em Introdução, seis Capítulos e Conclusões.

Na sequência desta introdução, descrever-se-á ***“A Trajectória da Europa até à Agência Europeia de Defesa” (Capítulo I)***, onde são identificados os principais marcos e fundamentos que, relacionados com a PESD, antecederam e contribuíram para a criação desta Agência. Em seguida, analisa-se ***“A EDA, os novos desafios e a integração da defesa Europeia” (Capítulo II)*** onde a visão estratégica da Agência será reflectida e estudada. Passar-se-á depois para ***“A EDA e o Mercado Europeu de Equipamentos de Defesa” (capítulo III)*** onde se aborda o Livro Verde da EDA e os códigos de relacionamento dos Estados-membros em matérias de defesa. Com estes três capítulos fechamos uma primeira parte em que a EDA foi um elo importante da política estratégia da União Europeia para a Defesa.

Numa segunda parte, a análise é dirigida para um cenário industrial onde se analisa ***“A Indústria de Defesa Europeia e a EDA” (Capítulo IV)*** e ***“O futuro da Indústria e da I&D de Defesa Nacionais” (Capítulo V)***, incidindo a análise na sua inter-relação, aos diversos níveis, com a EDA. Para encerrar esta segunda e última parte será analisado ***“O Impacto da EDA no actual modelo da LPM” (Capítulo VI)***, prospectivando-se possíveis cenários evolutivos deste modelo, num quadro de desenvolvimento das capacidades militares da UE.

A encerrar, serão coligidos e apresentados, nas ***Conclusões***, os resultados mais marcantes encontrados ao longo deste trabalho.



2. A TRAJECTÓRIA DA EUROPA ATÉ À AGÊNCIA EUROPEIA DE DEFESA¹.

a. De Maastricht a Nice

(1) O Tratado de Maastricht – a UE e a PESC

Nos cinco anos seguintes à assinatura do Acto Único Europeu² a Europa assiste a uma mudança total na situação estratégica mundial, resultado da queda do Muro de Berlim (9 de Novembro de 1989), da reunificação da Alemanha (3 de Outubro de 1990), da guerra do Golfo (17 Janeiro a 3 Março de 1991) e do colapso da URSS (21/22 Agosto de 1991).

O Tratado da UE³, assinado em Maastricht em 7 de Fevereiro de 1992 introduz um novo Pilar consagrado à Política Externa de Segurança Comum (PESC)⁴.

Com este Tratado, a Europa, que vinha a expandir-se em direcção a uma União Política, dá um grande passo em direcção a uma união económica com o Euro e inicia a resolução da questão fundamental da segurança com o II Pilar de natureza intergovernamental. A PESC vem substituir a Cooperação Política Europeia (CPE), criada nos inícios da década de setenta para a área de política externa e de segurança.

Neste Tratado é estabelecido que *‘A política externa e de segurança comum (...) poderá conduzir (...) a uma defesa comum. A União solicitará à União da Europa Ocidental (UEO), (...) que prepare e execute as decisões e acções da União que tenham repercussões no domínio da defesa. A política da União (...) respeitará as obrigações decorrentes, para certos Estados-membros, do Tratado do Atlântico Norte’⁵.*

Enquanto a PESC dá os primeiros passos, sem grandes convicções nem recursos, do outro lado do Atlântico os investimentos nas tecnologias de defesa, aliados às reestruturações nas indústrias de defesa, vão agravar ainda mais as diferenças em relação à Europa.

(2) A Declaração de Petersberg

Quatro meses após a assinatura do Tratado da UE, e na prossecução dos objectivos nele definidos, os ministros da Defesa dos Estados-membros da UEO reúnem-se em Bona e emitem a Declaração de Petersberg⁶. Esta Declaração constitui um elemento fundamental

¹ O texto deste capítulo faz parte de um documento mais abrangente, escrito no âmbito deste trabalho, apresentado no APÊNDICE B. Para manter a consistência do Apêndice o seu texto foi mantido na íntegra.

² “Acto Único Europeu” assinado no Luxemburgo, a 28 de Fevereiro de 1986, como resultado da primeira grande revisão do Tratado de Paris e dos Tratados de Roma, orientado para a realização do Mercado Interno. Disponível na Internet em: <<http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/pm/Tratados/AUE/AUE-f.htm>>.

³ “Tratado da União Europeia ou de Maastricht”. Disponível no site: <<http://eur-lex.europa.eu/pt/treaties/>>.

⁴ Os três pilares da União Europeia. Apêndice A – Glossário de Conceitos

⁵ Tratado da UE, o art. J.4 do seu Título V – Disposições relativas à PESC

⁶ Declaração de Petersberg. Disponível no site: http://www.assembly-weu.org/en/documents/sessions_ordinaires/key/declaration_petersberg.php



no desenvolvimento da UEO e na componente de defesa da UE. É também um meio de reforço do pilar europeu na OTAN. Neste documento foi estabelecido que as unidades militares dos Estados-membros da UEO contribuem para a defesa comum e poderão ser utilizadas nas chamadas Operações ou Missões de Petersberg. Estas incluem missões de carácter humanitário e de evacuação, missões de manutenção de paz e missões de forças de combate para a gestão de crises, incluindo missões de restabelecimento da paz.

(3) O Conselho Europeu de Colónia. A criação da PESD

Em Abril de 1999, o Conselho Europeu de Colónia⁷ decidiu, no âmbito da PESD: *“Preparar as condições e medidas necessárias para um novo passo na construção da União Europeia, incluindo a definição das modalidades para a integração das funções da UEO que serão necessárias para que a UE possa desempenhar as suas novas responsabilidades na área das missões de Petersberg”*. Dando sequência a esta decisão de transferir as responsabilidades da UEO para a UE, foram criados provisoriamente o Comité Político e de Segurança (COPS), o Comité Militar da União Europeia (CMUE) e o Estado Maior da UE (EMUE), e propôs-se a passagem do Centro de Rastreio de Satélites e do Instituto de Estudos de Segurança da UEO para a UE.

Em simultâneo, a crise do Kosovo contribuía para a criação da PESD e para a mudança da opinião pública em relação à necessidade da UE ter uma política de defesa.

(4) O Conselho Europeu de Helsínquia. O Headline Goal 2003

Com a Europa em vésperas de celebrar a passagem do milénio, o Conselho Europeu de Helsínquia⁸ de 11 Dezembro de 1999 apresenta a definição provisória dos objectivos de forças militares denominado *Headline Goal 2003(HG2003)*.

Estes objectivos exprimem, no âmbito da PESD, que, *“em regime de cooperação voluntária nas operações lideradas pela UE, os Estados Membros devem estar em condições de, até 2003, posicionar no prazo de 60 dias e manter pelo menos durante um ano, forças de até 50000-60000 militares, capazes de desempenhar toda a gama de missões de Petersberg”*.

Após uma fase de algum descrédito sobre estas medidas, *“foi constituído em 2000 um Grupo de Trabalho, multinacional e multidisciplinar, o HTF (Headline Goal Task Force), que elaborou o catálogo de capacidades necessárias.”*⁹

⁷ Conselho Europeu de Colónia – Conclusões da Presidência – 3 e 4 de Junho de 1999 – Disponível no site: http://ue.eu.int/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/pt/ec/kolnpt.htm

⁸ Conselho Europeu de Helsínquia – Conclusões da Presidência – 10 e 11 de Dezembro de 1999. Disponível no site: http://ue.eu.int/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/pt/ec/00300-r1.p9.htm



Este documento servirá mais tarde de base para o “*Plano de Acção das Capacidades Europeias*” (ECAP) e para centralizar a discussão na forma como as lacunas poderão ser ultrapassadas. A Agência Europeia de Defesa começava a tomar forma.

(5) O Tratado de Nice

Com o objectivo primário de rever os tratados existentes, e permitir o maior alargamento da história da UE (25), realiza-se em Nice, de 7 a 11 de Dezembro de 2000, mais uma Conferência Intergovernamental, com os resultados traduzidos no Tratado de Nice¹⁰. Este entraria em vigor a 1 Fevereiro de 2003, após o mais longo processo de ratificação.

O Art.º 27B deste documento introduz a possibilidade de se criarem cooperações reforçadas¹¹ no domínio da PESC (II Pilar). Estas cooperações não podem incidir em questões que tenham implicações militares ou no domínio da defesa.

Foi ainda formalizada na PESD a criação do COPS, CMUE e EMUE, já referidos.

b. Pós 11 Setembro 2001

(1) Declaração de Laeken

Na Cimeira de Laeken¹² o Conselho Europeu aprovou politicamente o ECAP – European Capacity Action Plan¹³, previamente aprovado pelos Ministros da Defesa. A componente operacional da PESD dava assim passos no plano das declarações políticas. Sob o impulso das Presidências Sueca e Belga, são identificadas no *Helsinki Progress Catalogue* (HPC) as lacunas existentes entre os meios disponibilizados pelos Estados-membros e as capacidades necessárias ao cumprimento dos “*Helsinki Headline Goals*”, sendo aprovado o ECAP para a resolução dessas lacunas. Face à sua importância para o tema em investigação, será adiante objecto de análise mais cuidada.

(2) Documento Solana

Em 20 de Junho de 2003, durante a realização da Cimeira de Salónica, Javier Solana apresentou o documento “*Uma Europa Segura Num Mundo Melhor*”¹⁴. Conhecido como “Documento Solana”, é considerado o mais emblemático da Política Externa de

⁹ Agostinho, Maj. Gen. TIIG - “*Os Grandes Vectores da “Estratégia de Segurança Europeia” e a Política Comum de Segurança*” CPOG 04-05, pág. 17.

¹⁰ Tratado de Nice. Disponível no site:

http://europa.eu.int/eurlex/lex/pt/treaties/dat/12001C/pdf/12001C_PT.pdf

¹¹ Apêndice A – Glossário de Conceitos.

¹² Conselho Europeu de Laeken – Conclusões da Presidência – 14 e 15 Dezembro de 2001. Disponível no site: http://ue.eu.int/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/pt/ec/68833.pdf

¹³ Apêndice C – Plano de Acção das Capacidades Europeias – ECAP.

¹⁴ Documento Solana - “*Uma Europa Segura Num Mundo Melhor*” Disponível no site:

http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressdata/pt/reports/76259.pdf



Segurança Comum (PESC) desde a sua criação em 1992 na Cimeira de Maastricht. Este documento destaca como ameaças da Europa o terrorismo, a proliferação de armas, os conflitos regionais, a corrupção, a criminalidade e a dissolução de Estados. Para todas estas ameaças, Javier Solana defendeu uma resposta unificada da UE, com maior capacidade de acção e actuando de forma mais enérgica e coerente. Com isto pretende-se iniciar a elaboração de um conceito estratégico que vai definir a Estratégia de Segurança da Europa, de forma semelhante à “Nova Estratégia de Segurança dos EUA” de 2002¹⁵.

(3) Cimeiras de Le Touquet e de Londres. O Conceito de *Battlegroup*

Seguindo a tradição inaugurada com a declaração de St. Malo em Dezembro de 1998, a França e o Reino Unido acordaram na cimeira bilateral de Le Touquet, de 4 de Fevereiro de 2003, em introduzir uma nova dinâmica à PESD, dando ênfase ao arranque da dimensão operacional e à ligação das capacidades da UE com as necessidades militares mais prementes. Nesta conferência, e no âmbito dos esforços para melhorar as capacidades militares da UE, é mais uma vez salientada a necessidade de ser criada uma agência intergovernamental orientada para o desenvolvimento e aquisição das capacidades de defesa e é definido o conjunto de actividades que ela deve assumir.¹⁶

A 24 de Novembro em Londres, numa cimeira bilateral, a França e o Reino Unido tornam mais explícito o que decidiram uns meses antes em Le Touquet e propõem que a UE, por forma a responder a futuras solicitações das Nações Unidas, deve ser capaz de deslocar e aprontar em 15 dias, uma operação autónoma de resposta a uma crise. O objectivo é ter forças do tamanho de um *Battlegroup*¹⁷, coerentes e credíveis, com um efectivo de 1500 combatentes, nacionais ou multinacionais,¹⁸ com capacidade de sustentação e transporte apropriados.¹⁹ Esta ideia necessitaria de ser desenvolvida dentro da UE, em parceria com a ONU e importantes parceiros regionais.

(4) O Headline Goal 2010

No Conselho Europeu de Junho de 2004, os Estados-membros decidiram criar um novo *Headline Goal (HG2010)*²⁰, que reflectisse a Estratégia de Segurança Europeia, a

¹⁵ Disponível no site: <http://www.whitehouse.gov/nsc/nss.pdf>

¹⁶ “Franco-British Summit – Le Touquet” – Chaillot Papers nº 67 – December 2003 – Pág 36-39.

¹⁷ Apêndice A – Glossário de Conceitos.

¹⁸ Como é o caso do “*Battlegroup*” anfíbio que Portugal integra (conjuntamente com Espanha, Itália e Grécia).

¹⁹ “Franco-British Summit- London” - Chaillot Papers nº 67 – December 2003 – Pág 281-282.

²⁰ Headline Goal 2010- Endorsed by the European Council of 17 and 18 July 2004. Disponível no site : <http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/2010%20Headline%20Goal.pdf>



evolução do ambiente estratégico e tecnológico e que tivesse em consideração algumas das lições aprendidas com as operações militares entretanto realizadas sob a égide da UE.

Suportados no HG2003 e reconhecendo a existência de lacunas que necessitavam de ser resolvidas, os Estados-membros comprometeram-se em, *“até 2010 serem capazes de responder com acções rápidas, decisivas e coerentes, a todo o espectro das operações de gestão de crises cobertas pelo Tratado da UE”*.

No âmbito da tomada de decisão, o objectivo da UE é ser capaz de lançar uma operação, no prazo máximo de cinco dias após a data de aprovação pelo Conselho. Em relação à projecção de forças, devem começar a implementar a missão, no prazo máximo de 10 dias após a UE ter decidido lançar a operação. Com a capacidade de Resposta Rápida e com os *Battlegroups*, a UE poderá responder aos pedidos das NU.

Os Estados-membros identificaram um conjunto de metas a atingir até 2010, das quais se destaca a criação, em 2004, de uma Agência de Defesa Europeia; a criação, em 2005, da coordenação conjunta de transporte estratégico europeu, para que, em 2010, a UE venha a atingir a capacidade total em transporte estratégico (ar, terra e mar); concluir, em 2007, o desenvolvimento de *Battlegroups* rapidamente projectáveis; ter, em 2008, um porta-aviões com as esquadras de aeronaves associadas e desenvolver, até 2010, a necessária compatibilidade e ligação em rede de todos os equipamentos de comunicação terrestres e espaciais.

A interoperabilidade, a capacidade de projectar os combatentes e os meios para o teatro de operações e a sua sustentação são factores impulsionadores deste HG 2010.

O “Catálogo de Forças” (FC06), cuja conclusão se prevê para o final de 2006, indicará as contribuições dos Estados-membros, incluindo a de Portugal²¹ e permitirá uma melhor abordagem das lacunas identificadas nas capacidades. Prevê-se que, em 2007, os *Battlegroups* atinjam a sua capacidade operacional e a UE possa finalmente actuar como um actor global.

c. A PESD e a Agência Europeia de Defesa no Tratado de Constituição Europeia

O Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa foi adoptado pelo Conselho Europeu de 18 de Julho de 2004 e assinado pelos Chefes de Estado a 29 de Outubro em Roma. O processo de ratificação do texto da Constituição foi interrompido

²¹ Anexo A



pelo Conselho Europeu a 17 Junho 2005, depois dos referendos na França e na Holanda o terem rejeitado.

Neste Tratado²², a Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD - nova designação da PESD) prevê a criação de uma capacidade operacional apoiada em meios civis e militares. Estes podem ser empregues também em missões de manutenção da paz, de prevenção de conflitos e de esforço da segurança internacional, de acordo com os princípios da Carta das Nações Unidas.

Os EM comprometem-se a melhorar progressivamente as suas capacidades militares, e “*é instituída uma Agência no domínio do desenvolvimento das capacidades de defesa, da investigação, da aquisição e dos armamentos (Agência Europeia de Defesa)*”²³.

d. Síntese

Na viagem de Maastricht a Nice pudemos ver o nascimento da UE e o despontar da PESC como o seu II Pilar. As Missões de Petersberg e a Crise do Kosovo facilitam a consolidação da PESD, passo importante na construção da União Europeia. Pela primeira vez, a UE reconhece que não possui as necessárias capacidades para cumprir os objectivos traçados no *Headline Goal* 2003. Estava dado o primeiro passo na criação da EDA.

O diferencial existente nas tecnologias para satisfazer as necessárias capacidades veio permitir a elaboração do ECAP. Chegados a Nice, a Europa passa a 25 e é formalizada a criação dos órgãos da PESD. A componente operacional da PESD tinha aparecido e Javier Solana propõe uma Estratégia de Segurança para a Europa. Em Touquet, num acordo bilateral, nasce o conceito de *Battlegroup* e é reforçada a necessidade de se criar uma Agência para o desenvolvimento das capacidades militares.

Um mês antes do aparecimento da EDA, é criado um novo *Headline Goal*, agora até 2010, data a partir da qual a UE se compromete a responder com acções rápidas, decisivas e coerentes a todo o espectro das Missões de Petersberg. Este novo impulso, carente de capacidades para ser implementado, vem acelerar a criação da EDA, o que acontece em 21 de Julho de 2004. Pela importância estratégica que esta Agência tem para a prossecução da PESD, está vertida na Proposta de Tratado de Constituição Europeia como sendo uma agência objectivada para o desenvolvimento das capacidades de defesa, da investigação e dos armamentos.

²² Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa : Conferência dos Representantes dos Governos dos Estados-membros: CIG 87/1/04 Rev1 – 13 Out. 2004 – Bruxelas - Disponível no site: <http://ue.eu.int/igcpdf/pt/04/cg00/cg00087-re01.pt04.pdf>

²³ N° 3 do artigo I -41° e artigo III-311° do Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa

3. A EDA, OS NOVOS DESAFIOS E A INTEGRAÇÃO DA DEFESA EUROPEIA

a. A Agência Europeia de Defesa – EDA

(1) Missão e enquadramento

Após várias iniciativas empreendidas ao longo de trinta anos, a EDA é finalmente criada em 21 de Julho de 2004²⁴, um ano depois do Conselho Europeu ter decidido na Cimeira de Salónica²⁵ *“incumbir os órgãos competentes do Conselho para empreender as acções necessárias para a criação, em 2004, de uma agência intergovernamental no domínio do desenvolvimento das capacidades de defesa, da investigação, da aquisição e do armamento.”* Esta agência vai operar sob a autoridade do Conselho e ficará aberta à participação de todos os Estados-membros, à excepção da Dinamarca²⁶. O órgão máximo da Agência é o “Steering Board” (SB) constituído pelos vinte e quatro Ministros de Defesa dos EM, e por um membro da Comissão Europeia. A EDA é dirigida pelo Alto Representante para a PESC, que preside às reuniões do SB no formato de Ministros de Defesa. Pode ainda reunir-se ao nível de Directores Nacionais de Armamento para a I&T e para as Capacidades²⁷.

Com sede em Bruxelas, a EDA tem por missão apoiar o Conselho Europeu e os Estados-membros nos seus esforços para aperfeiçoar as capacidades de defesa da União Europeia no domínio da gestão de crises e apoiar a PESD na sua actual configuração e na sua evolução futura. Foi acordado que a missão da Agência não afectará as competências dos Estados-membros em matéria de defesa²⁸.

(2) Organização e actividades para 2007²⁹

Após um período de adaptação, a Agência inicia o seu primeiro programa de trabalho em 2005. Este programa foi articulado satisfazendo as quatro linhas de acção definidas pelo Conselho em Salónica³⁰, e a sua estrutura orgânica foi concebida fazendo

²⁴ Acção Comum 2004/551/PESC do Conselho, de 12 de Julho de 2004, relativa à criação da Agência Europeia de Defesa.- Jornal Oficial nº L 245 de 17/07/2004 p. 0017-0028. Disponível no site: http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/site/pt/oj/2004/l_245/l_24520040717pt00170028.pdf

²⁵ As conclusões da presidência do Conselho Europeu de Salónica. Doc 11638/03 de 1 Out. 03 do Conselho da UE. Disponível no site http://ue.eu.int/ueDocs/cms_Data/docs/pressdata/en/ec/76279.pdf p – 19.

²⁶ Em conformidade com o artº6 do Protocolo relativo à posição da Dinamarca anexo ao Tratado da União Europeia e ao Tratado que institui a Comunidade Europeia, a Dinamarca não participa na elaboração nem na execução das decisões e acções da UE com implicações no domínio da defesa.

²⁷ O representante português é o DNA para o primeiro formato e o dDGPDN para o segundo.

²⁸ Artigo 2º da Acção Comum que cria a EDA.

²⁹ Anexo B – Programa de trabalho da EDA para 2007.

³⁰ As quatro linhas são: as capacidades de defesa, investigação, armamentos e aquisições. Ver Acção Comum que cria a EDA, ponto (1) pág. 1.



corresponder a cada uma das quatro linhas de acção referidas uma Directoria³¹. A articulação das quatro Directorias faz-se de forma matricial³² com base nas seguintes competências:

- A Directoria «**Capacidades**» desenvolve e aperfeiçoa as capacidades de defesa da UE, no domínio da gestão de crises, em ligação com as outras estruturas já existentes, nomeadamente o EMUE. As suas actividades para 2007 visam estabelecer o “*ESDP Capability Development Plan*”, com base no processo *Headline Goal 2010* e no “*Long-Term View*” e ainda apoiado numa análise mais precisa das capacidades necessárias no futuro;
- A Directoria «**Investigação e Tecnologias**» tem por objectivo promover a investigação entre os EM, em ligação com iniciativas semelhantes desenvolvidas pela Comunidade Europeia, reforçando deste modo as potencialidades industriais e tecnológicas europeias no domínio da defesa. Esta Directoria pretende desenvolver em 2007 uma “*European Defence R&T Strategy*” focada não só nos “resultados” (lista de tecnologias chave necessárias às futuras capacidades militares e às capacidades industriais europeias) como nos “meios” (a “Cooperação” em I&T e o “Observatório” da I&T);
- A Directoria «**Armamento**» tem por objectivo promover a cooperação europeia em matéria de armamento. A sua prioridade para 2007 é estabelecer uma “*European Defence Technological and Industrial Base (EDTIB) Strategy*”, focalizada na determinação das suas características e conteúdos (começando pelas tecnologias de ponta) e no plano para a sua execução;
- A Directoria «**Mercado/Indústria**» deve actuar para reforçar a EDTIB³³ e criar um mercado europeu de equipamentos de defesa (EDEM) competitivo em consulta com a Comissão Europeia. O seu objectivo para 2007 é identificar oportunidades práticas de colaboração entre empresas industriais e avaliar o processo cooperativo na área dos armamentos, com vista à harmonização em simultâneo da oferta e da procura. Pretende iniciar esta actividade nas áreas dos AFV (Armoured Fighting Vehicles) e do “Combatente do Século XXI”. Na área dos AFV, Portugal já está representado pela EDISOFT³⁴.

³¹ Quadro Orgânico da EDA: Anexo C.

³² Anexo E - Estrutura matricial de funcionamento da Agência

³³ Anexo D- EDTIB –Base Industrial e Tecnológica de Defesa Europeia. Características.

³⁴ EDISOFT - Empresa portuguesa especializada no fornecimento de serviços nas áreas de engenharia de sistemas e de ‘software’. Pertence ao Grupo EMPORDEF.



b. O Plano De Desenvolvimento de Capacidades da EDA

Como vimos no capítulo anterior, a UE dá início ao Processo ECAP na cimeira de Laeken, realizada em Dezembro de 2001. Cinco anos passados, pode considerar-se que este processo está praticamente encerrado, tendo as suas actividades migrado para a EDA. Considerando a importância que teve o Processo ECAP no desenvolvimento das capacidades, decidiu-se apresentá-lo com mais detalhe no Apêndice C.

Para o desenvolvimento de capacidades, a EDA está organizada em seis Equipas de Desenvolvimento Integradas (Integrated Development Team - IDT)³⁵, uma por cada área de capacidades, e em vinte e quatro Equipas de Projecto (Project Team - PT). Cada PT é coordenado pelo IDT da área da capacidade em que se desenvolve o projecto.

Os IDTs são coordenados por uma Directoria da EDA e são formados por elementos das outras Directorias, das Indústrias de Defesa, das Universidades, dos EM e de outras instituições da UE (EUMC/EUMS). Os seis IDTs são responsáveis pelo desenvolvimento de capacidades nas áreas de: Comando, Informações, Emprego, Protecção, Projecto e Sustentação.

Os PTs da EDA serão, em quantidade, os necessários para resolver as lacunas identificadas nas capacidades. Os primeiros que se formaram resultaram dos Grupos de Projecto (PG) migrados do ECAP. Portugal apresentou via EMGFA a lista de prioridades para os 24 PT da EDA³⁶, após ter consultado os Ramos.

Para permitir o desenvolvimento das Capacidades da EDA torna-se necessário que o Comité Militar da UE (EUMC) defina os Requisitos Operacionais. Muitos dos estudos que a EDA está a desenvolver actualmente irão contribuir para o seu “Plano de Desenvolvimento de Capacidades”.

c. A “Visão a Longo Prazo para a PESD” da EDA

Em 2005, o Conselho Europeu decidiu iniciar um estudo prospectivo com o objectivo de definir os objectivos da PESD e a sua relação com as Capacidades até 2020. Esta *Long Term Vision* (LTV) para a PESD³⁷ representa um planeamento prudente, com vista a examinar as contingências relacionadas com o ambiente de segurança nos próximos 20 anos. Liderado pela EDA, muito deste trabalho foi coordenado pelo EUMC usando recursos do EUMS.

³⁵ Anexo F. – Integrated Development Teams (IDT) e Project Teams (PT)

³⁶ Anexo G.- Project Teams – Lista de Prioridades (Portuguesa)

³⁷ Apêndice D – A Visão de Longo Prazo para a PESD.



Este estudo foi dividido em três Partes (*Strands*). A 1ª Parte foi atribuída ao Instituto de Estudos Estratégicos (ISS) da UE, a 2ª ao EUMC e a 3ª à EDA.

A 1ª parte diz respeito ao “*Global Context Study for an initial ESDP Long Term Vision*”; nele, o ISS identificou um conjunto de tendências relevantes para a previsão dos cenários em que a PESD vai ser conduzida em 2020. As tendências consideradas no estudo foram a Globalização, a Energia, a Demografia, o Ambiente, a Proliferação do Conhecimento e a Ciência e Tecnologia.

A 2ª parte, intitulada “*Future Military Environment*”, define o ambiente militar em 2020 dentro do contexto da PESD, isto é, estabelece uma visão prospectiva dos conflitos em 2020 e identifica o tipo de Forças e Quartéis-Generais necessários para lhes fazer face. Foi examinado e analisado o impacto no ambiente militar dos desafios globais, o papel da componente militar dentro da PESD, as necessidades futuras em capacidades militares e a condução das operações militares no futuro. O resultado deste estudo poderá servir para os futuros processos de planeamento dos EM.

A 3ª parte foi completada pela EDA (Directoria de I&T) com um exame à Ciência e Tecnologia, no sentido de poder explorar o seu futuro impacto na PESD. Foram efectuadas entrevistas às personalidades³⁸ mais proeminentes da Ciência e da I&T Europeias, com o objectivo de serem identificadas as tecnologias em desenvolvimento que pudessem vir a alterar o futuro. A conclusão destas entrevistas indica que, à luz dos conhecimentos actuais e das investigações em curso, não se prevêem desenvolvimentos tecnológicos que possam alterar profundamente a concepção actual da Guerra.

O documento final (agregando as três Partes), cuja compilação foi da responsabilidade da EDA, intitula-se “*Estudo Inicial sobre a LTV*”³⁹.

d. A Integração da Defesa Europeia

(1) Uma necessidade

A UE, ao assumir a necessidade de desenvolver capacidades que conduzam a sua política de segurança e defesa a padrões credíveis e mais próximos dos utilizados pelos EUA, está a dar passos firmes no sentido de dar credibilidade à política, usada nas suas relações exteriores, e a contribuir para que as suas forças assumam uma presença efectiva nos novos conflitos do séc. XXI.

“Uma falha na melhoria das capacidades de defesa colectivas da Europa nos próximos anos terá impactos negativos profundos na competência dos países Europeus na

³⁸ O português entrevistado foi o Prof. Dr. Carvalho Rodrigues.

³⁹ An initial Long-Term Vision for Defence Capability and Capacity needs.



protecção dos seus interesses, na viabilidade da OTAN como uma aliança e na capacidade dos países europeus em cooperar com os EUA em matérias de segurança. Visto desta forma, a integração da defesa europeia não deve ser vista apenas como um apelo, mas sim, como uma necessidade”⁴⁰.

A indispensabilidade da UE criar um conjunto de capacidades colectivas de defesa é justificada pela necessidade de garantir uma resposta adequada às futuras exigências de segurança.

(2) Estratégias para a integração

Uma das primeiras estratégias, usadas por muitos países, está associada ao conceito de “gastar melhor”, optimizando os custos operacionais, de manutenção e de infra-estruturas. A redução do número de efectivos das Forças Armadas e a satisfação de algumas das suas necessidades com parcerias público-privadas tem também ajudado a reduzir custos. O risco associado às poupanças, geradas por estratégias de redução de custos, é o de poderem ser redireccionadas, pelo poder político, para outros investimentos fora da Defesa.

A criação de “programas cooperativos” a nível governamental é também uma das estratégias mais eficazes para conseguir a integração, podendo envolver a contribuição de meios nacionais para cooperações multinacionais, a partilha de infra-estruturas e meios de suporte e até usar sistemas de aquisições comuns. Estas cooperações, para serem eficazes, devem possuir um espírito de grande transparência e forte coordenação, ter elevada consistência política e executiva e ter em consideração as diferenças específicas de cada cooperante. Dos programas existentes, exemplos desta estratégia, está o desenvolvimento do A400M no âmbito da OCCAR⁴¹ e o programa AWACS da OTAN.

Uma das estratégias usadas pelos pequenos países como Portugal, que não possuem recursos para apoiar um largo espectro de forças ou capacidades, é a especialização. Esta estratégia deve ser usada quando um país decide concentrar os seus recursos e esforços numa área científica ou tecnológica específica e, em que pretende atingir níveis de excelência.

Considera-se que a EDA tem um papel importante a desempenhar no apoio às diversas estratégias que conduzam à integração da Base Industrial de Defesa da UE.

⁴⁰ “European Defence Integration – Bridging the gap between strategy and capabilities.” - Center for Strategic and Initial Studies. (pag.5) Tradução do autor.

⁴¹ Anexo H - OCCAR e LoI- Organisme Conjoint pour la Coopération en matière d’Armement e Letter of Intent– Disponíveis na Internet em: <<http://www.occar-ea.org/>> e em <http://www.sipri.org/contents/expcon/loisign.html>.



e. Síntese

Este capítulo permitiu analisar a missão e o enquadramento da Agência Europeia de Defesa e estudar a sua estrutura organizativa. As actividades da Agência para 2007, atribuídas às suas quatro Directorias, são essenciais para o desenvolvimento das estratégias relacionadas com a EDTIB e com a I&T de Defesa Europeia e para o estabelecimento do Plano de Desenvolvimento de Capacidades.

O documento estratégico mais importante da EDA, “Visão a Longo Prazo” examina as contingências relacionadas com a segurança nos próximos 20 anos.

Foi salientada a necessidade de integração da defesa europeia e foram identificadas algumas estratégias potenciadoras dessa integração. A orientação da EDA para apoiar a integração da defesa europeia ficou perfeitamente demonstrada pelo seu envolvimento no Plano de Acção das Capacidades Europeias – ECAP.

4. A EDA E O MERCADO EUROPEU DE EQUIPAMENTOS DE DEFESA

a. O Mercado Europeu de Equipamentos de Defesa – EDEM

Na prossecução do desenvolvimento da PESD, a UE passou a envolver-se cada vez mais no campo do armamento. A crescente privatização das indústrias de defesa, associada ao aparecimento de tecnologias e produtos de duplo uso, conduziu a práticas de aquisição de equipamentos de defesa gradualmente mais comerciais e à redução do fosso entre a defesa e as políticas em vigor na UE relacionadas com a I&T. Por outro lado, o desenvolvimento de novas capacidades militares dentro da UE originou uma maior cooperação entre os EM, no que se refere à harmonização das suas especificações e processos tecnológicos. Desta forma, o futuro da PESD dependerá da competitividade da EDTIB e da capacidade da UE em desenvolver um enquadramento mais homogéneo para a economia de defesa, factores esses cujo sucesso conduzirá à criação do EDEM.

A criação da EDA ilustra a determinação dos Estados-membros em combinar o desenvolvimento das capacidades militares com novas aproximações no campo da investigação de defesa, cooperação de armamentos e mercados de defesa. Na Acção Comum que cria a EDA, diz-se expressamente: *“Empenhamento no reforço da DTIB e na criação de um mercado europeu de equipamentos de defesa competitivo a nível internacional”*⁴².

⁴² No ponto 3.3 do artigo 5.º (Funções e Atribuições)



b. Os Contratos Públicos no Sector da Defesa - O Livro Verde ⁴³

A Comissão Europeia, antecedendo o lançamento do Livro Verde, emitiu o documento “*Para uma política comunitária em matéria de equipamentos de defesa*”, onde é referido que o objectivo do Livro Verde é obter um acordo em relação às regras de adjudicação de contratos aplicados a equipamentos de defesa. A questão das contrapartidas (*offsets*), aplicadas dentro e fora da UE, será também abordada neste Livro.

É também objectivo deste Livro prosseguir o trabalho iniciado neste domínio pelo Grupo POLARM⁴⁴, cujo futuro, após a criação da EDA, depende da decisão do COREPER⁴⁵. Também relacionado com a exportação de armamento convencional está o Grupo COARM⁴⁶.

O Livro Verde dos contratos públicos do sector da defesa foi publicado pela Comissão Europeia em Setembro de 2004 para promover as suas propostas para o desenvolvimento de um Mercado Europeu de Equipamentos de Defesa – EDEM.

É a segmentação dos mercados, na maioria dos casos circunscritos às fronteiras nacionais, que ajudará a impulsionar a Europa para uma política industrial alargada, isto é, para a criação de um EDEM. Só com um mercado alargado às fronteiras da UE e com a introdução de políticas e estruturas adequadas ao desenvolvimento de hábitos de cooperação e parceria entre os EM e as suas bases industriais de defesa, a Europa poderá garantir um lugar neste mercado global.

Uma das principais conclusões do Livro Verde é a falta de transparência e competição nas práticas relacionadas com as aquisições de equipamentos de defesa, o que tem vindo a dificultar a competitividade da Indústria Europeia e a justificar os elevados custos dos equipamentos militares.

A complexidade dos programas de aquisição de armamento, normalmente sujeitos a programas de desenvolvimento complexos, longos, de limitado volume de produção e muito dispendiosos fazem aumentar os riscos de fracasso comercial, pelo que o apoio dos Estados se torna necessário. Com ciclos de vida geralmente muito longos, os EM têm que garantir as capacidades industriais e a tecnologia durante todo o ciclo de vida de um sistema, e manter relações perenes e fiáveis com os fornecedores.

⁴³ Livro Verde - COM (2004) 608 final de 23.09.2004 – disponível no site:

http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/site/pt/com/2004/com2004_0608pt01.pdf

⁴⁴ POLARM – Ad Hoc European Armaments Policy Group. - Anexo I.

⁴⁵ COREPER - Comité dos Representantes Permanentes junto do Conselho da UE. - Anexo I.

⁴⁶ COARM - Conventional Arms Exports Working Group. - Anexo I.



c. O Código de Conduta

O lançamento do Código de Conduta⁴⁷, aprovado em 21 de Novembro de 2005, foi considerado pela EDA como o nascimento do Mercado Europeu de Equipamentos de Defesa (EDEM)⁴⁸, e a data em que entrou em vigor (1 de Julho de 2006), o início de uma nova era para as aquisições de defesa na UE.

A melhoria da transparência e da competição no EDEM oferece agora às Forças Armadas e aos contribuintes valor acrescido nos investimentos públicos, um maior leque de oportunidades de negócio para as empresas de defesa e o reforço da competitividade global da Indústria Europeia.

Como afirmou Javier Solana *“pela primeira vez, os países europeus comprometeram-se a adquirir entre si equipamentos de defesa se a oferta disponível for a melhor, em vez de contratarem automaticamente com um fornecedor nacional”*⁴⁹.

Assim, o Código de Conduta das aquisições de defesa é um procedimento voluntário e inter-governamental no quadro do novo mercado, gerido pela EDA.

Este Código aplica-se a contratos de valor igual ou superior a um milhão de euros (excluindo o IVA), e os Estados-membros que o subscreveram comprometem-se a dar iguais e justas oportunidades a todos os fornecedores, através do estabelecimento de critérios objectivos e transparentes de selecção dos concorrentes e de adjudicação dos contratos, e pela publicação das oportunidades a concurso no novo *Electronics Bulletin Board*- (EBB) da EDA.⁵⁰

Todos os concursos que, por excepção, não forem disponibilizados nesta base de dados, necessitarão de uma explicação à EDA efectuada pelo EM envolvido no concurso, para que, suportada numa transparência e numa contabilidade mútuas entre os EM, estes possam confiar que o processo está a decorrer como acordado.

d. O Código de Boas Práticas na Cadeia de Fornecimento

Ajudando ao desenvolvimento deste processo foi criado o Código de Boas Práticas na Cadeia de Fornecimento⁵¹, aprovado em 15 de Maio de 2005 pelos Ministros da Defesa dos EM, com o objectivo de estender às pequenas e médias empresas (PME) os benefícios

⁴⁷ O Código de Conduta está disponível em: <http://www.eda.europa.eu/reference/eda/EDA%20-%20Code%20of%20Conduct%20-%20European%20Defence%20Equipment%20Market.pdf>

⁴⁸ Comunicado de Imprensa da EDA de 30 Junho de 2006. Disponível no site: <http://www.eda.europa.eu/news/2006-06-30-0.htm>

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ O EBB está disponível no site: <http://www.eda.europa.eu/ebbweb/>

⁵¹ O Código de Boas Práticas está disponível no site: <http://www.eda.europa.eu/reference/eda/eda%20-%20code%20of%20best%20practice%20in%20the%20supply%20chain%20-%20european%20defence%20equipment%20market.htm>



de uma maior competição. Apesar das PME não poderem responder directamente aos concursos, podem no entanto participar como sub contratantes. Este Código, assim como o de Conduta, foi desenvolvido em total parceria com a indústria, visto que as empresas devem ser as principais interessadas pelas reestruturações necessárias e pela eliminação do peso excessivo dos procedimentos regulamentares.

A identificação das oportunidades de contrato, ou subcontrato, será efectuada pela publicação nos Boletins de Contratos das administrações dos EM subscritores, na base de dados EBB da Agência ou nos sites da WEB dos fornecedores

Este Código é parte integrante do Código de Conduta e com ele deve ser lido e implementado coerentemente. O Apêndice E apresenta mais informação sobre estes dois Códigos e o Livro Verde.

e. Síntese

Ao longo deste capítulo identificamos as razões subjacentes à criação e fortalecimento de um Mercado Europeu de Equipamentos de Defesa – EDEM, apoiado por um conjunto de regulamentos elaborados pela Comissão e pela EDA, dos quais se destacam o Livro Verde e o Código de Conduta.

A EDA, com o seu Código de Conduta, contribuiu eficazmente para a regulação do mercado europeu de equipamentos de defesa, tornando os contratos disponíveis mais transparentes e acessíveis a todos os EM. Neste sentido, deve continuar a apelar aos EM e à Indústria para que abandonem as suas reservas de décadas relativamente a um mercado de armamento à escala europeia e iniciem uma nova fase de cooperação provida de uma estratégia inovadora.

Para aumentar ainda mais a transparência de todo este processo deve ser proposta a revisão do código 296, para impedir que continuem as derrogações à regulamentação comunitária sobre os contratos públicos.

5. A INDÚSTRIA DE DEFESA EUROPEIA E A EDA

a. A Indústria de Defesa após o fim da Guerra-fria

Após o fim da Guerra-fria, muitos países desenvolveram a ideia que a manutenção de uma Base Tecnológica e Industrial de Defesa (DTIB) era um factor essencial associado à política de segurança.

Seguindo esta ideia, os países constataram que não podiam suportar financeiramente o desenvolvimento de capacidades em todas as áreas da defesa, o que



originou um período de racionalizações. Este período foi caracterizado por inúmeras privatizações, alianças e por um forte desenvolvimento do comércio internacional de equipamentos de defesa. As contrapartidas (*offsets*), passaram a ser um elemento chave do comércio internacional de equipamentos de defesa.

Este comércio de armamento tem sido governado por uma rede complexa de alianças internacionais e acordos cooperativos, e agravado pela privatização da maior parte das grandes empresas deste sector, o que tem aumentado a complexidade do mercado de defesa internacional. Um dos efeitos destas privatizações foi a mudança do critério de preservação da segurança nacional para o da maximização dos activos dos accionistas.

Neste ambiente de mudança, com fortes reduções nos orçamentos de defesa, os governos optaram por manter certas capacidades industriais de defesa, como meio de preservar proficiências, tecnologias e empregos ou simplesmente para garantir o fornecimento em tempos de conflito.

O efeito das reduções nos orçamentos de defesa nos EUA traduziu-se, na prática, no desaparecimento de aproximadamente 25% das maiores empresas de defesa existentes no início da década de 90, após terem passado por um processo de fusão. Só no sector aeroespacial americano, quarenta empresas deram origem a cinco grandes colossos deste sector industrial⁵².

Era evidente que a nova ordem mundial iniciada com a queda do muro de Berlim e as reduções nos orçamentos de defesa dos países membros da OTAN, arrastaria consigo as capacidades industriais americana e europeia.

Esta situação permitiu que, nos finais da década de noventa, muitos países europeus se tivessem apercebido que já não possuíam, individualmente, a massa crítica necessária para viabilizar a sua indústria de defesa.

b. A Indústria de Defesa Europeia. A necessidade de uma estratégia

A competitividade da Indústria de Defesa Europeia é vital para a credibilidade da Política Europeia de Segurança e Defesa – PESD. É importante que os EM cooperem entre si para a consolidação da EDTIB.

A indústria de defesa é fundamental para a economia europeia como um todo, pois emprega cerca de 770 mil pessoas e tem uma facturação estimada de 70 biliões de Euros.⁵³

⁵² Anexo J. Os cinco são: Boeing, Lockheed Martin, Northrop, Raytheon Corp. e General Dynamics.

⁵³ “Creating a single market for EU defence Industry”, European Commission, 3 April 2006, pag-1,

Disponível no site:

<http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=IP/06/419&format=HTML&aged=0&language=EN&guiLanguage=en>



Estes números representam aproximadamente metade dos da indústria de defesa dos EUA, quer em número de empregos quer em facturação⁵⁴.

Para uma melhor avaliação das despesas com a defesa na UE⁵⁵ procede-se à sua comparação com as dos EUA⁵⁶. Assim, no ano de 2005, a UE gastou em defesa 193 B€ enquanto que, no mesmo período, os EUA gastaram 406 B€, isto é, um pouco mais do dobro. Estes números correspondem, respectivamente, a 1,81% do PIB da UE e a 4,06% do PIB dos EUA. Na UE os gastos com a I&D são 9 B€ e nos EUA 53,2.B€, praticamente 6 vezes mais⁵⁷.

Nos últimos anos, o empenho demonstrado pela Comissão Europeia no sentido de ajudar este sector a fortalecer a sua competitividade, está consubstanciado em várias das suas Comunicações, das quais se salienta a de Dezembro de 1997, intitulada *“Executar a Estratégia da UE no domínio das indústrias relacionadas com a defesa”*⁵⁸. Nesta Comunicação, a CE apela para uma urgente reestruturação da Indústria de Defesa Europeia e para a criação de um mercado único de produtos de defesa.

Na prossecução destes objectivos, o *“Grupo de Aconselhamento Europeu para o Aeroespacial”*⁵⁹ produziu, em Julho de 2002, o documento *“Strategic Aerospace Review for the 21st Century- STAR 21”*⁶⁰, onde faz um conjunto de recomendações à Comissão relacionadas com as seguintes áreas: competição no mercado mundial; política de competição europeia na área da defesa; criação de uma base industrial e tecnológica de defesa (DTIB) competitiva; coerência nos gastos com a investigação de defesa entre os Estados-membros; criação de um EDEM e, capacidade espacial europeia de defesa.

A extrema importância da Indústria de defesa para a UE, nos planos político, económico, tecnológico e científico exige uma maior complementaridade entre o trabalho da Comissão Europeia e o da EDA.

⁵⁴ “Creating a single market for EU defence Industry”, European Commission, 3 April 2006, pag-1

⁵⁵ Os 24 Estados-membros participantes na EDA.

⁵⁶ Dados publicados pela EDA em 19 Dezembro 2006 no documento: European-United States Defence Expenditure in 2005, disponível no site: <http://www.eda.europa.eu/facts/EU%20-%20USA%20Defence%20Expenditure%202005.htm> e no Anexo K

⁵⁷ Esta e outra informação está disponível no Anexo K.

⁵⁸ COM (1997) 583 Final. Acessível na Internet em:

http://ec.europa.eu/enterprise/defence/defence_docs/com_97_583_en.pdf

⁵⁹ Formado pelos presidentes das maiores empresas aeronáuticas europeias e liderado por um membro da Comissão Europeia.

⁶⁰ Documento disponível no site: http://ec.europa.eu/enterprise/aerospace/report_star21_screen.pdf

c. Os programas de I&T na Comissão e na EDA. Uma complementaridade

No âmbito da I&T, o relatório “*Research for a Secure Europe*”⁶¹ identifica a necessidade urgente de se adaptar o modelo de financiamento e a organização das actividades de investigação da Comunidade Europeia às novas realidades de segurança e tecnologia. O mesmo relatório conclui que a investigação aplicada à segurança, sendo esta um pilar europeu essencial, exige recursos substanciais da Comunidade, no *‘montante mínimo de 1 bilião de euros por ano, com a possibilidade de crescimento, se apropriado. Em sintonia com o objectivo da UE investir 3% do PIB em investigação, o financiamento do Programa de Investigação de Segurança Europeu (ESRP) deve ser adicional a qualquer financiamento já assegurado actualmente pelo Programa Quadro de Investigação Comunitário (actual FP7) ou por fontes nacionais ou intergovernamentais’*.⁶²

O 7º Programa Quadro⁶³ de I&T da UE, planeado para o período de 2007 a 2013, atribuiu 1,35 biliões de Euros⁶⁴ ao ESRP.⁶⁵ O trabalho de preparação do ESRP desenvolvido pela EDA está em perfeita sintonia com as suas actividades de I&T. Com este envolvimento e com as actividades do WEAG/WEAO⁶⁶ que lhe foram acometidas a Agência saiu reforçada.

A Comissão Europeia tem vindo a demonstrar determinação no desenvolvimento de complementaridades entre as actividades de investigação comunitária, no domínio da segurança, e as preconizadas pela Agência. A sua participação no Conselho Director da EDA contribuirá para esta complementaridade e, quando adequado, para a utilização mútua dos resultados dos trabalhos de investigação. A aplicação da I&T a produtos de duplo uso deve ser estimulada, assim como a transferência de tecnologia da área civil para a militar e vice-versa. Estas acções são importantes para a consolidação da EDTIB.

Na EDA, os projectos de investigação subdividem-se em dois grupos: o das actividades de I&T comuns e o dos chamados projectos de I&T *ad-hoc*. Este último grupo

⁶¹ Documento disponível em :

http://www.eubuero.de/arbeitsbereiche/sicherheitsforschung/Download/dat_/fil_981

⁶² Idem pág. 7.

⁶³ Anexo L – VII Programa Quadro.

⁶⁴ Disponível no site: <http://cordis.europa.eu/fp7/budget.htm>, ou no site,

http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressdata/pt/intm/90756.pdf p-8

⁶⁵ O ESRP resultou do trabalho de um grupo de personalidades representando os utilizadores, a indústria e as organizações de investigação, criado pela Comissão Europeia nos finais de 2004, e intitulado: “*European Security Research Advisory Board*”. Este trabalho teve em consideração a EDA, a cooperação e as sinergias que podem resultar na investigação de segurança da Comunidade e o trabalho desenvolvido pela EDA.

Anexo L.

⁶⁶ Apêndice F – WEAG, WEAO e EDIG.



tem dois processos de geração diferentes: o *Top down* no qual os projectos são elaborados para satisfazer uma falha identificada nas capacidades, ou uma prioridade da EDA previamente acordada; e o *Bottom up* no qual os projectos são propostos pelos peritos das CAPTECHs⁶⁷ e são aprovados pelos Estados-membros participantes.

Na Acção Comum que cria a EDA⁶⁸, os artigos 20º e 21º classificam os projectos *ad-hoc* em categoria A e categoria B, respectivamente. Os primeiros são projectos ou programas do tipo *Top-down*, em que todos os EM devem, em princípio, participar; os segundos, os de categoria B, são do tipo *Bottom up* e apenas alguns EM participarão.

No *site* da EDA⁶⁹ estão disponíveis as condições gerais e a documentação para criar um projecto/programa *ad-hoc* de investigação.

A função reguladora da participação dos EM é efectuada pelo Comité de Gestão da EDA, que assegura a participação das indústrias dos países menos desenvolvidos da UE. A 6 de Dezembro de 2006, havia na Agência 22 projectos em avaliação e 37 já contratados somando 200 milhões de Euros⁷⁰.

d. A Indústria Aeroespacial Europeia

Contrariamente ao que ocorreu nos EUA, as empresas europeias, confrontadas com o facto de pertencerem a vários países, com políticas e interesses diferentes, confinaram as fusões e aquisições ao espaço nacional. O anexo J apresenta um diagrama ilustrativo dessas fusões e aquisições na Europa, claramente mais complexo que o americano, por envolver empresas de seis países europeus.⁷¹

Na União Europeia, depois da fase de reestruturação, o mercado aeronáutico pôde ser resumido a dois grandes grupos, a EADS⁷² e BAe Systems⁷³. A EADS é a segunda maior empresa aeronáutica mundial, ultrapassada apenas pela Boeing, e a BAe Systems é a quarta depois da Lockheed Martin.

A EADS foi fundada em 10 Agosto de 2000 e é actualmente uma referência da actividade aeronáutica civil e militar europeia nas áreas de projecto, I&D e produção. Poucas são as empresas aeronáuticas europeias que não pertencem a este grupo, que se transformou no maior centro independente europeu da actividade aeronáutica de defesa.

⁶⁷ Anexo M – CAPTECHs.

⁶⁸ Disponível em: http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/site/en/oj/2004/l_245/l_24520040717en00170028.pdf

⁶⁹ Disponível em: http://www.eda.europa.eu/randt/randt_reference.htm

⁷⁰ CNC Seminar - 5 Dezembro de. 06 - Informação retirada do slide 8 e 9. Disponível no site: <http://www.eda.europa.eu/randt/RTCNC/BackgroundSession.PDF>

⁷¹ Suécia, Reino Unido, França, Alemanha, Itália e Espanha.

⁷² EADS - European Aeronautics Defence and Space Company.

⁷³ A combinação de British Aerospace (BAe) e Marconi Electronic Systems (MES).



No âmbito da EADS, salienta-se o programa do helicóptero NH90, que conta com a participação da França, Alemanha, Itália, Holanda e Portugal, num total de 377 helicópteros nas versões terrestre (transporte tático) e naval (porta-aviões). O custo unitário está estimado em 20 milhões de euros para a versão de transporte tático (sendo esta a escolha de Portugal) e 30 milhões para a versão naval. O programa está a ser gerido na OTAN pelo NATO Helicopter Management Organisation (NAHMO).

Outra entidade europeia importante na área da indústria de defesa é a ASD – “*Aerospace and Defence Industries Association of Europe*”, fundada em 2004 da fusão da AECMA, do EDIG e do EUROSPACE. Actua como representante das indústrias aeronáutica, espacial, defesa e segurança na Europa, com o objectivo de promover e apoiar o desenvolvimento competitivo do sector. Os seus membros incluem 30 associações de 20 países europeus e representam mais de 2000 empresas e de 80000 fornecedores, a maioria dos quais PMEs. Em 2005, os sectores industriais aqui representados empregaram 614.000 funcionários e tiveram uma facturação de 113 biliões de Euros⁷⁴. Portugal está representado na ASD pela DANOTEC⁷⁵ e pela AIP⁷⁶.

A ASD reconhece que possui potencial para cooperar com a EDA na complexa área da interoperabilidade, e com a Comissão Europeia, no âmbito do 7PQ, identificando tecnologias de duplo-uso que possam servir de elo de ligação entre os investimentos da Comissão Europeia e os esforços individuais dos MoD.

O futuro da indústria aeronáutica de defesa não depende apenas de factores económicos, industriais, sociais e tecnológicos, mas também do desenvolvimento de uma capacidade de defesa europeia autónoma, um assunto de importância estratégica para a UE. A criação de um EDEM e a implementação do ECAP são actividades que, no âmbito da UE e da EDA, ajudarão a fortalecer a reorganização da indústria europeia de defesa iniciada na década de 90. Todos estes esforços estão orientados para dotar a UE das capacidades de defesa necessárias e suficientes para desempenhar o papel que lhe compete como potência global de influência política e económica.

e. Síntese

Neste capítulo propõe-se investigar a relevância da EDA nas indústrias de defesa dos Estados-membros, admitindo que a Indústria de Defesa Europeia só poderá aproximar-se da dos EUA se integrada numa EDTIB.

⁷⁴ ASD - AeroSpace and Defence – Facts & Figures 2005 (pág. 3).

⁷⁵ DANOTEC- Associação das Empresas de Defesa, Armamento e Novas Tecnologias.

⁷⁶ AIP- Associação Industrial Portuguesa.



A baixa competitividade da Indústria de Defesa Europeia, suportada num tecido industrial fragmentado e em fase de reestruturação, forçou a Comissão Europeia a apelar à sua urgente dinamização, com vista à supressão das deficiências nas capacidades de defesa e à redução da distância que a separa dos EUA. A necessidade de uma visão europeia conjunta para as indústrias de defesa fez da I&DT um dos mais importantes pilares para suprir estas limitações.

Efectivamente, a I&DT é não só um dos objectivos mais importantes para a EDA, consubstanciado no programa para 2007 de uma das suas Direcções, mas também um dos objectivos da Comissão Europeia. Pela primeira vez na história da UE, foi criado um Programa Europeu de Investigação em Segurança (ESRP), no âmbito do 7º Programa Quadro (2007-2013), e para o qual foram canalizados 1,35 biliões de euros. Este esforço financeiro da UE é uma clara demonstração do seu empenho na redução da separação dos EUA, contribuindo decisivamente para a consolidação da EDTIB.

A criação do Grupo Industrial EADS e da Associação ASD representa na UE um passo muito significativo para o desenvolvimento competitivo dos sectores aeronáutico, espacial, de defesa e segurança europeus e um marco na consolidação da EDTIB. A EDA, na sua ligação a estas duas entidades, contribuirá para a reorganização e o desenvolvimento da indústria de defesa europeia e, assim, para a redução da distância que a separa dos EUA.

6. O FUTURO DA INDÚSTRIA E DA I&D DE DEFESA NACIONAL

a. Do Conceito Estratégico de Defesa Nacional e do Programa do Governo

Antes de avaliarmos a indústria nacional com aplicação na defesa, faremos uma breve análise ao Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN)⁷⁷ e ao Programa do Governo, para daí inferirmos o enquadramento estratégico que o Estado propõe para a esta indústria, quer no âmbito da política de segurança e defesa nacional, quer da PESD.

O CEDN reconhece que, dos pontos de vista da defesa e do interesse nacional, para que Portugal possa garantir uma posição activa e individualizada no espaço da defesa colectiva *é necessário um esforço de modernização e adaptação das Forças Armadas e dos seus equipamentos.*

No âmbito particular da UE, e no quadro específico da defesa nacional, o novo CEDN é claro quanto ao interesse que Portugal tem em participar nas chamadas Missões de Petersberg e em contribuir, de uma forma efectiva, para melhorar as capacidades militares colocadas à disposição da UE.

⁷⁷ Conceito Estratégico de Defesa Nacional – Resolução do Conselho de Ministros nº6/2003 – 20 Janeiro 2003.



Neste enquadramento, o CEDN apresenta como desejável que as Forças Armadas Portuguesas disponham de melhores capacidades de projecção, sustentação e protecção de forças, apoiadas em C3I e infra-estruturas e que os programas de desenvolvimento destas capacidades sejam coordenados com os da OTAN e da UE.

A modernização dos respectivos equipamentos e a programação financeira das Forças Armadas são condições essenciais ao cumprimento dos objectivos da política de defesa nacional. Fica também claro neste novo Conceito que o Estado deve melhorar as suas regras de gestão dos recursos públicos afectos à defesa nacional, incluindo as aquisições, o que será conseguido com uma melhoria gradual das funções de investimento, operação e manutenção.

É também reconhecida no CEDN a importância estratégica da defesa nacional como importante recurso para o desenvolvimento económico nacional, competindo ao Estado: *“melhorar os níveis de exigência e eficiência da política de I&D no domínio da defesa nacional; incentivar as parcerias entre as indústrias de defesa competitivas e o tecido empresarial português, aproveitando as oportunidades do reequipamento das Forças Armadas e melhorando a política de contrapartidas; reformar e modernizar as indústrias de defesa de reconhecido valor estratégico e participar em projectos cooperativos no quadro do nosso sistema de alianças”*⁷⁸.

Com base no actual Programa do Governo⁷⁹, é reafirmado o empenho do país no desenvolvimento da PESC e a sua presença na primeira linha da construção da PESD, incluindo a sua participação em missões militares da UE.

No âmbito da modernização das Forças Armadas, e para as adequar aos novos tempos e desafios, são definidas oito prioridades das quais se destacam, no âmbito deste trabalho, a modernização dos equipamentos e requalificação das infra-estruturas e a sustentação orçamental, através da reestruturação e da racionalização de meios e do recurso a equipamentos e sistemas de duplo uso (civil e militar).

Finalmente, e ainda dentro das oito prioridades de modernização das Forças Armadas, o actual Governo assume como imperativo o *“desenvolvimento do Sector Empresarial na Área da Defesa incluindo as áreas industrial, tecnológica e financeira e a dinamização e integração das indústrias de defesa portuguesas nas redes europeias de criação de valor, com vista ao estabelecimento de uma base tecnológica e industrial de Defesa (DTIB) e de um mercado de equipamentos de defesa, nomeadamente, através da*

⁷⁸ Conceito Estratégico de Defesa Nacional, ponto 9.6, pág 13.

⁷⁹ Programa do XVII Governo Constitucional – Presidência do Conselho de Ministros 2005-2009, pág. 159.



participação na Agência Europeia de Defesa”⁸⁰. A introdução deste imperativo no Programa do Governo é uma demonstração clara do reconhecimento político da hipótese levantada neste trabalho de que a Indústria de Defesa Nacional não poderá sobreviver sem uma participação efectiva, permanente e sustentada nos consórcios industriais de defesa europeus e para a qual a contribuição da EDA é fundamental.

Esta posição, que tem vindo a ser expressa noutros moldes em anteriores Programas de Governo, evidencia a preocupação em manter e modernizar a indústria nacional relacionada com a defesa, em ligação com os programas de reequipamento das Forças Armadas consubstanciados na Lei de Programação Militar.

b. A Indústria de Defesa em Portugal

Em 1996, no âmbito do MDN e pelo DL n.º 235-B/96 de 12 Dezembro foi criada a EMPORDEF⁸¹ – Empresa Portuguesa de Defesa (SGPS) S.A., uma “holding” das participações sociais detidas pelo Estado nas empresas ligadas à defesa. Constitui-se como centro de decisão estratégica da indústria de defesa e gestora das empresas participadas em termos de “racionalidade empresarial”, no respeito pelas orientações estratégicas, aprovadas pela tutela.

Actualmente, fazem parte desta *holding* as empresas OGMA, ETI, IDD, ENVC, EID e EDISOFT.⁸² Além destas seis empresas, existem mais algumas dezenas de empresas industriais detentoras de tecnologias que podem perfeitamente ser postas ao serviço de programas de defesa, nomeadamente pela participação em programas de contrapartidas. Cerca de quatro dezenas destas empresas são membros da DANOTEC⁸³ – Associação das Empresas de Defesa, Armamento e Novas Tecnologias, que tem como objectivo genérico o desenvolvimento de uma ampla rede de competências, alargada ao tecido industrial e científico do país, especialmente nos sectores terrestre, naval e aeroespacial, bem como dos sistemas e equipamentos com eles relacionados, com vista ao emparceiramento efectivo na Nova Europa de Defesa.

Esta Associação mantém laços estreitos de cooperação e intercâmbio com as suas congéneres europeias, acompanhando as actividades de maior interesse para as empresas associadas, em particular nos grandes programas de I&D europeus, sob os auspícios da União Europeia e da OTAN. A DANOTEC mantém um representante nacional no Conselho da Associação Internacional das Indústrias de Defesa Aeroespaciais ASD.

⁸⁰ Programa do XVII Governo Constitucional – Presidência do Conselho de Ministros 2005-2009, pág. 161.

⁸¹ Informação disponível no site: <http://www.empordef.pt/>

⁸² Anexo N – Empresas do Grupo Empordef.

⁸³ Informação disponível no site: <http://www.danotec.pt/>

c. A Estratégia de Lisboa⁸⁴

As prioridades estabelecidas na Estratégia de Lisboa estão a ser implementadas pelo governo português através da aplicação do seu Plano Tecnológico.⁸⁵ Este plano reconhece que a promoção, o desenvolvimento, a modernização, e a competitividade das empresas deve estar suportada em três eixos: conhecimento, tecnologia e inovação.

No âmbito da Estratégia de Lisboa, é de salientar a medida 39 – Programa de Parcerias Empresariais (2005-2008), – relacionada com a necessidade de “Desenvolvimento do *Cluster* Aeronáutico” e a medida 40 – Contrapartidas de aquisições públicas (2005-2010) – relacionada principalmente com a LPM⁸⁶.

Os problemas que enfrenta a indústria de defesa portuguesa exigem reformas e mudanças que podem ser conseguidas com as seguintes acções: dinamização do investimento, estímulo ao “*empreendedorismo*”⁸⁷, estabelecimento de parcerias com os principais grupos industriais europeus, criação de “*clusters*” de excelência tecnológica e melhoria da competitividade externa no acesso a mercados.

No âmbito do acesso a mercados potencialmente favoráveis à colocação dos nossos produtos ou serviços, em particular os da área da defesa, é fundamental uma melhor utilização da informação disponível nas embaixadas portuguesas, em particular ao nível dos Adidos de Defesa. A informação privilegiada que estes representantes do Estado Português têm dos mercados de defesa dos países onde se encontram, deve, depois de centralizada no MDN/DGAED, ser difundida à EMPORDEF e à DANOTEC.

Considera-se que a melhoria deste canal de informação seria uma importante mais-valia para a dinamização da indústria nacional, à semelhança do que já acontece com alguns países europeus. A CPLP poderá também ser vista como outro excelente fórum de obtenção de informações mobilizadoras da indústria nacional, em particular da relacionada com a defesa. Na UE, a EDA é outra entidade privilegiada na obtenção e difusão deste género de informação, o que faz regularmente através do seu EBB - Electronic Bulletin Board.⁸⁸

⁸⁴ Anexo O – A Estratégia de Lisboa.

⁸⁵ Pode ser encontrado no site: <http://www.planotecnologico.pt/document/OPlanoTecnologico.pdf>

⁸⁶ Estratégia de Lisboa. Portugal de Novo. Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego. Disponível no site: http://ec.europa.eu/growthandjobs/pdf/nrp/PT_nrp_pt.pdf. Seu Anexo A Pág. 26 e 27.

⁸⁷ Apêndice A - Glossário de Conceitos.

⁸⁸ O EBB é uma tabela disponibilizada no site da EDA e que contém todos os programas abertos pelos países membros da EDA relacionados com a defesa, e a que qualquer indústria destes países pode responder.

Informação disponível no site: <http://www.eda.europa.eu/ebbweb/>



d. A política do MDN e da DGAED para a indústria e a I&T de defesa⁸⁹

A DGAED, de acordo com o expresso na sua formulação estratégica, “*será um interveniente activo nos processos de reequipamento, modernização e sustentação das Forças Armadas, e contribuirá para o reforço da Base Industrial e Tecnológica nacional e europeia, e para a criação do Mercado Europeu de Equipamentos de Defesa.*” Pretende ser também “*um elemento essencial para o desenvolvimento das capacidades nacionais, constituindo-se como parceiro privilegiado de entidades nacionais e estrangeiras em actividades de I&D na área da Defesa.*”⁹⁰ Esta formulação estratégica da DGAED está em total sintonia com a da EDA.

A DGAED tem posicionado as suas actividades em três vertentes: necessidades das Forças Armadas, oportunidades das Organizações Internacionais e capacidade de resposta à sociedade civil, em particular à Base Tecnológica e Industrial Nacional.

O potencial existente no país ao nível das PME's com aplicação na defesa e o potencial científico existente na rede nacional de centros de investigação tem sido parcialmente utilizado, denotando um certo afastamento entre as políticas do MDN, do MEI e do MCTES.

Particularmente na área da I&T haverá ainda um grande esforço a empreender, para que a I&DT de defesa possa atingir um nível de excelência que lhe garanta um efectivo envolvimento em programas internacionais. Cada vez mais as aplicações de duplo uso, resultantes de investimentos em I&DT, justificam uma aproximação entre as estratégias dos referidos Ministérios. A disponibilização de uma base de dados dos centros de excelência de I&D e I&T a nível nacional, com identificação dos domínios de investigação, permitiria um mais amplo conhecimento das reais capacidades nacionais, e uma melhor optimização dos recursos financeiros e humanos disponíveis no país. Como os resultados do investimento em I&DT de defesa são aplicáveis em todas as áreas da indústria, recomenda-se que, à semelhança dos Centros de I&T existentes noutros países europeus (NLR na Holanda, DERA no Reino Unido, INTA em Espanha, DLR na Alemanha, ONERA em França, etc.), seja criado em Portugal um Centro de Investigação e Tecnologia para a Defesa, com tutela do MDN.

Este Centro ajudaria a reduzir o fosso científico que, no domínio da defesa, existe em relação aos nossos parceiros da NATO e da UE, e ajudaria a criar as sinergias

⁸⁹ Apêndice G - “A política do MDN e da DGAED para a indústria e a I&T de defesa”.

⁹⁰ Definição de objectivos estratégicos e operacionais da DGAED/2006. Documento aprovado por S.Ex.^a o Ministro da Defesa Nacional, conforme despacho de 29 de Maio de 2006, pág. 9.



necessárias para agregar competências e saberes já existentes noutros Institutos e Centros de Investigação pertencentes ao MCTES⁹¹. Por outro lado, a gestão científica centralizada dos diversos programas de investigação, relacionados com a defesa e em que Portugal participa, evitaria a dispersão de recursos humanos e financeiros e concentraria todos os intervenientes nos mesmos objectivos científicos propostos pelo MDN. Só assim se entende que seja possível ao Tecido Científico e à Indústria de Defesa Nacionais reduzir o tempo necessário para se adaptarem aos futuros desafios que a PESD vai impor ao país.

Da articulação deste Centro com a Indústria Nacional resultariam, necessariamente, projectos e programas que conduziriam ao desenvolvimento sustentado de ambas e, no longo prazo, possibilitaria ao MDN uma participação mais consistente e efectiva nos diversos *fora* internacionais relacionados com a Defesa, nomeadamente junto da EDA.

Aliando as actividades passíveis de serem desenvolvidas por este Centro de Investigação e Tecnologia, com os objectivos estratégicos da DGAED e com as competências dos associados da EMPORDEF e da DANOTEC, estariam criadas as sinergias necessárias para os Ministérios da Defesa e da Economia encararem, de forma realista, a criação de um “*Cluster Científico-Industrial*” na área da defesa. Este *cluster* estaria vocacionado para garantir uma efectiva participação, em parceria, no desenvolvimento de produtos e sistemas de duplo uso e para fomentar a germinação de PME’s de alta tecnologia.

Seria recomendável que as entidades responsáveis por estes sectores, nos referidos Ministérios, pudessem avaliar o interesse estratégico e a exequibilidade desta proposta, pois considera-se que poderá contribuir para que Portugal melhore a sua posição, neste domínio, a nível europeu.

Convém aqui salientar a posição defendida pelo Sr. Ministro da Defesa durante a conferência “Agência Europeia de Defesa – Um desafio para Portugal”, organizada pela DGAED, em Junho de 2006, ao afirmar, em relação à indústria nacional, que “*é um erro reduzir o impacto das actividades da Agência Europeia de Defesa apenas à área das indústrias de defesa e não considerar que abrange, beneficia toda a indústria em geral*”.

⁹¹ No âmbito do Programa MIT-Portugal, uma das áreas envolvidas está relacionada com a aeronáutica, para a qual se prevê o desenvolvimento de interações entre as Universidades e as indústrias locais deste sector. Do comunicado conjunto do Governo português e do Instituto de Tecnologia do Massachusetts (MIT) disponível no site: http://www.portugal.gov.pt/NR/rdonlyres/40E1E4B2-313F-4C0F-A074-3883A452346F/0/MIT_PT_Comunicado_Port.pdf

O papel proactivo que a DGAED está a ter neste domínio, o envolvimento nacional nas várias áreas de actividades da Agência e a decisão de Portugal em participar no primeiro programa de investimento conjunto, são factos muito positivos, e concretos, em relação ao impacto da EDA na indústria portuguesa e no tecido científico nacional.

e. Síntese

Neste capítulo procurou-se investigar se a Indústria e a Investigação Científica de Defesa Nacional estão sintonizadas e participativas com a estratégia da EDA, admitindo, como hipótese, que não poderão sobreviver sem uma participação efectiva, permanente e sustentada nos consórcios industriais de defesa europeus.

Partindo da análise do CEDN e do Programa do XVII Governo Constitucional, constatou-se estarem em total concordância com a estratégia definida pela EDA. Alertou-se para a necessidade de melhorar o circuito de informação industrial ou de I&D disponível nas Embaixadas em relação aos mercados locais. Foi apresentada uma proposta para a criação de um Centro de Investigação e Tecnologia para a Defesa e para a necessidade da melhoria das relações entre o MDN, o MEI e o MCTES.

Da análise efectuada à Indústria de Defesa Nacional, nomeadamente, às organizações EMPORDEF e DANOTEC, conclui-se que ambas mantêm relações privilegiadas com empresas e outras organizações europeias, das quais se destacam a EADS e ASD. Como a Indústria de Defesa é mais abrangente que estas duas organizações, as relações da EDA devem ser alargadas à indústria em geral.

Constatou-se que o Plano Tecnológico, enquadrado na Estratégia de Lisboa, orienta para o estabelecimento de parcerias com os principais grupos industriais europeus e para a criação de “clusters” de excelência tecnológica. Foi abordada a criação de um “*Cluster Científico-Industrial*” para a Defesa.

Finalmente, verificou-se que as políticas do MDN e da DGAED estão também em perfeita sintonia com a da EDA, não só em relação ao desenvolvimento das capacidades de defesa, como na contribuição para a criação e desenvolvimento da EDTIB e do EDEM.

7. O IMPACTO DA EDA NO ACTUAL MODELO DA LPM

a. A Lei de Programação Militar. Investimentos e Cativações para 2007

Desde 29 de Agosto 2006 que o País tem uma nova Lei de Programação Militar, a Lei Orgânica n.º 4/2006,⁹² satisfazendo o articulado do Art.º 26 da LDNFA.⁹³

⁹² Disponível no site: <http://dre.pt/pdf1sdip/2006/08/16600/62326235.PDF>

⁹³ Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas - LDNFA – lei nº 29/82 de 11 de Dez. Art. 26 pág. 11.



Esta lei orgânica, decretada pela Assembleia da República, dá continuidade ao processo de reequipamento das FA, tendo como parâmetros de referência a racionalização do emprego dos meios existentes ou a adquirir e a gestão eficiente e eficaz dos recursos disponíveis. A LPM, além de um instrumento de planeamento, incorpora e materializa o investimento público necessário à modernização e reequipamento do Sistema de Forças Nacional (SFN), para um horizonte temporal de 18 anos (2007-2024).

Esta LPM contempla para os 18 anos um valor global de investimento de 5.450 milhões de euros (M€), correspondendo a cada um dos três sexénios 2.119 M€ 2.203 M€ e 960 M€. Os restantes 168M€ estão associados ao período de 2024 a 2029. Esta lei prevê que a sua revisão deva ocorrer no ano de 2009, produzindo efeitos a partir de 2010, de acordo com o Ciclo Bienal de Planeamento de Forças (CBPF).

Convém salientar que na Lei do Orçamento de Estado para 2007⁹⁴, na rubrica de Disciplina Orçamental e sobre a utilização das dotações orçamentais, está escrito “*Ficam cativos 40% do total das verbas afectas à Lei de Programação Militar*”,⁹⁵ o que não augura nada de bom em relação à utilização das verbas planeadas para 2007. Pela experiência de anos anteriores e no quadro dos constrangimentos financeiros do País e das condicionantes impostas pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC), tudo leva a crer que esta cativação se transforme numa efectiva redução na despesa.

Este assunto foi debatido na Assembleia da República⁹⁶, durante a apresentação da Lei pelo Governo, tendo o Sr. Ministro da Defesa referido que “*a cativação é, pela sua natureza e em todos os sectores, um exercício de regulação da despesa face ao exercício orçamental. É uma válvula de regulação, isto é, se a execução orçamental correr bem, naturalmente também correrá bem para as FA e para o seu reequipamento; se correr mal, como em todos os outros sectores do País, serão prejudicados pela evolução natural da arrecadação de receitas e pelo desequilíbrio que, em cada momento, se verificar. Não criamos uma situação de excepção em relação a estas realidades*”⁹⁷.

Além desta cativação está prevista⁹⁸ a “*Transferência de uma verba, até ao limite de 10% da verba disponível no ano de 2007 e por despacho conjunto dos ministros responsáveis pelas áreas das finanças e da defesa nacional, destinada à cobertura de*

⁹⁴ Orçamento do Estado para 2007 – Lei n.º 57-A/2006 de 29 de Dezembro. Disponível no site:

<http://www.iapmei.pt/iapmei-leg-03.php?lei=5099>. Capítulo II, Artigo 2.º ponto 1. Ver Anexo P.

⁹⁵ No Orçamento de Estado de 2005 ficaram cativas 20% das verbas afectas à LPM.

⁹⁶ Diário da Assembleia da República – I Série – Nº 137 – Reunião Plenária de 21 Junho de 2006 – Apresentação e debate da LPM 06 – pág. 6260 a 6278.

⁹⁷ Idem, pág. 6267.

⁹⁸ No n.º 2 do Quadro de alterações e transferências orçamentais a que refere o artigo 6º da Lei do Orçamento para 2007.



encargos, designadamente com a preparação, operações e treino de forças, de acordo com a finalidade prevista no artigo 1.º da Lei de Programação Militar”.

Convém salientar que a estes 10% acrescem ainda os já referidos 40%. Se os 290 milhões de Euros de receitas previstos obter com a alienação de equipamentos não se concretizarem entre 2007 e 2011, o orçamento disponível será inferior em mais de 50%, o que corresponde a uma redução, em relação ao de 2006, superior a 50 milhões de Euros.

b. As Inovações introduzidas com a actual LPM

Em termos estruturais, e de carácter inovador, esta LPM identifica um conjunto de capacidades conjuntas que, ao serem transferidas para os Órgãos e Serviços Centrais (OSC) do MDN, permitirão a criação de programas comuns aos Ramos. Este novo enquadramento permitirá uma abordagem integrada e harmoniosa na edificação do SFN, com mais valias potenciais para o incremento da interoperabilidade técnica e para a obtenção de reais economias de escala nas aquisições. Este reforço da centralização no MDN também permitirá uma maior eficácia no desenvolvimento dos núcleos de forças da componente operacional e maior rapidez na execução dos procedimentos.

Além desta constatação, nota-se, no despacho ministerial⁹⁹ que deu início à revisão da actual LPM, uma grande preocupação com a “(...) *racionalização que evite sobreposições e injustificadas duplicações de valências entre os ramos, potenciando o emprego operacional conjunto e combinado (...)*”, o que consubstancia o conceito de que um sistema de forças deve ser entendido como um sistema, e não simplesmente como um conjunto de capacidades.

Esta inovação na LPM conduziu a um reforço significativo nos programas a serem geridos pelos OSC do MDN, o que se traduziu numa variação de 2% para 28% no valor atribuído por esta Lei a esta entidade. Convém salientar que este aumento não se traduz no total da LPM, já que a grande maioria das verbas transitam de rubricas atribuídas em 2006 aos Ramos.

A segunda inovação desta Lei, prende-se com a criação de uma Força Conjunta de Helicópteros que, ao ficar adstrita à acção de comando do CEMGFA, servirá os três Ramos das FA.

A terceira inovação está relacionada com a participação na EDA e prende-se com o aumento significativo das verbas afectas a programas de I&D e de Modernização da Base Industrial de Defesa. Convém salientar que esta inovação da LPM nasce nas orientações e

⁹⁹ Para a actual LPM o despacho ministerial foi o n.º 120/MDN/2005 – Directiva para a revisão da Lei de Programação Militar.



princípios gerais do referido despacho ministerial, quando é determinado que: *“Deverão privilegiar-se os programas conjuntos e ser incrementada a participação em projectos cooperativos no âmbito da OTAN e da EDA e deverá prosseguir o esforço de investimento na modernização da infra-estrutura industrial e da base tecnológica de defesa”*. O Governo pretende, com esta determinação, criar condições que permitam reforçar a posição nacional no futuro acompanhamento da evolução da EDA, um elemento de referência na PESD, enquanto instrumento de consolidação do EDEM. Pretende ainda que sejam estimuladas a acompanhar este processo as empresas nacionais, envolvendo sectores privados, que trabalham para estas indústrias fornecendo serviços, componentes e equipamentos. Para esta política, o Governo conta também com a nova Comissão Permanente de Contrapartidas, centrada no MEI.

O reforço substancial em I&D de Defesa, e o privilégio dado ao desenvolvimento do tecido industrial nacional com aplicação na área da Defesa previstos nesta lei, estão em perfeita sintonia com os objectivos que a EDA colocou para a edificação de uma Política Europeia de Segurança e Defesa.

Nas políticas definidas para o Ministério da Defesa Nacional, inscritas no Relatório do Orçamento do Estado para 2007, e no âmbito da *“Modernização e Reestruturação em Matéria de Defesa Nacional e das Forças Armadas”*, o Governo propõe que *“o desenvolvimento do sector empresarial na área da Defesa dará novos passos com a reforma dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas¹⁰⁰ e com a aproximação das indústrias nacionais ligadas à defesa das redes europeias, designadamente através da Agência Europeia de Defesa”*.¹⁰¹

Mais uma vez, o Governo explicita, de forma clara e precisa, a sua vontade política de ter na Agência Europeia de Defesa o parceiro preferencial para o desenvolvimento e internacionalização das indústrias nacionais ligadas à defesa, contribuindo a LPM com a componente financeira para a sua concretização.

c. O futuro da LPM. Cenários

Tendo em consideração a futura reestruturação do MDN, a contínua redução dos orçamentos disponíveis para a Defesa, a política de favorecimento dos programas

¹⁰⁰ Os Serviços e Fundos Autónomos do MDN são: Arsenal do Alfeite, Oficinas Gerais Material de Engenharia, Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento do Exército, Laboratório Militar de Produtos Químicos, Farmacêuticos, Manutenção Militar, Instituto Hidrográfico e Instituto de Acção Social das Forças Armadas.

¹⁰¹ Orçamento do Estado para 2007 – Relatório do Ministério das Finanças e da Administração Pública – Outubro de 2006. Disponível no site: <<http://dgo.oni.pt/OE2007/Proposta/rel-2007.pdf>>. Pág. 179 , parágrafo IV.6.1 Políticas.

conjuntos, a actual metodologia associada com o processo de revisão da LPM e os compromissos que Portugal assumiu internacionalmente, em particular com a EDA no âmbito da PESD, prospectavam-se possíveis cenários de evolução da LPM:

(1) 1º Cenário. Nova estrutura do MDN; menores orçamentos; programas conjuntos

No actual modelo da LPM, a orientação para a elaboração da proposta de lei da sua revisão é da competência do Governo, através do Ministro da Defesa Nacional, em articulação com o CEMGFA e com os CEM dos Ramos. Um novo modelo a criar para esta Lei vai depender de uma melhor articulação entre estas entidades (onde se inserirá o futuro Comando Operacional Conjunto - COC), do resultado do processo de reestruturação do MDN em curso, das novas políticas de racionalização do emprego e sustentação do SFN e do orçamento disponível para a LPM (muito afectado pela política de cativações actualmente em vigor). Os constrangimentos orçamentais para os programas de equipamento militar e a inexistência de requisitos de longo prazo são ameaças que irão impor uma nova estratégia associada com a revisão da LPM.

(2) 2º Cenário. Uma nova metodologia da DGAED

A DGAED considerou dentro dos seus objectivos para 2007¹⁰² *“propor uma nova metodologia para o processo de revisão da LPM e afirmar a DGAED no contexto dos desenvolvimentos da Agência Europeia de Defesa”*.

A actual LPM identifica e quantifica os investimentos necessários para suprir as lacunas nas capacidades definidas no SFN, sem considerar toda a envolvente a essas necessidades. A nova metodologia de revisão da LPM, a propor pela DGAED, deverá ter em consideração não só o processo de aquisição dos meios, como até aqui tem ocorrido, mas todos os factores associados ao seu ciclo de vida, nomeadamente os relacionados com a doutrina, pessoal, formação, infra-estruturas, logística, manutenção, sustentação, exploração, modernização, financiamento e alienação.

Apesar de, processualmente, a preparação/revisão da LPM ser um processo *Top-down*, iniciado por despacho ministerial, enquadrado pela Componente Operacional do SNF e centralizado o seu estudo e planeamento ao mais alto nível no MDN, a realidade parece conduzir a um processo *Bottom-up*, como se depreende das palavras do Sr. Ministro da Defesa Nacional¹⁰³: *“O processo de decisão que nos permite hoje apresentar aos*

¹⁰² Plano Anual de Actividades 2007 – DGAED – pág 21.

¹⁰³ Discurso de apresentação da Proposta da LPM do Sr. Ministro da Defesa Nacional, Dr. Júlio Castro Caldas em 17/05/2001, disponível do site do MDN (pág. 1).



deputados da Nação a proposta de Lei de Programação Militar iniciou-se nos três ramos das forças armadas e no Estado Maior General das Forças Armadas, numa actividade rigorosa de estudo e planeamento, continuou no Conselho de Chefes e no Conselho Superior Militar, a que se seguiram por fim o Conselho de Ministros e o Conselho Superior da Defesa Nacional.”

Este segundo cenário, ao estar suportado num objectivo do MDN/DGAED para 2007, comprova a percepção de que a actual Lei necessita urgentemente de uma nova metodologia de revisão.

(3) 3º Cenário. Plano de Desenvolvimento de Capacidades da EDA

Decorridos dois anos e meio da data de criação da EDA, pode afirmar-se que o Governo, o MDN, a DGAED, as Organizações Nacionais ligadas à Defesa, a Indústria e os Centros de Investigação estão conscientes das mudanças que a EDA e os EM introduziram na política de desenvolvimento e de aquisição de capacidades para a Defesa, tanto a nível Nacional como Europeu.

Como vimos nos capítulos anteriores, a EDA veio introduzir na Europa um novo conceito nos processos aquisitivos, o que necessariamente terá repercussões a médio e longo prazo na preparação da LPM. A sua *Visão a Longo Prazo* (LTV) foi desenvolvida com o objectivo de ajudar à assunção de compromissos nos futuros orçamentos de defesa.

Esta nova visão da EDA terá reflexos nas programações de investimento militar a longo prazo dos seus EM, e servirá no apoio à tomada de decisão que acompanha a aplicação dos respectivos orçamentos de defesa.

O processo de revisão da LPM, e a própria contextualização desta Lei deverá adaptar-se rapidamente a esta dinâmica, que envolve a construção da PESD e na qual a EDA se tem afirmado como um instrumento fundamental. Como já referido, o Plano de Desenvolvimento das Capacidades (CDP) para a PESD, que a EDA está a desenvolver, vai ser um documento essencial na identificação e selecção das melhores opções em termos de planeamento e consequentes investimentos de Defesa dos EM. A estratégia associada com este CDP passa por uma nova visão no desenvolvimento dos planos e programas de defesa nacionais, o que irá condicionar as futuras revisões da LPM.

Em síntese, podemos afirmar que estes três cenários são complementares. Os dois primeiros, de âmbito nacional, são prospectivos de um novo modelo de LPM a curto prazo, permitindo uma melhor rentabilização e integração dos investimentos. O terceiro cenário, directamente relacionado com a estratégia da EDA, vai contribuir a médio prazo para uma nova LPM, orientada para a satisfação das capacidades nacionais e europeias em falta e



para o desenvolvimento da Indústria e do Tecido Científico e Tecnológico de Defesa Europeu e Nacional, no quadro do desenvolvimento da PESD.

d. O impacto das contrapartidas

O diploma “*Regime Jurídico das Contrapartidas*”¹⁰⁴ vem estabelecer um instrumento fundamental para a actuação da Comissão Permanente de Contrapartidas (CPC) em matéria de definição e gestão de programas de contrapartidas¹⁰⁵.

Apesar das questões relacionadas com as mais-valias obtidas para o país, com o cumprimento dos contratos de contrapartidas, este novo diploma visa criar condições para reforçar os efeitos estruturantes dos programas de contrapartidas sobre as empresas nacionais. Considera, nomeadamente, a possibilidade de desenvolvimento de programas de cooperação industrial, no contexto da globalização dos mercados de defesa, da crescente actuação da EDA no sentido da criação de um mercado europeu de equipamentos de defesa e, a nível nacional, da necessidade de contenção da despesa pública.

Nesse sentido, as contrapartidas devem ser negociadas considerando-se, em primeiro lugar, a transferência de tecnologia que possa ajudar a ascensão da empresa na cadeia de valor e na criação de parcerias duradouras, pois são estes os factores que terão um impacto positivo e duradouro na economia. A negociação orientada exclusivamente para horas de trabalho limita no tempo o efeito da contrapartida.

A crescente complexidade dos sistemas e equipamentos de defesa deverá ser sempre acompanhada com transferências de tecnologia para as empresas industriais e centros de I&D. A transferência de tecnologia directa para os Ramos das FA deve ser muito bem avaliada quanto aos resultados operacionais esperados, limitando-a ao âmbito da operação e aprontamento para a missão, deixando às entidades industriais e científicas os níveis mais complexos de reparação e de sustentação (incluindo “*upgrades*”). Só estas entidades poderão rentabilizar esses investimentos, vendendo posteriormente serviços semelhantes a entidades terceiras, em particular a outras Forças Armadas.

No contexto da atribuição das contrapartidas, é importante que haja entre o Governo e as Forças Armadas, por um lado, e entre a Indústria e os Centros de I&T, por outro, níveis de confiança elevados no âmbito das capacidades tecnológicas. Acreditar nas potencialidades de cada um é condição essencial para a participação nos projectos iniciados pela EDA.

¹⁰⁴ Regime Jurídico das Contrapartidas - Decreto-lei n.º 154/2006 de 7 de Agosto – disponível no site: <http://dre.pt/pdf1sdip/2006/08/15100/56125617.PDF>

¹⁰⁵ Apêndice A - Glossário de Conceitos.



A parceria em projectos europeus da EDA fará com que as economias de escala alterem o facto da indústria nacional desenvolver produtos mais caros do que o estrangeiro. Por outro lado, é conveniente olhar para todo o ciclo de vida do equipamento ou sistema de forças, e quantificar os custos da sua sustentação em Portugal ou no estrangeiro. Com a continuada redução dos orçamentos da defesa, os custos de sustentação terão um peso cada vez mais importante na decisão.

e. Síntese

Como vimos neste capítulo, a EDA veio introduzir na Europa um novo conceito nos processos de aquisição de equipamentos e sistemas de armas, o que necessariamente terá repercussões a curto e médio prazo na preparação e revisão da LPM e na política de contrapartidas associada. Dentro das inovações desta LPM, consideramos a integração nos OSC do MDN de um conjunto de capacidades conjuntas que permitirão a criação de programas comuns aos Ramos e o aumento significativo das verbas afectas a programas de I&D e de Modernização da Base Industrial de Defesa, o que facilitará as relações com a EDA.

Prospectivaram-se três cenários de evolução da LPM, tendo em consideração a futura reestruturação do MDN, a contínua redução dos orçamentos disponíveis para a Defesa, a política de favorecimento dos programas conjuntos, a actual metodologia associada com o processo de revisão da LPM e os compromissos que Portugal assumiu internacionalmente, (em particular com a EDA) no âmbito da PESD

Esta Agência elaborou a *Visão a Longo Prazo* para a PESD e está a elaborar o *Plano de Desenvolvimento das Capacidades* (CDP) para a PESD, o que contribuirá para a identificação e selecção das melhores opções, em termos de planeamento e consequentes investimentos de Defesa dos EM, e que poderá, dentro de dois ou três anos, contribuir para um novo modelo de LPM.

No mesmo sentido está o objectivo da DGAED para 2007 de “*propor uma nova metodologia para o processo de revisão da LPM e afirmar a DGAED no contexto dos desenvolvimentos da Agência Europeia de Defesa*”.

Podemos concluir que, se por um lado, o actual modelo da LPM satisfaz a necessidade de reequipamento das FA, face às missões que lhe são atribuídas, por outro, a médio prazo, deixará de ser válido, devido às alterações previstas a nível nacional e aos actuais desenvolvimentos da EDA no âmbito da Política Europeia de Segurança e Defesa.



8. CONCLUSÕES

Ao longo dos vários capítulos deste trabalho de investigação pretendeu-se encontrar a resposta para cada uma das questões derivadas enunciadas e, através delas, chegar à da questão central. Em formato de conclusões abordaremos sequencialmente essas respostas.

1. Depois de um longo período em que o conceito de defesa na Europa permaneceu tabu, nasce em Maastricht a UE e consagra-se o II Pilar à PESC. Com o compromisso de satisfazer as *Missões de Petersberg*, a UE define os *Headline Goals 2003*, reconhecendo o seu *deficit* ao nível das Capacidades. O Processo associado ao ECAP tem por objectivo ultrapassar as lacunas encontradas. Estava dado o primeiro passo com vista á criação da EDA. A componente operacional da PESD tinha arrancado e Javier Solana propõe uma Estratégia de Segurança para a Europa. A UE decide dar outra dinâmica ao Processo ECAP e aprova um novo *Headline Goal 2010*. Com a EDA criada em 2004, todo o Processo ECAP viria a migrar para a sua responsabilidade. As orientações mais importantes que se podem extrair da PESD, com relevância para o fortalecimento da EDA, estão relacionadas com o Plano de Desenvolvimento de Capacidades em curso na EDA e com o Código de Conduta, a Visão Estratégica de Longo Prazo da PESD e o reforço das relações e cooperação com o Comité Militar da União Europeia.

2. As actividades desenvolvidas pela EDA, em particular as propostas para 2007, são essenciais para o desenvolvimento de estratégias relacionadas com a Base Industrial e Tecnológica de Defesa e com a I&DT de Defesa Europeias. São também necessárias para a elaboração do Plano de Desenvolvimento de Capacidades. Está nos seus objectivos para 2007 identificar oportunidades práticas de colaboração entre empresas industriais e avaliar o processo cooperativo na área dos armamentos, com vista à harmonização em simultâneo da oferta e da procura. Pretende também actuar com a CE para a criação de um mercado europeu de equipamentos de defesa competitivo e integrador.

3. Os mercados europeus no sector de defesa podem caracterizar-se por possuírem uma forte dependência dos Estados, estarem suportados em estruturas fragmentadas tanto ao nível industrial como de mercado e por envolverem um reduzido número de compradores e fornecedores. A criação e desenvolvimento de um Mercado Europeu de Equipamentos de Defesa – EDEM, fundamental para a resolução de alguns destes problemas, tem sido apoiado por um conjunto de iniciativas da Comissão Europeia e da UE, das quais se destacam, respectivamente o Livro Verde e o Código de Conduta. Com este Código de Conduta, a EDA contribui eficazmente na regulamentação do EDEM, tornando os contratos disponíveis, mais transparentes e acessíveis a todos os EM.



A EDA tem vindo a apelar aos EM e à Indústria para que iniciem uma nova fase de cooperação, apoiada em estratégias inovadoras, como forma de erradicar as reservas ainda existentes em relação a um mercado de armamento à escala europeia. A revisão do artigo 296 ajudaria a manter a transparência em todo este processo e impediria as constantes interrogações à regulamentação comunitária sobre os contratos públicos.

4. A Indústria de Defesa Europeia caracteriza-se por possuir uma baixa produtividade e estar suportada num tecido industrial fragmentado, ainda em fase de reestruturação. A Comissão Europeia, sentindo estas limitações, foi forçada a apelar à sua urgente dinamização, com vista à supressão das deficiências nas capacidades de defesa e à redução da distância que separa a UE dos EUA. A necessidade de uma visão europeia conjunta para as indústrias de defesa, fez da I&DT um dos objectivos mais importantes para a EDA, consubstanciado no programa para 2007 de uma das suas Direcções. Pela importância que a I&DT tem para a UE, a Comissão Europeia decidiu criar o Programa Europeu de Investigação em Segurança, no âmbito do 7º Programa Quadro (2007-2013). Esta acção é um claro sinal do seu empenho para reforçar a PESD, e para consolidar a EDTIB.

O Grupo Industrial EADS e a Associação ASD, representam na UE os sectores aeronáutico, espacial, de defesa e segurança europeus e são um marco na consolidação da EDTIB. A EDA, na sua ligação a estas duas entidades, contribuirá para a reorganização e o desenvolvimento da indústria de defesa europeia e, assim, para a redução da distância que a separa dos EUA.

5. O Conceito Estratégico de Defesa Nacional e o Programa do XVII Governo Constitucional estabelecem que a Indústria e a Investigação Científica de Defesa Nacionais devem estar perfeitamente sintonizadas e participativas com a estratégia da EDA. O Governo assume como imperativo, no âmbito das prioridades de modernização das FA, o desenvolvimento do Sector Empresarial na Área da Defesa e a dinamização e integração das indústrias de defesa portuguesas nas redes europeias de criação de valor. Estas duas acções visam contribuir para a criação de uma EDTIB e de um EDEM, nomeadamente, através da participação na EDA.

As empresas representadas pela EMPORDEF e DANOTEC mantêm relações privilegiadas com empresas e outras organizações europeias, das quais se destacam a EADS e a ASD.

O plano Tecnológico, enquadrado na Estratégia de Lisboa, reconhece que as soluções para os problemas da indústria e da I&T de defesa nacionais passam pelo estabelecimento de parcerias com os principais grupos/consórcios industriais europeus e pela criação de “clusters” de excelência tecnológica, nomeadamente com a criação de um “Cluster



Científico-Industrial” para a Defesa. Para esta solução contribuiria a criação no país e na dependência do MDN, de um Centro de Investigação e Tecnologia para a Defesa e a melhoria das relações entre o MDN, o MEI e o MCTES.

6. As inovações apresentadas na actual LPM, nomeadamente a integração nos OSC do MDN de um conjunto de capacidades conjuntas e o aumento significativo das verbas afectas a programas de I&D e de Modernização da Base Industrial de Defesa, terão um impacto muito positivo nas relações com a EDA. Por outro lado, a EDA, através do seu Plano de Desenvolvimento de Capacidades para a PESD, vai auxiliar na preparação e execução dos planos e programas de defesa nacionais e vai alterar o processo de planeamento e selecção das melhores opções associadas à LPM. Este cenário poderá, dentro de dois ou três anos, contribuir para um novo modelo de LPM. Outro cenário, que poderá contribuir, a curto prazo, para um novo modelo de LPM resulta da contínua redução dos orçamentos de defesa e da vontade governamental em privilegiar os programas conjuntos e em incrementar a participação em projectos cooperativos no âmbito da EDA. Neste sentido está o esforço de investimento na modernização da infra-estrutura industrial e da base tecnológica de defesa e a nova Comissão Permanente de Contrapartidas. Poderíamos ainda considerar um terceiro cenário que passa pela nova metodologia que a DGAED vai propor durante este ano para o processo de revisão da LPM. Podemos concluir que, se por um lado o actual modelo da LPM satisfaz a necessidade de reequipamento das FA, face às missões que lhe são atribuídas, por outro, a médio prazo, deixará de ser válido, face aos actuais desenvolvimentos da EDA no âmbito das capacidades militares da UE e, em particular, pela conjugação dos resultados dos três cenários supracitados.

Antevê-se que o futuro da EDA, como instrumento da PESD e como dinamizador da Base Industrial e Tecnológica de Defesa, terá um efeito muito positivo na racionalização dos investimentos públicos na defesa, consubstanciados na Lei de Programação Militar.

Ao terminar este trabalho lembraria uma das mais recentes afirmações de Javier Solana:

“Não há futuro para uma Indústria de Defesa que não satisfaça o que as Forças Armadas do futuro quiserem comprar. Isto significa que há uma obrigação dos Ministérios da Defesa comunicarem à Indústria as suas necessidades futuras. Mas para que o possam fazer, precisam de definir quais são essas necessidades”¹⁰⁶.

¹⁰⁶ Discurso de Javier Solana na Conferência da EDA sobre *“The European Defence Technological and Industrial Base”*. Bruxelas, 1 de Fevereiro de 2007. Disponível na Internet em:
<<http://www.eda.europa.eu/reference/070201%20-%20EDA%20-%20DTIB%20Solana%20Speech.pdf>>.



BIBLIOGRAFIA

Monografias

AGOSTINHO, General António (2005). *Os Grandes Vectores da “Estratégia de Segurança Europeia” e a Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD)*. TILD CSCD 2004/2005, IAEM, Lisboa.

ROLO, José (2006). *O Regresso às Armas: Tendências das Indústrias de Defesa*. Chamusca: Cosmos.

Monografias electrónicas

CHAMBERLIN, Jeffrey. *Comparisons of U.S. and Foreign Military Spending: Data from Selected Public Sources* - Congressional Research Service Report for the Congress. [em linha]. [referência de 28 Janeiro de 2004]. Disponível na Internet em: <<http://fpc.state.gov/documents/organization/30046.pdf>> (Acedido em 17 Nov. 2006)

GASPAR, Carlos (2004). *A Crise Transatlântica*. Apresentação no Seminário sobre “Segurança e Defesa Europeia” realizado no IAEM em 28 de Maio 2004. Disponível na Internet em: <<http://www.ipri.pt/investigadores/artigo.php?idi=3&ida=63>> (Acedido em 10 Novembro de 2006)

LINDLEY-FRENCH, Julian. *A European Defence Strategy*. [em linha]. Bertelsmann, Foundation, Gutersloh [referência de 2004]. Disponível na Internet em: <http://www.cap.uni-muenchen.de/download/2004/2004_Venusberg_Report.pdf> (Acedido 17 Novembro. 2006)

NAVARRO, Arnau. *The Gap in Defence Research and Technology between Europe and the United States*. Conhecido por Relatório Navarro. [em linha]. Disponível na Internet em: <http://www.assemblyweu.org/en/documents/sessions_ordinaires/rpt/2000/1718.pdf> (Acedido em 17 Novembro. 2006)

SCHMITT, Burkard.. *European Capabilities Action Plan (ECAP)* [em linha]. Institute for Security Studies. [referência de Setembro de 2005]. Disponível na Internet em: <<http://www.iss-eu.org/esdp/06-bsecap.pdf>> (Acedido 19 Novembro. 2006)

THATCHER, Margareth. (1998). *The Bruges Speech*. Discurso efectuado no “College of Europe” em 20 Setembro de 1988. Disponível na Internet em: <<http://www.margaretthatcher.org/speeches/displaydocument.asp?docid=107332>> (Acedido em 11 de Novembro de 2006)



Documentos Oficiais

Anuário Estatístico da Defesa Nacional 2004: Publicação do MDN. [em linha]. Setembro de 2006. Disponível na Internet em:

<http://www.mdn.gov.pt/Publicacoes/anuario_estatistico_2004/anuario_2004.htm>

(Acedido em 29 Dezembro de 2006)

Conceito Estratégico de Defesa Nacional – Resolução do Conselho de Ministros nº 6 /2003. [em linha]. [referência de 20 de Janeiro de 2003]. Disponível na Internet em:

<http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/OI/NATO/Conceito_estrategico_defesa_PT-2003.htm>

(Acedido em 29 Novembro de 2006)

DGAED - Plano Anual de Actividades 2007 – MDN/ Direcção Geral de Armamento e Equipamento de Defesa.

DGAED - Definição de objectivos estratégicos e operacionais da DGAED/2006 – MDN/ Direcção Geral de Armamento e Equipamento de Defesa.

Diário da Assembleia da República – I Série. X legislatura. 1ª Sessão Legislativa. DAR I Série, Nº 137. [em linha]. *Reunião Plenária de 21 Junho de 2006. Apresentação e debate da LPM 06.* Disponível na Internet em:

<<http://www.parlamento.pt/dari/DARI.aspx?Dir=6148523063446f764c324679626d56304c334e706447567a4c31684d525563765245465353394551564a4a51584a7864576c326279387877716f675532567a63384f6a6279424d5a5764706332786864476c3259513d3d62606278>>. (Acedido em 15 Fevereiro 2006)

Directiva Ministerial para o Planeamento Militar – Despacho nº 125/MDN/2000 – MDN/ Gabinete do Ministro.

Directiva para a revisão da Lei de Programação Militar – Despacho nº 120/MDN/2005. 2 Junho 2005.

EMGFA – DIPLAEM. **Force Catalog 2007** – 5151/07 EUMS – Documento Confidencial UE.

Estatuto da Comissão Permanente de Contrapartidas (CPC) - Decreto-Lei 153/2006, de 07 de Agosto. [em linha]. Disponível na Internet em:

<<http://www.iapmei.pt/iapmei-leg-03.php?lei=4736>> (Acedido em 27 Dezembro de 2006)

Estratégia de Lisboa – Portugal de Novo. Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego (PNACE 2005/2008) – Relatório do 1º Ano de Execução. [em linha]. [referência de Outubro 2006]. Disponível na Internet em:

<http://ec.europa.eu/growthandjobs/pdf/nrp/PT_nrp_pt.pdf> (Acedido em 23 Dezembro de 2006)

IESM - NEP nº DE 218 de 25 de Julho 2006 sobre Trabalhos de Investigação. (DD-03-10-10)



Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas - LDNFA – lei nº 29/82 de 11 de Dezembro. [em linha]. Disponível na Internet em:
<<http://www.emfa.pt/www/informacao/legislacao/DefesaNacional/LeiOrganica.pdf>>
(Acedida em 27 Dezembro 2006)

Lei de Programação Militar – Lei Orgânica n.º 4 / 2006 de 29 de Agosto. [em linha]. Disponível na Internet em:
<<http://dre.pt/pdf1sdip/2006/08/16600/62326235.PDF>> (Acedida em 31 Dezembro de 2006)

Ministério da Defesa Nacional. ***Discurso de apresentação da Proposta da LPM*** do Sr. Ministro da Defesa Nacional, Dr. Júlio Castro Caldas. [em linha]. [referência de 17 de Maio de 2001]. Disponível na Internet em:
<http://www.mdn.gov.pt/Defesa/Discursos/historico/Castro_Caldas/Apresentacao_Proposta_LPM.htm> (Acedido em 09 Dezembro de 2006)

Ministério das Finanças e da Administração Pública. ***Orçamento do Estado para 2007 – Relatório.*** [em linha]. Outubro de 2006. Disponível na Internet em:
<<http://dgo.oni.pt/OE2007/Proposta/rele-2007.pdf>> (Acedido em 31 Dezembro de 2006)

Missões Específicas das Forças Armadas – MIFA 04 - definido em CSDN, em 21 de Outubro de 2004.

Orçamento do Estado para 2007 – Lei n.º 57-A/2006 de 29 de Dezembro. [em linha]. Disponível na Internet em:
<<http://www.iapmei.pt/iapmei-leg-03.php?lei=5099>> (Acedido em 31 Dez. 2006)

Plano de Investigação e Tecnologia de Defesa - (Plano I&T de Defesa – Versão 0) - Direcção Geral de Armamento e Equipamento de Defesa. 2006.

Programa do XVII Governo Constitucional – Presidência do Conselho de Ministros. [em linha]. 2005-2009. Disponível na Internet em:
<<http://www.portugal.gov.pt/NR/rdonlyres/68AB21ED-BE1F-4E2F-BDB3-72900C50C14D/0/ProgramaGovernoXVII.doc>> (Acedido em 17 Dezembro de 2006)

Regime Jurídico das Contrapartidas - Decreto-lei n.º 154/2006 de 7 de Agosto. [em linha]. Disponível na Internet em:
<<http://dre.pt/pdf1sdip/2006/08/15100/56125617.PDF>> (Acedido em 27 Dezembro de 2006)

Sistema de Forças Nacional – Componente Operacional – (SFN04-COP) – definido em CSDN, em 21 de Outubro de 2004.

Sistema de Forças Nacional – Componente Fixa – (SFN04-CF) – definido em CSDN, em 03 Novembro de 2005.



Publicações Electrónicas

CSIS- Center for Strategic & International Studies. ***European Defence Integration: Bridging the Gap Between Strategy and Capabilities***. [em linha]. [referência de Outubro de 2005]. Disponível na Internet em:
<http://www.csis.org/media/csis/pubs/0510_eurodefensereport.pdf>. (Acedido em 15 Dezembro 2006)

EUREKA – [em linha]. Disponível na Internet em: <<http://www.eureka.be/home.do>> (acedido em 22 Dezembro 2006)

European Defence Agency. ***Acção Comum 2004/551/PESC do Conselho, de 12 de Julho de 2004, relativa à criação da Agência Europeia de Defesa*** - Jornal Oficial nº L 245: 0017-0028. [em linha]. 17 de Julho de 2004. Disponível na Internet em:
<http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/site/pt/oj/2004/l_245/l_24520040717pt00170028.pdf> (Acedido em 2 Dez. 2006)

European Defence Agency. ***An Initial Long-Term Vision for European Defence Capability and Capacity Needs***. [em linha]. [referência de 3 de Outubro de 2006]. Disponível na Internet em: <<http://www.eda.europa.eu/ltv/061003%20-%20EDA%20-%20Long%20Term%20Vision%20Report.pdf>>. (Acedido em 10 Nov. 2006)

European Defence Agency. ***Código de Boas Práticas no Canal de Abastecimento***. [em linha]. Disponível na Internet em: <<http://www.eda.europa.eu/reference/eda/eda%20-%20code%20of%20best%20practice%20in%20the%20supply%20chain%20-%20european%20defence%20equipment%20market.htm>> (Acedido em 8 Dez. 2006)

European Defence Agency. ***Código de Conduta***. [em linha]. Disponível na Internet em: <<http://www.eda.europa.eu/reference/eda/EDA%20-%20Code%20of%20Conduct%20-%20European%20Defence%20Equipment%20Market.pdf>> (Acedido em 8 Dez. 2006)

European Defence Agency. ***EDA Work Programme 2007***. [em linha]. Disponível na Internet em:
<<http://www.eda.europa.eu/reference/ewp/ewp-2006-11-13.htm>> (Acedido em 16 Dez. 2006)

Netherlands Institute of International Relations “CLINGENDAEL”. ***The Discourse on European Defence***. [em linha]. The Hague The Netherlands. Disponível na Internet em: <http://www.ccss.nl/publications/2006/20060000_ccss_edp_update.pdf> (Acedido em 19 Nov. 2006)

OTAN. ***Conceito Estratégico da OTAN de 1991***. Disponível na Internet em: <<http://www.nato.int/docu/comm/49-95/c911107a.htm>>. (Acedido em 11 Nov. 2006)

OTAN. ***Conceito Estratégico da OTAN de 1999***. Disponível na Internet em: <<http://www.nato.int/docu/handbook/2001/hb0203.htm>>. (Acedido em 11 Nov. 2006)

Programa EUREKA – A Network for Market Oriented R&D. [em linha]. Disponível na Internet em: <<http://www.eureka.be/home.do>> (Acedido em 17 Outubro de 2006)



SIPRI. Stockholm International Peace Research Institute. ***LoI – Letter of Intent***. [em linha]. Disponível na Internet em: <<http://www.sipri.org/contents/expcon/loisign.html>> (Acedido em 10 Janeiro 2007)

SIPRI. Stockholm International Peace Research Institute. ***LoI – Acordo Quadro***. [em linha]. Disponível na Internet em: <<http://www.sipri.org/contents/expcon/indrest02.html>> (Acedido em 10 Janeiro 2007)

UEO. Conselho de Ministros. ***Declaração de Petersberg*** da União da Europa Ocidental [em linha]. Bona [referência de 19 Junho de 1992]. Disponível na Internet em: <http://www.assemblyweu.org/en/documents/sessions_ordinaires/key/declaration_petersberg.php> (Acedido em 11 de Novembro de 2006)

UEO. ***The future of the European Defence Aeronautics Industry - reply to the annual report of the Council*** – Documento A/ 1823. [em linha]. 4 Junho de 2003. Disponível na Internet em:
<http://www.assemblyweu.org/en/documents/sessions_ordinaires/rpt/2003/1823.php?PHPSESSID=a51ecf2ad0980e372f6d6b97bfe9aecf#P112_19644#P112_19644> (Acedido em 15 de Dezembro de 2006)

UEO. ***The future of the European Naval Defence Industry***. Documento A/1916. [em linha] 6 de Dezembro de 2005. Disponível na Internet em:
<http://www.assemblyweu.org/en/documents/sessions_ordinaires/rpt/2005/1916.php?PHPSESSID=4b59b955507ccd34da804418fea48378> (Acedido em 16 Dezembro de 2006)

União Europeia. ***Capabilities Improvement Chart I/2006*** - Council of European Union, Brussels.. [em linha]. 15 Maio de 2006. Disponível na Internet em:
<http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/en/esdp/89603.pdf> (Acedido em 30 Novembro de 2006)

União Europeia. ***Capabilities Improvement Chart II/2004*** - Concil of European Union, Brussels [em linha]. 17 Novembro de 2004. Disponível na Internet em:
<<http://ue.eu.int/uedocs/cmsUpload/DEF%20capabilities%20chart%20II.pdf>> (Acedido 19 Novembro de 2006)

União Europeia. ***Conselho Europeu de Colónia*** – Conclusões da Presidência [em linha]. 3 e 4 Junho de 1999. Disponível na Internet em:
<http://ue.eu.int/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/pt/ec/kolnpt.htm> (Acedido em 18 Novembro de 2006)

União Europeia. ***Conselho Europeu de Helsínquia*** – Conclusões da Presidência. [em linha]. 10 e 11 Dezembro de 1999. Disponível na Internet em:
<http://ue.eu.int/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/pt/ec/00300-r1.p9.htm> (Acedido em 18 Novembro de 2006)

União Europeia. ***Conselho Europeu de Laeken*** – Conclusões da Presidência. [em linha]. 14 e 15 Dezembro de 2001. Disponível na Internet em:
<http://ue.eu.int/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/pt/ec/68833.pdf> (Acedido em 18 Novembro de 2006)



União Europeia - ***Declaration on EU Military Capabilities***, 2509ª Sessão do Conselho Relações Externas, [em linha]. Bruxelas. 19-20 Maio 2003. Disponível na Internet em: <<http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=PRES/03/138&format=HTML&aged=1&language=PT&guiLanguage=en>> (Acedido em 19 Novembro de 2006)

União Europeia. ***Declaration on European Military Capabilities*** – Military Capability Commitment Conference. [em linha]. 22 Novembro de 2004. Disponível na Internet em: <<http://ue.eu.int/uedocs/cmsUpload/MILITARY%20CAPABILITY%20COMMITMENT%20CONFERENCE%2022.11.04.pdf>> (Acedido em 18 Novembro de 2006)

União Europeia. ***Development of European Military Capabilities – The Force Catalog 2006***. [em linha]. [referência de Novembro de 2006]. Disponível na Internet em: <http://consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/Military_Capabilities_FC06backgroundNov06.pdf> (Acedido em 30 Novembro de 2006)

União Europeia. ***EU Security and defence*** – Core documents 2005 – Vol VI- Chaillot Paper nº 87. [em linha]. Institute for Security Studies. [referência de Março de 2006]. Disponível na Internet em: <<http://www.iss-eu.org/chaillot/chai87e.pdf>> (Acedido em 29 Novembro de 2006)

União Europeia. ***EU Battlegroups*** – EU Council Secretariat Factsheet. [em linha]. [referência em Novembro de 2006]. Disponível na Internet em: <http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/en/esdp/91624.pdf> (Acedido em 30 Novembro de 2006)

União Europeia. ***EU-NATO. The framework for permanent relations and Berlin Plus***. Disponível na Internet em: <<http://ue.eu.int/uedocs/cmsUpload/03-11-11%20Berlin%20Plus%20press%20note%20BL.pdf>> (Acedido em 18 Novembro de 2006)

União Europeia. ***From Copenhagen to Brussels: European defence: core documents***. - Chaillot Papers nº 67. [em linha]. Institute for Security Studies. [referência de Dezembro de 2003]. Disponível na Internet em: <<http://www.iss-eu.org/chaillot/chail67e.pdf>> (Acedido em 21 Novembro de 2006)

União Europeia - ***Glossário Europa*** – Gerido pela Comissão Europeia. [em linha]. Disponível na Internet em: <http://europa.eu/scadplus/glossary/index_pt.htm>. (Acedido em 15 Setembro 2006)

União Europeia. ***Headline Goal 2010***- Endorsed by the European Council. [em linha]. 17 e 18 Julho de 2004. Disponível na Internet em: <<http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/2010%20Headline%20Goal.pdf>> ou em: <<http://ue.eu.int/uedocs/cmsUpload/2010%20Headline%20Goal.pdf>>. (Acedido em 19 Novembro de 2006)

União Europeia. ***Implementing European Union Strategy on Defence Related Industries***. [em linha]. Disponível na Internet em: <http://ec.europa.eu/enterprise/defence/defence_docs/com_97_583_en.pdf> (Acedido em 10 Dezembro de 2006)



União Europeia. **Jargão Comunitário**. [em linha]. Disponível na Internet em: <http://europa.eu/abc/eurojargon/index_pt.htm> (Acedido em 25 Novembro de 2006)

União Europeia. **Livro Verde. Espírito Empresarial na Europa**. Comissão Europeia – DG Empresas [em linha]. [Referência de 21 de Janeiro de 2003]. Disponível na Internet em: <http://ec.europa.eu/enterprise/entrepreneurship/green_paper/green_paper_final_pt.pdf>. (Acedido em 5 Janeiro 2007)

União Europeia. **Military Capabilities Commitment Declaration**. [em linha]. [referência em 20 Novembro de 2006]. Disponível na Internet em: <<http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/Military%20Capabilities%20Commitment%20Declaration.pdf>> (Acedido em 30 Novembro de 2006)

União Europeia - Comissão Europeia. **Relatório Geral sobre a actividade da União Europeia**. [em linha]. Ref.^a SEC (2005) 1200 final. [referência de 14 Fevereiro de 2006]. Disponível na Internet em: <<http://europa/abc/doc/off/rg/en/2005/index.htm>>. (Acedido em 15 Novembro de 2006)

União Europeia. **Research for a Secure Europe** – Report of the group of personalities in the field of Security Research. [em linha]. 2004. Disponível na Internet em: <http://www.euburo.de/arbeitsbereiche/sicherheitsforschung/Download/dat_/fil_981> (Acedido em 10 Dezembro de 2006)

União Europeia. **Security and Armaments: The rope of the European Parliament in relation to the work of the European Community and European political cooperation** : European Parliament – Directorate General for Research and Documentation: Political Series n° 9.[em linha]. [referência de Março de 1985]. Disponível na Internet em: <http://aei.pitt.edu/1803/01/EP_political_series_9.pdf> (Acedido em 1 Dezembro de 2006)

União Europeia. **Strategic Aerospace Review for the 21st Century – STAR 21**. [em linha]. Disponível na Internet em: <http://ec.europa.eu/enterprise/aerospace/report_star21_screen.pdf> (Acedido em 10 Dezembro de 2006)

União Europeia. **The EU Battlegroups** – European Parliament- Directorate General for External Policies of the Union- Directorate B – Policy Department. [em linha]. [referência de 12 Setembro 2006]. Disponível na Internet em: <http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2004_2009/documents/dv/091006eubattlegroups_/091006eubattlegroups_en.pdf> (Acedido em 21 Novembro de 2006)

União Europeia. **Tratado de Amesterdão** – Jornal Oficial n° C 340. [em linha]. [referência de 10 Novembro de 1997]. Disponível na Internet em: <<http://eur-lex.europa.eu/pt/treaties/dat/11997D/htm/11997D.html>> (Acedido em 15 Outubro de 2006)

União Europeia. **Tratado de Nice**: Jornal Oficial das Comunidades n° C80. [em linha]. [referência de 10 Março de 2002]. Disponível na Internet em: <http://europa.eu.int/eur-lex/lex/pt/treaties/dat/12001C/pdf/12001C_PT.pdf> (Acedido em 18 de Nov. 2006)



União Europeia. ***Tratado da União Europeia*** – Jornal Oficial nº C 191. [em linha]. [referência de 29 Julho de 1992]. Disponível na Internet em: <<http://eur-lex.europa.eu/pt/treaties/dat/11992M/htm/11992M.html>> (Acedido em 15 Out. 2006)

União Europeia. ***Tratado da União Europeia ou de Maastricht*** [em linha]. Disponível na Internet em: <<http://eur-lex.europa.eu/pt/treaties/dat/11992M/htm/11992M.html#0001000001>> (acedido em 11 de Nov. 2006) (Também disponível no Jornal Oficial nº C 191 de 29 de Julho de 1992).

União Europeia. ***Tratado que Estabelece uma Constituição para a Europa***: Conferência dos Representantes dos Governos dos Estados-Membros: CIG 87/1/04 Rev1. [em linha]. [referência de 13 Outubro 2004]. Disponível na Internet em: <<http://ue.eu.int/igcpdf/pt/04/cg00/cg00087-re01.pt04.pdf>> (Acedido em 25 Nov. 2006)

União Europeia. ***Uma Europa Segura num Mundo Melhor*** – Estratégia Europeia em Matéria de Segurança - Documento Solana. [em linha]. [referência de 12 Dezembro de 2003]. Disponível na Internet em: <<http://ue.eu.int/uedocs/cmsUpload/031208ESSIIP.pdf>> (Acedido em 18 Nov. 2006)

Publicações (Revistas, Brochuras)

ASD - ***AeroSpace and Defence – Facts & Figures 2005*** Aerospace and Defence Industries Association of Europe. Brussels



LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A - Glossário de Conceitos

Apêndice B - Da II Guerra Mundial à Agência Europeia de Defesa

Apêndice C - Plano de Acção das Capacidades Europeias (ECAP)

Apêndice D - A Visão de Longo Prazo para a PESD

Apêndice E - O Livro Verde e os Códigos de Conduta e Boas Práticas

Apêndice F - WEAG, WEAO e EDIG

Apêndice G - A DGAED e a I&T de Defesa Nacional



APÊNDICE A

GLOSSÁRIO DE CONCEITOS

Agência Europeia de Defesa (EDA) – As origens - A necessidade da Europa ter uma Agência relacionada com a defesa já não é nova. A 15 de Dezembro de 1975, o Parlamento Europeu adoptou uma resolução sobre os efeitos das questões de defesa na Política Externa Europeia. Esta resolução foi baseada num relatório¹⁰⁷ elaborado por Lord Gladwyn (Membro do Parlamento Europeu e representante da união democrática cristã alemã) em nome do Comité dos Assuntos Políticos. Esta resolução, além de outros assuntos, refere a falta de progresso na política de defesa dos nove (estamos em 1975), expressa a convicção de que existe uma necessidade urgente e evidente *“de obter um modelo mais efectivo de defesa, através da racionalização da produção de armamentos, da logística e das infra-estruturas na Comunidade”* e salienta a necessidade *“de demonstrar que os Membros da Comunidade estão a dar uma contribuição apropriada para a defesa comum”*. Nos parágrafos operativos desta resolução, o Parlamento Europeu recomenda aos Governos dos Nove que *“seja criada uma Agência focada fundamentalmente para a manufactura conjunta de armamento que satisfaça as necessidades dos Estados-Membros”*. No decurso do debate desta resolução, Carlo Scarascia Mugnozza, Membro do Parlamento Europeu e representante da democracia cristã italiana, afirmou que *“não pode haver qualquer progresso no sector da política externa sem se considerar também a defesa, e que nenhum progresso pode ser feito na defesa sem uma Agência de Armamento que preste atenção às necessidades neste sector”*.¹⁰⁸

Battlegroup¹⁰⁹ - O conceito de *Battlegroup* consiste em forças do tipo batalhão (1500 combatentes cada), altamente treinadas, reforçadas com meios de Apoio de Combate e de Apoio de Serviços que lhes fornecem uma capacidade limitada de actuar sozinhos em determinados tipos de operações, assim como os meios para o seu transporte e sustentação. Isto deve estar disponível dentro de 15 dias após a notificação, e sustentável

¹⁰⁷ Security and Armaments: European Parliament – Directorate General for Research and Documentation: Political Series nº 9– March 1985. pag 3. Disponível no site:
http://aei.pitt.edu/1803/01/EP_political_series_9.pdf

¹⁰⁸ Idem pág 4.

¹⁰⁹ The EU Battlegroups – European Parliament- Directorate- General for External Policies of the Union- Directorate B – Policy Department. . 12 September 2006 : Disponível no site:
http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2004_2009/documents/dv/091006eubattlegroups_/091006eubattlegroups_en.pdf (Acedido em 21 Novembro 2006) – pág. -5.

pelo menos por trinta dias (extensíveis a 120 com rotação). Deve ser suficientemente flexível para prontamente desempenhar operações em áreas de crise distantes, sob um mandato das NU, (mas não só), e para conduzir missões de combate num ambiente extremamente hostil (montanhas, deserto, selva, etc.). Desta forma, devem preparar o terreno para forças de manutenção da paz. Idealmente fornecidas pelas ONU ou Estados-membros. O desenvolvimento do conceito de Battlegroup implica a existência de transporte estratégico e de capacidades de apoio de combate. Em relação a isto, este conceito está interligado com o processo Helsinki Headline Goal e à sua ambição para reduzir o fosso identificado nas capacidades.

Table on the current status of Member states contributions to the Battlegroups

Initial Operational Capability	1st half 2005		2nd half 2005		1st half 2006		2nd half 2006	
	UK	FR	IT	NIL	DE + FR	ES + IT, EL and PT	FR + DE and BE	NIL
Full Operational Capability	1st half 2007		2nd half 2007		1st half 2008		2nd half 2008	
	DE + NL and FI	FR + BE and LU	IT + HU and SI	EL + RO, BG & CY	SE + FI, EE and NO	ES + DE, FR and PT	DE and FR + BE, LU and ES	UK
Full Operational Capability	1st half 2009		2nd half 2009		1st half 2010		2nd half 2010	
	IT + ES, PT and EL	NIL	CZ + SK	FR + BE TBC	PL + DE, SK, LV, and LT	UK + NL	IT + RO and TR	NIL

Key to Country Code: UK - United Kingdom, FR-France, IT-Italy, DE-Germany, ES-Spain, EL-Greece, PT-Portugal, BE-Belgium, NL-Netherlands, LU-Luxembourg, HU-Hungary, SI-Slovenia, RO-Romania, BG-Bulgaria, CY-Cyprus, SE-Sweden, FI-Finland, EE-Estonia, NO-Norway, CZ-Czech Republic, SL-Slovakia, PL-Poland, LV-Latvia, LT-Lithuania, and TR-Turkey. NIL-means no BG has been committed and TBC-to be confirmed.

Base Tecnológica e Industrial de Defesa¹¹⁰ – constitui a base em termos de concepção, actualização, desenvolvimento e sustentação de tecnologias e capacidade produtiva industrial com interesse para a Defesa Nacional. Engloba a componente de investigação e desenvolvimento de uma tecnologia até à sua demonstração e aplicação prática.

Benchmarking (Aferição) - Este termo significa comparar os resultados de um país, de uma empresa, de um sector, etc. com outros países, empresas e sectores. O 'benchmark' é a referência em relação à qual os resultados são avaliados. A aferição é uma das técnicas utilizadas no "processo de Lisboa".

¹¹⁰ Fonte DGAED / Plano I&T – Versão 0//18.



Busca e Salvamento (*Search and Rescue*) - O emprego de aeronaves, meios terrestres, submarinos, equipas especializadas de salvamento e equipamento para procurar e resgatar pessoal em sofrimento em terra ou no mar. (AAP 6 - NATO Glossary of Terms and Definitions).

Busca e Salvamento em Combate (*Combat Search and Rescue – CSAR*) - Uma operação coordenada utilizando procedimentos preestabelecidos para a detecção, localização, identificação e recuperação de tripulações de aeronaves abatidas em território inimigo, em tempo de crise ou de guerra e, se apropriado, pessoal isolado em sofrimento, que esteja treinado e equipado para ser recuperado. (AAP 6 - NATO Glossary of Terms and Definitions).

Cadeia de valor¹¹¹ – representa um conjunto de actividades centradas em determinadas entidades que têm por objectivo a produção de produtos com aplicação na Defesa. Especificamente, no que ao Plano de I&T diz respeito, trata-se de congregar na DGAED a coordenação das necessidades, das oportunidades e das capacidades como a melhor forma de encaminhar desde o início todo o processo relacionado com as actividades de I&T que tem em vista a concepção, desenvolvimento, produção e sustentabilidade de sistemas ou equipamentos para uso na Defesa.

Capacidades I&T do tecido científico e tecnológico¹¹² – recursos humanos e em meios materiais nos domínios do conhecimento, técnicas e tecnologias detidos por universidades, pólos de investigação e desenvolvimento, indústria e outros disponíveis e mobilizáveis para a execução de trabalho de investigação.

Cluster¹¹³ - É um grupo geograficamente próximo de empresas interligadas e de instituições associadas (universidades, agências públicas ou associações comerciais) num campo particular, ligadas pela competição e cooperação.

Comissão Europeia¹¹⁴ - Instituição que visa a garantir o funcionamento e desenvolvimento do mercado comum, sendo responsável por velar pela aplicação das disposições do Tratado, emitindo recomendações ou pareceres sobre as matérias nele previstas, dispondo de direito de iniciativa legislativa e assegurando a execução da legislação europeia, do orçamento e dos programas adoptados pelo Parlamento e pelo

¹¹¹ Fonte DGAED / Plano I&T – Versão 0//18.

¹¹² Fonte DGAED / Plano I&T – Versão 0//18.

¹¹³ PORTER, Michael, (professor da Harvard Business School) no seu livro "A competitividade das nações".

¹¹⁴ Tratado da UE – Art.º 211.



Conselho Europeu. É composta por um órgão colegial de 32 membros independentes (2 membros para cada um dos seguintes países: Alemanha, Espanha, França, Itália e Reino Unido; 1 membro para cada um dos restantes países), nomeados, pelos Estados-membros, por um período de 5 anos. No exercício das suas funções, a Comissão Europeia é assistida por diversas direcções-gerais e serviços especializados.

Conhecimento base¹¹⁵ – conhecimento e o seu domínio em termos teóricos e conceptuais, normalmente detido e desenvolvido nas universidades.

Conhecimento aplicado¹¹⁶ – aplicação e domínio da teoria na concretização de projectos. Implica normalmente a execução e domínio de técnicas específicas aliadas à produção de protótipos e demonstrações de tecnologia (por natureza, este conhecimento reside fundamentalmente no tecido industrial).

Construção da Paz (*Peace Building*) - Acções que em apoio de medidas e estruturas políticas, económico-sociais e militares estão destinadas a fortalecer e solidificar acordos políticos de forma a corrigir as causas do conflito. Isto inclui mecanismos para a identificação e apoio de estruturas que tendem a consolidar a paz, desenvolvam o sentimento de confiança e bem-estar e apoiem a reconstrução económica. (MC 327/2).

Contrato de Financiamento - Formalização da concessão da comparticipação financeira aprovada para uma operação e que se traduz num acordo escrito entre o gestor de uma intervenção operacional e um beneficiário final (ou um organismo intermédio e um destinatário individual, no caso de regimes de auxílios) com a definição dos direitos e obrigações das partes, decorrentes do financiamento.

Contratos Públicos¹¹⁷ - Contratos celebrados por entidades públicas, que devem respeitar as regras comunitárias aplicáveis neste domínio, com vista a assegurar a livre concorrência de todos os agentes económicos no acesso aos contratos, o recurso preferencial a concursos públicos ou limitados, a existência de critérios transparentes de selecção de propostas e a existência de recursos rápidos e eficazes contra as decisões tomadas pelas entidades adjudicantes que tenham violado o direito comunitário. Sobre esta matéria foram adoptadas 4 directivas que abrangem os contratos de obras, de fornecimentos, de serviços, e os sectores específicos da água, da energia, dos transportes e das telecomunicações.

¹¹⁵ Fonte DGAED / Plano I&T – Versão 0//18

¹¹⁶ Fonte DGAED / Plano I&T – Versão 0//18

¹¹⁷ Internet: www.europa.eu.int/comm/internal_market/en/index.htm



Contratualização¹¹⁸ - Associação, pela autoridade de gestão e por período determinado, de entidades públicas ou privadas à gestão técnica, administrativa e financeira da respectiva intervenção operacional, mediante a celebração de contratos-programa homologados pelo membro do Governo competente. As entidades associadas à gestão passam a constituir, através da contratualização, organismos intermédios.

Cooperação reforçada¹¹⁹ - A cooperação reforçada permite uma cooperação mais estreita entre os países da União que desejem prosseguir o aprofundamento da construção europeia, no respeito pelo enquadramento institucional da União. Os Estados-Membros interessados podem, assim, avançar com ritmos e/ou objectivos diferentes. No entanto, a cooperação reforçada não permite alargar as competências previstas pelos Tratados. Além disso, a cooperação reforçada só pode ser instaurada em último recurso, ou seja, quando se estabelecer no Conselho que os seus objectivos não podem ser atingidos, num prazo razoável, através da aplicação das disposições pertinentes dos Tratados.

O regime geral da cooperação reforçada é consagrado pelo Tratado da União Europeia (Título VII do TUE), sendo aplicável tanto à União Europeia como à Comunidade Europeia. Em princípio, a cooperação reforçada deve envolver, pelo menos, oito Estados, mas este regime continua aberto a qualquer Estado que nele pretenda participar, não podendo, além disso, constituir uma discriminação entre os Estados participantes e os outros. Além disso, a cooperação reforçada deve contribuir para a realização dos objectivos dos Tratados e respeitar o conjunto do acervo comunitário e das competências. Não pode referir-se a um domínio que seja da competência exclusiva da Comunidade.

Para além do regime geral, cada tratado pode prever ou aditar modalidades específicas, como acontece no âmbito da Comunidade Europeia (artigos 11.º e 11.º-A do Tratado que institui a Comunidade Europeia). Assim, nos termos do TCE, a iniciativa de uma cooperação reforçada emana da Comissão na sequência de um pedido dos Estados-Membros interessados, ao passo que em conformidade com o TUE, a iniciativa de uma cooperação reforçada emana dos Estados-Membros. Em ambos os casos, o lançamento de uma cooperação reforçada está sujeito a uma decisão do Conselho, que delibera por maioria qualificada. Além disso, pode ser desenvolvida uma cooperação reforçada no âmbito da Política Externa e de Segurança Comum (PESC), com excepção das questões militares e da política de defesa.

¹¹⁸ Vide: DL 54-A/2000, 36.º, 1.

¹¹⁹ Internet: http://europa.eu/scadplus/glossary/enhanced_cooperation_pt.htm.



Este conceito foi introduzido pelo Tratado de Amesterdão no Tratado da União Europeia (TUE), no que se refere à cooperação judiciária em matéria penal e no Tratado que institui a Comunidade Europeia (TCE). O Tratado de Nice consagrou alterações importantes a fim de simplificar este mecanismo. Designadamente, um Estado-Membro deixou de poder opor-se à criação de uma cooperação reforçada, como tinha sido previsto inicialmente pelo Tratado de Amesterdão.

A Constituição Europeia, em vias de ratificação, prevê simplificar o recurso a este mecanismo. Em especial, são simplificados os procedimentos iniciais de autorização, bem como os relativos à participação posterior de outros Estados-Membros. O limiar mínimo de participação foi fixado em um terço dos Estados-Membros. As restrições previstas para a PESD são suprimidas. No âmbito da defesa, a Constituição prevê um mecanismo específico: a cooperação estruturada permanente.

Cooperações Estruturadas¹²⁰ – Cooperação estabelecida entre Estados-membros da UE, Membros cujas capacidades militares preencham critérios mais elevados e que tenham assumido compromissos mais vinculativos na matéria (Segurança e Defesa) tendo em vista a realização das missões mais exigentes. Esta Cooperação pode ser permanente.

Compradores¹²¹ - Entenda-se as autoridades contratantes das administrações dos Estados-membros participantes e os compradores comerciais, incluindo os principais contratantes. A “Liberdade de Contrato” no canal de abastecimento deve manter-se excepto quando exigido por lei ou por requisito do cliente. É reconhecido que os Compradores devem ter liberdade para especificar os termos e as especificações de desempenho que satisfaçam as suas necessidades de aquisição.

Contrapartidas¹²² (*offsets*) - As contrapartidas são compensações acordadas entre o Estado e um fornecedor de material de defesa, e devem ser susceptíveis de contribuir para o desenvolvimento industrial da economia portuguesa e para o conseqüente aumento do valor económico associado à aquisição, através de efeitos directos e indirectos, reconhecidamente estruturantes e inovadores.

Do mesmo modo, as contrapartidas devem contribuir para o desenvolvimento de capacidades empresariais na área das indústrias de defesa, de modo a torná-las

¹²⁰ Tratado Constitucional da UE.

¹²¹ O Código de Boas Práticas está disponível no site: <http://www.eda.europa.eu/reference/eda/eda%20-%20code%20of%20best%20practice%20in%20the%20supply%20chain%20-%20european%20defence%20equipment%20market.htm> Definições

¹²² Regime Jurídico das Contrapartidas - Decreto-lei n.º 154/2006 de 7 de Agosto : disponível do site: <http://www.iapmei.pt/iapmei-leg-03.php?lei=4737>. Art.º 1. pág 1.



competitivas nos mercados internacionais e a integrá-las nas redes de criação de valor da indústria europeia de defesa. Visam particularmente a participação nacional na cadeia de valor associada aos equipamentos ou sistemas objecto do fornecimento ou a construção de capacidades nacionais ligadas à sustentação do ciclo de vida de equipamentos ou sistemas de defesa adquiridos pelas Forças Armadas.

São definidas como contrapartidas do grupo I as contrapartidas directas, como contrapartidas do grupo II as contrapartidas indirectas ligadas à indústria de defesa e como contrapartidas do grupo III as contrapartidas indirectas não ligadas à indústria de defesa. Ver também *Offsets*.

Criação da Paz (*Peace Making*) - Actividades diplomáticas efectuadas após o início de um conflito com a finalidade de estabelecer um cessar-fogo ou uma rápida resolução pacífica. Podem incluir os bons ofícios, mediação, conciliação e acções tais como: pressão diplomática, isolamento ou sanções. (MC 327/2).

European Capabilities Action Plan (ECAP) - Foi lançado, em 2001, no âmbito da União Europeia (UE), com o objectivo principal de suprir as lacunas existentes, em termos de meios militares, no sentido de possibilitar a concretização dos objectivos estabelecidos no Conselho Europeu de Helsínquia. Sendo unanimemente considerado um projecto de êxito relativo, o ECAP encontra-se numa fase de conclusão depois de ter passado por uma fase de harmonização com dois novos projectos entretanto surgidos, Headline Goal 2010 (HG2010) e a Agência Europeia de Defesa (EDA).

Economias de escala: “Existe economia de escala quando a expansão da capacidade de produção de uma firma ou indústria causa um aumento dos custos totais de produção menor que, proporcionalmente, os do produto. Como resultado, os custos médios de produção caem, a longo prazo”. (Bannock et alii, 1977).

Empreendedorismo: (1) “É uma aprendizagem pessoal, que impulsionada pela motivação, criatividade e iniciativa, busca a descoberta vocacional, a percepção de oportunidades e a construção de um projecto de vida ideal.” “É a arte de fazer acontecer com motivação e criatividade” - Robert Menezes - professor de “Empreendedorismo” da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG – Brasil.

Empreendedorismo: (2) É a vontade e capacidade de ser activo, de conceber e concretizar uma iniciativa estruturada, na base de um projecto, definindo objectivos e metas, identificando e mobilizando aliados e recursos, calendarizando e orçamentando; e depois,



gerindo e avaliando processos e resultados – através da criação ou utilização de uma organização com personalidade jurídica, que pode ser uma sociedade comercial (nas suas diferentes modalidades¹²³) mas igualmente uma associação, cooperativa, mútua ou fundação. Livro Verde – Espírito Empresarial na Europa.

Esforço nacional de I&T de Defesa¹²⁴ – a promoção das actividades de I&T não depende somente da Defesa. Para além de algumas entidades que, comprovadamente, executam actividades de I&T sob tutela do MDN, a grande fonte reside no tecido científico e tecnológico nacional e internacional. Dinamizar as actividades I&T de Defesa no âmbito nacional depende acima de tudo de uma vontade comum entre Governo, entidades públicas e privadas

Estados-Membros participantes¹²⁵ - os Estados-Membros da União Europeia que participam na Agência Europeia de Defesa. De todos os EM da UE só a Dinamarca não participa na EDA.

Estados-Membros contribuintes¹²⁶ - os Estados-Membros participantes da União Europeia que contribuem para um determinado projecto ou programa.

EUREKA¹²⁷ – Programa criado em 1985 por iniciativa intergovernamental, com o objectivo de fortalecer a competitividade europeia através do seu apoio a negócios, centros de investigação e universidades que empreendem projectos pan-europeus de desenvolvimento de produtos, processos e serviços inovadores.

Exploração do conhecimento¹²⁸ – domínio da teoria e técnicas associadas à fase de produção de um determinado produto. É caracterizado pela procura e necessidades em termos de mercado.

Fornecedores¹²⁹ Inclui os fornecedores possuindo uma base tecnológica ou industrial no Estado-membro, representando a base de fornecimento dessas administrações, o que inclui todos os fornecedores existentes ou potenciais e as partes contratantes a todos os níveis da cadeia de abastecimento

¹²³ Existem aliás, em alguns quadros jurídicos nacionais, sociedades comerciais com finalidade social e sem espírito de lucro.

¹²⁴ Fonte DGAED / Plano I&T – Versão 0//18.

¹²⁵ Acção Comum 2004/551/PESC do Conselho, de 12 Julho de 2004, relativa à criação da EDA.

¹²⁶ Acção Comum 2004/551/PESC do Conselho, de 12 Julho de 2004, relativa à criação da EDA.

¹²⁷ Disponível na Internet em: <http://www.eureka.be/home.do>

¹²⁸ Fonte DGAED / Plano I&T – Versão 0//18.

¹²⁹ O Código de Boas Práticas está disponível no site: <http://www.eda.europa.eu/reference/eda/eda%20-%20code%20of%20best%20practice%20in%20the%20supply%20chain%20-%20european%20defence%20equipment%20market.htm> Definições



Gestão de Crises¹³⁰ – Podemos definir crise como “situação de âmbito nacional ou internacional que configura uma ameaça aos valores, interesses ou objectivos das partes envolvidas”. A gestão de crises tem por objectivos: reduzir tensões para prevenir crises; gerir a crise para evitar o conflito; assegurar a prontidão de estruturas; em caso de hostilidades controlar, prevenir e persuadir beligerantes e promover o retorno à estabilidade.

Globalização da economia (mundialização) (1)¹³¹ - A globalização designa o fenómeno de abertura das economias e das fronteiras, resultante do crescimento das trocas comerciais e dos movimentos de capitais, da circulação dos homens e das ideias, da divulgação da informação, dos conhecimentos e das técnicas, bem como do processo de desregulamentação. Simultaneamente geográfico e sectorial, este processo não é recente, mas tem vindo a intensificar-se nos últimos anos. A globalização oferece múltiplas oportunidades, mas permanece um dos maiores desafios da União Europeia. No intuito de explorar plenamente o potencial de crescimento deste fenómeno e garantir uma repartição equitativa dos seus benefícios, a União tem zelado, através de uma governação multilateral, pela adopção de um modelo de desenvolvimento sustentável, com vista a conciliar os objectivos de crescimento económico, coesão social e protecção do ambiente.

Globalização da economia (mundialização) (2)¹³² - Podemos definir globalização como a procura de um cenário em que as relações comerciais entre os países sejam mais frequentes e facilitadas. Contribuem para essa possibilidade a eliminação de barreiras comerciais entre os países, a redução (eliminação) dos impostos sobre as importações, o fortalecimento de grupos internacionais (como a UE e o Mercosul). Neste processo, o governo de cada país oferece incentivos à instalação de empresas estrangeiras no seu território e proporciona a internacionalização de todas as actividades do seu negócio. A globalização exige também o estabelecimento e o respeito de regras comuns básicas e válidas a nível global.

Guerra Assimétrica¹³³ (1) - A guerra assimétrica é empregue, genericamente por aquele que se encontra muito inferiorizado em meios de combate, em relação ao seu oponente. A assimetria refere-se ao desequilíbrio extremo de forças. Para o mais forte, a guerra assimétrica é traduzida como forma ilegítima de violência, especialmente quando voltada a

¹³⁰ Generic Crisis Management Handbook, pág II-2.

¹³¹ Glossário Europa – gerido pela Comissão Europeia. Disponível na Internet em:
http://europa.eu/scadplus/glossary/index_pt.htm

¹³² Jornal Oficial da União Europeia nº C 302 de 07/12/2004 p. 0041 – 0048.

¹³³ Doutrina Básica da Marinha do Brasil - 2004



danos civis. Para o mais fraco é uma forma de combate. Os actos terroristas, os ataques aos sistemas informatizados e a sabotagem são algumas formas de guerra assimétrica.

Holding ou **sociedade gestora de participações sociais** - É uma forma de oligopólio no qual é criada uma empresa para administrar um grupo delas (conglomerado) que se uniu com o intuito de promover o domínio de determinada oferta de produtos e /ou serviços. Na *holding*, essa empresa criada para administrar possui a maioria das acções das empresas componentes de determinado grupo. Essa forma de administração é muito praticada pelas grandes corporações.

I&T de Defesa¹³⁴ – Investigação e Tecnologia de Defesa é o conjunto de iniciativas e actividades de índole científica e/ou tecnológica relacionadas com a geração e aplicação de competências, conhecimentos e saberes em áreas e domínios que, directa ou indirectamente, concorrem para a satisfação de lacunas ou objectivos de capacidades de defesa, bem como para o reforço da base tecnológica e industrial de defesa (nacional e europeia). Compreende, sem prejuízo de outras actividades, investigação básica, investigação aplicada e demonstração de tecnologia de interesse para a Defesa.

I&T versus I&D¹³⁵ – no sector da Defesa, a Investigação encontra-se dividida em Investigação e Tecnologia (I&T) e Investigação e Desenvolvimento (I&D). A I&T centra a sua actividade entre a investigação básica, investigação aplicada e na demonstração de tecnologia. Nos casos em que a investigação vai mais além no espectro, abrangendo, por exemplo, o desenvolvimento de protótipos com vista a uma futura produção, será mais correcto utilizar o conceito alargado de I&D (que corresponde ao conceito R&D adoptado na NATO e EDA).

Imposição da Paz (*Peace Enforcement*) - Operações efectuadas ao abrigo do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas. Têm uma natureza coerciva e são conduzidas quando o consentimento de todas as Partes de um conflito não foi alcançado ou possa ser incerto. São concebidas para manter ou restabelecer a paz ou impor os termos especificados no mandato. (MC 327/2).

Juste Retour¹³⁶ - O *Juste retour* é um acordo compensatório entre governos participantes num programa desenvolvido em cooperação, com o objectivo de alinhar o “work-share”

¹³⁴ DGAED- Plano I&T – Versão 0//18.

¹³⁵ DGAED- Plano I&T – Versão 0//18.

¹³⁶ Site da EDA - <http://www.eda.europa.eu/EbbWeb/FAQ.aspx>



com “cost-share”, ao mesmo tempo que é calculado o equilíbrio global numa base multi-anual.

LoI (Letter of Intent) framework¹³⁷ – Acordo quadro efectuado na sequência da assinatura em 1998 de uma Carta de intenções pelos Ministros da Defesa da França, Reino Unido, Alemanha, Itália, Espanha e Suécia. Este acordo, que tem o valor de um tratado, assemelha-se a uma “Schengen do armamento”. Prevê, nomeadamente, uma harmonização dos dispositivos de controlo das exportações de armamento e uma simplificação dos procedimentos de habilitação do pessoal. Comporta cláusulas em matéria de segurança de fornecimento que visam, através da organização da interdependência dos Estados envolvidos, facilitar a racionalização do aparelho industrial de defesa à escala Europeia.

Força de Reacção Rápida Europeia¹³⁸ – A Força de Reacção Rápida da UE é materializada na declaração de Helsínquia, onde é definido o Headline Goal: uma força projectável em 60 dias, com um efectivo de 50.000 a 60.000 homens, capaz de conduzir todas as missões de Petersberg em operações de escalão até Corpo de Exército e sustentadas durante um período mínimo de um ano após a sua projecção. Na sequência do processo ECAP, as lacunas identificadas levaram à reformulação deste objectivo no Headline Goal 2010, incidindo a prioridade nos aspectos qualitativos desta força, através da constituição dos Battlegroups, unidades tácticas de Resposta Rápida e projectáveis em 5 a 15 dias, por um período de 30 dias.

Maioria Qualificada na UE¹³⁹ - Os Tratados estipulam o número de votos de que cada Estado-Membro dispõe. Os Tratados definem igualmente as situações em que é necessária uma maioria simples, uma maioria qualificada ou a unanimidade.

A partir de 1 de Novembro de 2004 existe maioria qualificada sempre que: uma maioria dos Estados-Membros votar a favor (em certos casos uma maioria de dois terços); ou existir um mínimo de 232 votos a favor da proposta, i.e. 72.3% do total (aproximadamente o mesmo que no sistema anterior).

Manutenção da Paz (Peacekeeping) - Operações geralmente efectuadas ao abrigo do Capítulo VI da Carta das Nações Unidas e conduzidas com o consentimento de todas as partes de um conflito para monitorizar e facilitar a implementação de um acordo de paz. (MC 327/2).

¹³⁷ François Laureau – <L'armement terrestre, secteur en profondes évolutions>, in Défense Nationale, n.º 6, Junho 2004, Pág. 18.

¹³⁸ Declaração de Helsínquia.

¹³⁹ Site da UE na Internet: <http://europa.eu.int/scadplus/leg/en/cig/g4000p.htm>



Missões de *Petersberg*¹⁴⁰ – Missões estabelecidas em Junho de 1992 no Conselho Ministerial da União da Europa Ocidental (UEO) no Hotel Petersberg, próximo de Bona. Nessa ocasião, os Estados-membros da UEO declararam a sua prontidão em disponibilizar unidades militares de todo o espectro das respectivas forças armadas convencionais para missões sob a autoridade da UEO. As diferentes missões militares que a UEO poderia conduzir foram definidas: para além de contribuir para a defesa colectiva, de acordo com o Artigo 5.º do Tratado de Washington e Artigo V do Tratado de Bruxelas Modificado, as unidades militares dos Estados Membros da UEO poderiam ser empregues em:

- Missões Humanitárias e de Salvamento;
- Missões de Manutenção de Paz;
- Missões de forças de combate em gestão de crises incluindo criação da paz.

Missões de *Petersberg* Reforçadas¹⁴¹ – O Tratado para a Constituição Europeia inclui ainda no âmbito da PCSD, para além das missões atrás mencionadas como de Petersberg, a prevenção de conflitos, o desarmamento conjunto, a assistência e assessoria militar, a estabilização pós-conflito e o apoio a países terceiros no combate ao terrorismo.

Missões/Operações de restabelecimento da paz¹⁴² (*Peacemaking*)– Missões que englobam as actividades diplomáticas conduzidas após o início do conflito e destinadas a estabelecer um cessar-fogo ou um rápido acordo de paz. As iniciativas diplomáticas incluem: bons ofícios, mediação, conciliação e medidas de pressão diplomática, nomeadamente: isolamento diplomático, sanções ou outras operações.

Offsets¹⁴³ (ou Contrapartidas) - São compensações (retorno do investimento) exigidas pelos Governos a fornecedores estrangeiros, em relação a processos de aquisição de equipamentos de defesa “off-the-shelf”. Podem ser exigidos em forma de acordos quadro, separados do contrato de aquisição, ou na forma de uma cláusula incluído no próprio contrato.

Em qualquer dos casos é uma obrigação comercial exigida pelo comprador, não relacionada com o objecto do contrato. Os “offsets” devem ser distinguidos das obrigações de “juste retour” ou acordos de equilíbrio global. Podem ser de três tipos: “offsets”

¹⁴⁰ Site da UE na Internet: <http://europa.eu.int/scadplus/leg/en/cig/g4000p.htm>

¹⁴¹ Tratado da Constituição Europeia, Artigo III-309.1.

¹⁴² IESM - AEO – CRO- Tipos de Operações.

¹⁴³ Site da EDA na Internet: <http://www.eda.europa.eu/EbbWeb/FAQ.aspx>



directos¹⁴⁴ – em que o fornecedor atribui parcelas do desenvolvimento e/ou produção do equipamento adquirido às indústrias locais; “offsets” indirectos relacionados com a defesa¹⁴⁵ – em que o fornecedor se compromete a investir em empresas locais relacionadas com a defesa e/ou atribui contratos às empresas locais de projectos de defesa não relacionados com o equipamento em aquisição; “offsets” indirectos não relacionados com a defesa – em que o fornecedor se compromete a assegurar investimentos e/ou contratos para as empresas industriais civis locais não relacionadas com o equipamento em aquisição.

Quando o contrato está sujeito a acordos de “offsets” (contrapartidas), a informação deve estar disponível na Notificação Contratual (critérios de selecção e de adjudicação). Ver também contrapartidas.

Operações de Apoio à Paz (*Peace Support Operations*) - Operações multifuncionais efectuadas imparcialmente em apoio de um mandato das Nações Unidas/ OSCE, envolvendo forças militares e agências diplomáticas e humanitárias e são concebidas para se alcançar uma resolução política duradoura ou outras condições especificadas no mandato. Incluem a manutenção de paz e a imposição da paz, bem como a prevenção de conflitos, a criação e a construção da paz e as operações humanitárias. (MC 327/2).

Operações de Evacuação de Não Combatentes – NEO (*Non-Combatant Evacuation Operation*) - Operação efectuada para recolocar não combatentes ameaçados num país estrangeiro (AJODWP 96).

Operações humanitárias (*Humanitarian Operations*) - Operações efectuadas para aliviar o sofrimento humano. Podem preceder ou acompanhar actividades humanitárias desenvolvidas por organizações civis especializadas. (MC 327/2).

Orçamento de Estado¹⁴⁶ - Instrumento de gestão que descrimina as dotações de despesas públicas e as previsões de receitas necessárias para a sua cobertura, que define as regras da sua execução, bem como as condições a que deverá obedecer o recurso ao crédito público. É apresentado pelo Governo à Assembleia da República, sob a forma de proposta de Lei, até 1 de Outubro de cada ano.

¹⁴⁴ Inclui co-produção (manufatura do todo ou de partes do equipamento de defesa com uma licença de produção) integração, subcontratação (sem licença ou informação técnica) apoio, manutenção ou reparação, formação ou transferência de tecnologia.

¹⁴⁵ Estão relacionados com capital para criar ou expandir uma subsidiária ou “joint venture” ou aquisição de empresas de defesa locais.

¹⁴⁶ Vide: CRP, 105.º; Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto, 12.º, 35.º



PIDDAC – Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central¹⁴⁷ - Constitui o quadro de referência da despesa pública de investimento realizada pela Administração Central. Inclui despesas de apoio ao investimento de outros sectores institucionais através de subsídios e transferências designadamente no âmbito dos "sistemas de incentivos" e de esquemas de colaboração com entidades exteriores à Administração Central. O PIDDAC é descrito através do mapa XV do Orçamento do Estado, que detalha de forma regionalizada os respectivos programas e medidas orçamentais, articulados com as GOP e com o QCA III, evidenciando os encargos plurianuais e as fontes de financiamento. As principais fontes de financiamento são o próprio Orçamento de Estado (capítulo 50º), a comparticipação comunitária, e os recursos próprios dos fundos e serviços autónomos, incluindo não só o auto-financiamento mas também o crédito contratado directamente pelas entidades.

Pilares da União Europeia¹⁴⁸ - A noção de «pilares» é geralmente utilizada para designar o Tratado da União Europeia. São três os pilares que constituem a arquitectura da União Europeia: o pilar comunitário, (primeiro pilar) que corresponde às três comunidades: a Comunidade Europeia, a Comunidade Europeia da Energia Atómica (EURATOM) e a antiga Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA); o pilar consagrado à Política Externa e de Segurança Comum (segundo pilar), que está abrangido pelo título V do Tratado da União Europeia; o pilar consagrado à cooperação judicial e policial em matéria penal, (terceiro pilar) que está abrangido pelo Título VI do Tratado da União Europeia.

Pequena e Média Empresa (PME)¹⁴⁹ (1) – Em inglês SME - *small and medium enterprise*. É uma empresa que satisfaz os seguintes critérios: menos de 250 empregados, uma facturação ou folha de balanço com um total inferior a 50 milhões de Euros e não mais que 25% da empresa pertencendo a outra.

Política Externa de Segurança Comum (PESC) (1)¹⁵⁰ – Política da União Europeia que cobre todas as áreas de política externa e de segurança, com os seguintes objectivos: salvaguardar os valores comuns, os interesses fundamentais, a independência e a integridade da União em conformidade com os princípios da Carta das Nações Unidas; fortalecer a segurança da União em todos os aspectos; preservar a paz e a segurança internacionais, de acordo com os princípios da Carta das Nações Unidas, dos princípios do

¹⁴⁷ Vide: Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto, 29.º

¹⁴⁸ Glossário Europa - http://europa.eu/scadplus/glossary/eu_pillars_pt.htm

¹⁴⁹ Recomendação do CoC para a Comissão Europeia 2003/361/EC of 06/05/03.

¹⁵⁰ Disponível na Internet em: <http://ue.eu.int/cms3_fo/showPage.asp?id=287&lang=PT&mode=g>



Acto Final de Helsínquia e dos objectivos da Carta de Paris, incluindo os relativos a fronteiras externas; promover a cooperação internacional; desenvolver e consolidar a democracia, o direito e o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais. (Conforme redacção no Tratado da União ainda em vigor).

Política Externa de Segurança Comum (PESC) (2)¹⁵¹ - Política da União baseada no desenvolvimento da solidariedade política mútua entre os Estados-Membros, na identificação das questões de interesse geral e na realização de um grau de convergência crescente das acções dos Estados-Membros. É executada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros da União e pelos Estados-Membros, utilizando os meios nacionais e os da União. (Conforme redacção no Tratado Constitucional da UE).

Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD) – Política de defesa comum, que poderá conduzir a uma defesa comum, se o Conselho assim o decidir. Nesse caso, recomendará aos Estados-membros a adopção de tal decisão em conformidade com os seus respectivos requisitos constitucionais. As questões que se referem a esta política incluem a execução de missões humanitárias e de manutenção de paz e missões de forças de combate em gestão de crises, incluindo a criação da paz. (Conforme redacção no Tratado da União ainda em vigor). O novo Tratado Constitucional da UE, dá-lhe nova redacção e designa-o por PCSD.

Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) - A política comum de segurança e defesa faz parte integrante da política externa e de segurança comum. A política comum de segurança e defesa garante à União uma capacidade operacional apoiada em meios civis e militares. A União pode empregá-los em missões no exterior a fim de assegurar a manutenção da paz, a prevenção de conflitos e o reforço da segurança internacional, de acordo com os princípios da Carta das Nações Unidas. A execução destas tarefas assenta nas capacidades fornecidas pelos Estados-Membros. A política comum de segurança e defesa inclui a definição gradual de uma política de defesa comum da União. A política comum de segurança e defesa conduzirá a uma defesa comum logo que o Conselho Europeu, deliberando por unanimidade, o decida. Neste caso, o Conselho Europeu recomendará aos Estados-membros que adoptem uma decisão nesse sentido, em conformidade com as respectivas normas constitucionais. A política da União na acepção do presente artigo não afecta o carácter específico da política de segurança e defesa de determinados Estados-Membros. Além disso respeita as obrigações decorrentes do Tratado

¹⁵¹ Tratado Constitucional da UE

do Atlântico Norte para certos Estados-membros que consideram que a sua defesa comum se realiza no quadro da OTAN, e é compatível com a política comum de segurança e defesa estabelecida nesse quadro. (Conforme redacção no Tratado Constitucional da UE).

Potência hegemónica ¹⁵² – O poder hegemónico refere-se à capacidade de um estado agir como uma força de domínio nas relações internacionais. Denota predominância de um estado sobre todos os outros. Geralmente esta capacidade para dominar os assuntos mundiais deriva de outros meios para além do mero exercício da força bruta. A política interna de uma Potência Hegemónica tem igualmente uma influência dominante nas políticas adoptadas pelos outros estados.

Prevenção de Conflitos (*Conflict Prevention*) - Acções normalmente conduzidas sob o Capítulo VI da Carta das Nações Unidas. Variam desde iniciativas diplomáticas à projecção preventiva de forças com a intenção de evitar a escalada de disputas em conflitos armados. Podem também incluir missões de busca de factos, consultas, avisos, inspecções e acções de monitorização. A projecção preventiva de forças no quadro da prevenção de conflitos consiste na projecção de forças operacionais com capacidade de dissuasão suficiente para impedir a abertura de hostilidades. (MC 327/2).

Projecto I&T ¹⁵³ – Actividade de investigação decorrente de um processo ou ideia originada numa proposta, que, depois de devidamente instruída, tem como suporte uma necessidade ou requisito actual ou em perspectiva no domínio da Defesa.

Projectos ou Programas “ad hoc” da EDA¹⁵⁴. - Estão previstas duas categorias de projectos ou programas *ad hoc* e respectivos orçamentos:

- Um ou mais Estados-Membros participantes ou o Director apresentam ao Comité Director um projecto ou programa *ad hoc* enquadrado no âmbito da competência da Agência. O Comité Director é informado do orçamento *ad hoc* correspondente. Todos os Estados-Membros participantes se associam ao projecto ou programa, contribuindo, em princípio, para os mesmos. O Comité Director aprova a execução do projecto ou programa *ad hoc*.
- Um ou mais Estados-Membros participantes informam o Comité Director da sua intenção de executar um projecto ou programa *ad hoc* e de estabelecer o orçamento correspondente. A fim de tirar o máximo partido possível das possibilidades de

¹⁵² Disponível na Internet em: <http://ace.acadiau.ca/polisci/aa/digagora/Glossary/glossaryhtml/hpower.html>

¹⁵³ Fonte DGAED / Plano I&T – Versão 0//18

¹⁵⁴ Acção Comum 2004/551/PESC do Conselho, de 12 Julho de 2004, relativa à criação da EDA.



cooperação, todos os Estados-Membros participantes são informados desse projecto ou programa *ad hoc* atempadamente, muito embora qualquer Estado-Membro participante que o deseje possa manifestar o seu interesse em se associar ao referido projecto ou programa.

Serviços e Fundos Autónomos¹⁵⁵. - Entidades públicas que, não tendo natureza e forma de empresa, fundação ou associação, possuam autonomia administrativa e financeira e disponham de receitas próprias para a cobertura das suas despesas. Os institutos públicos inserem-se nesta classificação.

SIPIE - Sistema de Incentivos a Pequenas Iniciativas Empresariais¹⁵⁶ - Regime de auxílios de *minimis* que visa apoiar os projectos de criação ou desenvolvimento de micro ou pequenas empresas, através do reforço da sua capacidade técnica e tecnológica e da modernização das suas estruturas.

Sistema de Forças Nacional¹⁵⁷ – O Sistema de Forças Nacional é constituído pela componente operacional e pela componente fixa ou territorial. Constitui a referência de definição de capacidades e meios das várias componentes das Forças Armadas.

Tecnologia de base comum¹⁵⁸ – Representa os fundamentos de uma determinada tecnologia passível de ter uma utilidade dual (militar e civil) ou múltipla. É este tipo de tecnologia que, em termos industriais de produção, terá maior acolhimento por oferecer garantias de uma cobertura de mercado mais alargada.

Tecnologias Disruptivas – Uma tecnologia disruptiva ou inovação disruptiva é uma inovação tecnológica, produto ou serviço que destrona a tecnologia dominante existente ou um produto no mercado (ex: semicondutores/válvulas).

Tratado - Tratado da União Europeia (igualmente designado por Tratado de Maastricht), assinado a 7 de Fevereiro de 1992. Modificou e completou o Tratado de Paris (1951) que criou a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) e os Tratados de Roma (1957) que instituíram a Comunidade Económica Europeia e a Comunidade Europeia da Energia Atómica. Criou a união política entre os Estados-membros. O Tratado da União Europeia foi alterado pelo Tratado de Amesterdão, assinado em 2 de Outubro de 1997.

¹⁵⁵ Vide: Lei nº 91/2001, 2.º, 3.

¹⁵⁶ Vide: Portaria n.º 317-A/2000, de 31 de Maio.

¹⁵⁷ Fonte DGAED / Plano I&T – Versão 0//18.

¹⁵⁸ Fonte DGAED / Plano I&T – Versão 0//18.



APÊNDICE B¹⁵⁹

1. DA II GUERRA MUNDIAL À AGÊNCIA EUROPEIA DE DEFESA

a. 1945 a 1988

(1) A ONU, a CEECA e a OTAN. A Comunidade Europeia de Defesa CED

Estamos em 1945. A II Guerra Mundial tinha deixado a Europa devastada. A 24 de Outubro, as potências vencedoras criam a Organização da Nações Unidas (ONU)¹⁶⁰, com a assinatura da Carta das Nações Unidas, que estabelece os princípios da resolução pacífica dos conflitos e da proibição do uso da força.

Nos anos seguintes, a Europa assiste a um conjunto de acções de construção comunitária de sectores estratégicos e vitais, como o carvão e o aço, que conduzem à assinatura do Tratado de Paris, em 18 Abril 1951, criando a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CEECA)¹⁶¹. Os seus inspiradores foram Robert Schuman, ministro francês dos Negócios Estrangeiros, e Jean Monnet, o seu primeiro presidente.

Em 20 Setembro de 1951, no âmbito da defesa comum e da Convenção de Ottawa, é criada a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)¹⁶², na sequência do Tratado do Atlântico Norte assinado em Washington, DC a 4 Abril de 1949.

Em 1952, e com o receio de que o ataque da URSS à Coreia do Sul, efectuado em 25 Junho de 1950, fosse só um ensaio para em seguida atacar a Europa, os Estados Unidos quiseram acelerar a reconstituição do exército alemão e estabelecer uma organização militar permanente do tratado do Atlântico Norte. Contudo, a França opôs-se a essa iniciativa e defendeu como alternativa a formação de um Exército europeu, que incluiria unidades alemãs, no quadro de uma Comunidade Europeia de Defesa (CED)¹⁶³. Os norte-americanos, com alguma relutância, aceitaram esse projecto de defesa europeia, que os britânicos consideravam imprudente. Em Agosto de 1954, a França desistiu de ratificar o tratado da Comunidade Europeia de Defesa de 1952, o que provocou uma crise profunda

¹⁵⁹ Para não se perder a sequência dos acontecimentos descritos, manteve-se neste apêndice o texto que foi utilizado para compor o Capítulo 2 deste Trabalho de Investigação Individual.

¹⁶⁰ Foi fundada oficialmente a 24 de Outubro de 1945 em São Francisco, Califórnia por 51 países. Portugal adere à ONU em 14 de Dezembro de 1955.

¹⁶¹ Os membros fundadores foram a Bélgica, a Holanda, o Luxemburgo, a França, a Itália e a Alemanha.

¹⁶² Os membros fundadores foram: a Bélgica, o Canadá, a Dinamarca, os EUA, a França, a Holanda, a Islândia, a Itália, o Luxemburgo, a Noruega, Portugal e o Reino Unido.

¹⁶³ “A Crise Transatlântica” - Apresentação efectuada por Carlos Gaspar no Seminário sobre “Segurança e Defesa Europeia” realizado em 28 /Maio/ 2004 no IAEM.



na Aliança, só ultrapassada com a entrada da República Federal Alemã em 6 de Maio de 1955.

(2) A UEO a CEE, o IEPG e o EDIG

Após o colapso da CED, o Reino Unido propõe a criação da União da Europa Ocidental (UEO), o que ocorreu a 23 de Outubro de 1954, pelo protocolo que modifica e completa o Tratado de Bruxelas de 1948¹⁶⁴. Para relançar o processo de integração europeia, são assinados em 25 de Março de 1957 os Tratados de Roma; um deles cria a Comunidade Económica Europeia (CEE), e o outro a Comunidade Europeia de Energia Atómica (CEEA ou EURATOM).¹⁶⁵

Entre 1957 e 1986 a Europa viveu no reforço das instituições referidas, e, no que toca à defesa, na confrontação com a escalada da ameaça nuclear por parte URSS. Neste período são de realçar, entre outros, os seguintes acontecimentos: criação em 13 de Novembro de 1968 do Eurogrupo, onde se realizavam reuniões informais e periódicas dos ministros da defesa, e as Conferências dos Directores Nacionais de Armamento (DNA), a que Portugal haveria de se juntar mais tarde; criação em 1976, pelos Ministros de Defesa dos Países Europeus da OTAN (excepto Islândia), do *Independent European Program Group* – IEPG¹⁶⁶, ao qual Portugal também pertenceria mais tarde.

O IEPG era um fórum destinado a reforçar a cooperação europeia em matéria de armamento e visava melhorar a sua competitividade e eficiência em relação aos EUA. Foi também criado em 1976 o *European Defence Industry Group*, EDIG¹⁶⁷, como uma associação de empresas europeias do sector da defesa, actuando como grupo de interesse. Relacionado com os mercados de defesa, e com a política dos armamentos dos EUA e dos Estados-membros europeus da NATO, apareceu em 1975 o Relatório Callaghan, documento de referência relacionado com os custos resultantes da fragmentação, devidos à duplicação em I&D, armas e apoio logístico.

Após vários relatórios e outras iniciativas relacionadas com a CEE, Portugal e Espanha tornam-se membros da Comunidade em 1 de Janeiro de 1986, tendo-se juntado à Bélgica, França, Alemanha, Itália, Luxemburgo e Holanda (que subscreveram o Tratado de Roma em 25 de Março de 1957), à Dinamarca, Irlanda e o Reino Unido (que aderiram a 1 de Janeiro de 1973) e ainda à Grécia (que tinha aderido a 1 de Janeiro de 1981).

¹⁶⁴ A história da UEO: disponível no site: <http://www.assembly-weu.org/en/presentation/historique.php>

¹⁶⁵ Em 25 de Março de 1957 a Bélgica, França, Alemanha, Itália, Luxemburgo e Holanda assinaram em Roma os tratados de criação da Comunidade Económica Europeia e da Comunidade Europeia da Energia Atómica (EURATOM), sendo estes tratados referenciados desde esta data por “Tratados de Roma”.

¹⁶⁶ Informação disponível no site: <http://www.weu.int/weag/>

¹⁶⁷ Mais informação no Apêndice F.



Em 28 de Fevereiro de 1986, é assinado no Luxemburgo o documento que resultou da primeira grande revisão do Tratado de Paris e dos Tratados de Roma, e que passou a designar-se por Acto Único Europeu¹⁶⁸. São de realçar neste documento, e no âmbito deste trabalho, a introdução do conceito e das políticas de Coesão Económica e Social, o alargamento das atribuições em matéria de ambiente e I&D tecnológico (I&DT) e a criação do Mercado Único Europeu como seu grande objectivo, para o qual teve um papel crucial Jacques Delors.

Este mercado, actualmente com cerca de 400 milhões de consumidores, possibilitaria a concretização de quatro liberdades fundamentais: a livre circulação de pessoas, de mercadorias, de serviços e de capitais.

No Reino Unido, a primeira-ministra Margaret Thatcher era totalmente contra as posições de Delors. Num célebre discurso pronunciado na reunião europeia de Bruges em 20 Setembro de 1988, a primeira-ministra mostrou a sua posição “eurocéptica”:¹⁶⁹

"Tratar de suprimir o conceito de nação e tratar de concentrar todo o poder num organismo europeu seria muito pernicioso (...) Não precisamos de novas regulamentações que subam o custo da mão de obra e que tornem o mercado de trabalho menos flexível e competitivo do que o dos nossos fornecedores estrangeiros. (...) Na Grã-Bretanha lutaremos contra as intenções de introduzir o colectivismo e o corporativismo a nível europeu - aquilo que cada um quer fazer no seu próprio país não me diz respeito."

Só mais tarde, com a eleição de Blair, é que o Reino Unido imprimiu um rumo mais pró-europeu na política britânica, afastando-se do “eurocepticismo” da “Dama de Ferro”.

b. 1989 a 2001

(1) Maastricht – a UE e a PESC

Nos cinco anos seguintes a Europa assiste a uma mudança total na situação estratégica mundial, resultado da queda do Muro de Berlim (9 de Novembro de 1989), da reunificação da Alemanha (3 de Outubro 1990), da guerra do Golfo (17 Janeiro a 3 Março de 1991) e do colapso da URSS (21/22 Agosto de 1991). Perante esta mudança, a OTAN é forçada a reconsiderar os seus objectivos, e da análise ao novo enquadramento resulta, em

¹⁶⁸ “Acto Único Europeu” Documento disponibilizado no site:

<http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/pm/Tratados/AUE/AUE-f.htm> (acedido em 11 Novembro de 2006)

¹⁶⁹ Do documento “ The Bruges Speech” disponível no site:

<http://www.margaretthatcher.org/speeches/displaydocument.asp?docid=107332> (acedido em 11 Novembro de 2006)



8 Novembro de 1991, um segundo “Conceito Estratégico”¹⁷⁰. Com este conceito, a OTAN vira-se para ameaças mais diversificadas e para uma intervenção fora da Europa.

Praticamente em simultâneo, a Europa prepara um novo Conselho Europeu, em Maastricht, que haveria de ficar ligado ao nascimento da União Europeia e da PESC. Assim, em 9 e 10 de Fevereiro de 1992, a Europa dá um salto qualitativo com a aprovação do Tratado da União Europeia¹⁷¹, assinado em Maastricht em 7 de Fevereiro de 1992, e com entrada em vigor em 11 de Janeiro de 1993. Este Tratado adopta uma solução de compromisso de uma estrutura assente em Três Pilares¹⁷². O II Pilar, consagrado á Política Europeia de Segurança Comum (PESC), primeiro passo na Criação da Europa da Defesa, e o III Pilar para a cooperação no domínio da Justiça e dos assuntos, correspondem, respectivamente, ao Título V e Título VI deste Tratado. A introdução de uma moeda única estável, o EURO, abordado neste Tratado, faz parte do I Pilar.

Até agora, a Europa expandia-se em direcção a uma união política, e com este tratado, deu um grande passo para a união económica com o Euro, o que iniciou a resolução da questão fundamental da segurança, com o IIº Pilar da União (PESC) de natureza intergovernamental. A PESC vem substituir a Cooperação Política Europeia (CPE), criada nos inícios da década de setenta para a área de política externa e de segurança.

O disposto no art.º J.4 deste tratado, do seu Título V – disposições relativas à PESC-salienta entre outros pontos:

- “ - A política externa e de segurança comum abrange todas as questões relativas à segurança da União Europeia, incluindo a definição, a prazo, de uma política de defesa comum que poderá conduzir, no momento próprio, a uma defesa comum.
- A União solicitará à União da Europa Ocidental (UEO), parte integrante do desenvolvimento da União Europeia, que prepare e execute as decisões e acções da União que tenham repercussões no domínio da defesa. O Conselho, em acordo com as Instituições da UEO, adoptará as disposições práticas necessárias.
- A política da União na acepção do presente artigo não afectará o carácter específico da política de segurança e de defesa de determinados Estados-membros, respeitará as

¹⁷⁰ Este novo “ Conceito Estratégico” de 1991, pode ser visto no site: <http://www.nato.int/docu/comm/49-95/c911107a.htm>

¹⁷¹ “ Tratado da União Europeia ou de Maastricht” disponível no site: <http://eur-lex.europa.eu/pt/treaties/dat/11992M/htm/11992M.html#0001000001>

¹⁷² Os três pilares da União Europeia. Apêndice A – Glossário de Conceitos.



obrigações decorrentes, para certos Estados-membros, do Tratado do Atlântico Norte e será compatível com a política de segurança e de defesa comum adoptada nesse âmbito.”

Se, por um lado, a UEO é utilizada para apoiar a UE na execução de decisões e de acções no domínio da defesa, por outro, alguns Estados-membros estão receosos das repercussões destas decisões, na sua própria política de segurança e defesa e nas obrigações decorrentes do Tratado do Atlântico Norte.

Enquanto a PESD dá os primeiros passos, sem grandes convicções nem recursos, do outro lado do Atlântico os investimentos em tecnologia associados às reestruturações nas indústrias de defesa vão transformar os EUA numa potência hegemónica¹⁷³.

(2) A Declaração de Petersberg

Quatro meses após a assinatura do Tratado da UE, e na prossecução dos objectivos aqui definidos, os ministros da Defesa dos Estados-membros da UEO reúnem-se em Bona e emitem a Declaração de Petersberg¹⁷⁴. Esta Declaração constitui um elemento primordial para o desenvolvimento da UEO, da componente de defesa da UE e um meio de reforço do pilar europeu na OTAN. Neste documento foi estabelecido que as unidades militares dos Estados-membros da UEO contribuem para a defesa comum e poderão ser utilizadas nas chamadas Operações ou Missões de Petersberg, isto é, missões de carácter humanitário e de evacuação, missões de manutenção de paz e missões de forças de combate para a gestão de crises, incluindo missões de restabelecimento da paz.

Convém salientar que o Tratado da UE não prevê que o orçamento comunitário suporte as despesas operacionais de eventuais acções conduzidas pela UE; poderão sê-lo se o Conselho o decidir por unanimidade, mas sem esta, serão os Estados-membros a suportar esses custos. Isto revela a intenção dos Estados-membros em manter a defesa afastada dos órgãos do pilar comunitário (I Pilar) da UE, em particular da Comunidade Europeia.

Contrariando esta situação, o Conselho cria um grupo *ad hoc*, na dependência do Comité Político e designado por COARM¹⁷⁵, composto por representantes dos Estados-membros e da Comissão Europeia. Este grupo vai funcionar no âmbito do I Pilar, ou pilar comunitário, e estará ligado á necessidade de harmonização das políticas de exportação de armas da UE.

¹⁷³ Apêndice A – Glossário de Conceitos

¹⁷⁴ A Declaração de Petersberg pode ser encontrada no site : http://www.assembly-weu.org/en/documents/sessions_ordinaires/key/declaration_petersberg.php

¹⁷⁵ COARM – Conventional Arms Exports Working Group.



(3) O WEAG e o programa EUCLID, a WEAO, o POLARM e a OCCAR

A 16 de Novembro de 1990, após a assinatura dum Memorandum of Understanding (MoU) entre os membros do IEPG é criado o primeiro programa militar europeu de cooperação intergovernamental, em I&DT - o EUCLID¹⁷⁶, como o equivalente militar do Programa EUREKA¹⁷⁷.

O programa EUCLID tinha por objectivo a optimização dos recursos europeus voltados para a I&D, e a cooperação no programa de aquisição de equipamentos, para preparar o futuro mercado europeu de equipamentos de defesa.

Para atingir este objectivo de reforço da cooperação industrial, tecnológica e científica europeia em matéria de defesa na Europa, o programa definiu uma lista de áreas prioritárias de cooperação, as CEPA (Common European Priority Areas), no seio das quais foram organizados projectos de investigação e desenvolvimento RTP's (Research and Technology Projects) relacionados com as futuras necessidades em armamento.

Contrariamente aos projectos EUREKA, em que a iniciativa nasce das empresas, a definição dos RTPs é de iniciativa governamental, no quadro das CEPAS predefinidas.

Em Dezembro de 1992, os 13 Ministros da Defesa do IEPG reunidos em Bona decidiram transferir as funções do IEPG para a UEO. Desta decisão resultou um problema legal, já que os 13 países do IEPG, entre os quais Portugal, não eram todos Membros da UEO. Esta foi a razão pela qual o WEAG – Western European Armament Group¹⁷⁸, criado em Maio de 1993 a partir desta transferência, não ficou na dependência do Conselho da UEO.¹⁷⁹ Com isto, o programa EUCLID passou a pertencer ao Painel II- Research and Technology do WEAG.

Em Janeiro de 1994 é dissolvido o Eurogrupo e a maioria das suas actividades é transferida para a UEO, ficando as restantes na OTAN. Para apoiar o Conselho, é criado em 26 de Setembro de 1995 o POLARM¹⁸⁰, com o objectivo de assessorar e acompanhar politicamente as questões de armamentos. Ainda se mantém activo, apesar de alguns países questionarem actualmente a sua utilidade perante a existência da EDA.

Três anos depois do início dos estudos por parte do WEAG, os seus treze membros criam a WEAO¹⁸¹ ao nível intergovernamental da UEO. Apesar de terem elaborado um plano director para a criação de uma agência de armamento europeia, o que viria a ser

¹⁷⁶ EUCLID – European Cooperation for the Long-term In Defence.

¹⁷⁷ EUREKA - é uma rede europeia de I&D industrial orientada para o mercado.

¹⁷⁸ Apêndice F.

¹⁷⁹ Informação disponível no site: <http://www.weu.int/weag/>

¹⁸⁰ POLARM- European Armaments Policy Group

¹⁸¹ Apêndice F.



aprovado pelo conselho de ministros da UEO, esta iniciativa nunca foi concretizada. Como alternativa, foi criada a Célula de Investigação do WEAG¹⁸² responsável pela gestão do programa EUCLID e pela cooperação no âmbito da I&T, em colaboração com o Painel II do WEAG.

Para uma melhor compreensão da estratégia de cooperação industrial de alguns países europeus mais industrializados, torna-se necessário referir a Declaração Baden-Baden assinada pela França¹⁸³ e pela Alemanha em 7 de Dezembro de 1995, e à qual aderiram alguns meses mais tarde o Reino Unido e a Itália¹⁸⁴. Esta Declaração fixava cinco novos princípios¹⁸⁵, de cooperação em matéria de armamento. Estes princípios estão relacionados com: a melhoria da competitividade das indústrias de defesa europeias; o abandono do princípio do *“juste retour”* por programa; a preferência por bens produzidos nos Estados-membros; a melhoria da relação custo-eficácia dos programas comuns de obtenção de armas; e a abertura a mais Estados-membros.

Dado que alguns pequenos países da UEO e do WEAG não concordavam com a sua concretização, os quatro maiores, no Tratado de Farnborough¹⁸⁶, decidiram criar a OCCAR,¹⁸⁷ uma organização internacional sem carácter supranacional responsável por executar e gerir contratos conjuntos de obtenção de armamento. No texto deste tratado estão contemplados os cinco princípios referidos.

(4) TRATADO DE AMESTERDÃO

O Tratado de Amesterdão¹⁸⁸ foi assinado a 2 de Outubro de 1997 e entrou em vigor em 1 de Maio de 1999. A nível jurídico, o Tratado de Amesterdão altera certas disposições do Tratado da União Europeia, dos Tratados que instituem as Comunidades Europeias e de alguns Actos conexos. A nível da Defesa, a PESC passa a ser da exclusiva responsabilidade da UE, como vem estabelecido no artigo 11º nº1 do Tratado da União Europeia.

Este tratado introduz mais alterações na PESC, nomeadamente: no novo art.º 296, foi alterado o n.º 2 e eliminado o n.º 3, mantendo-se a possibilidade de derrogação; no art.º 17º,

¹⁸² WEAG – Research Cell.

¹⁸³ A França tinha declarado o seu regresso à OTAN precisamente dois dias antes.

¹⁸⁴ Este acordo, que deu origem à OCCAR pode ser visto em: <http://www.assemblee-nationale.fr/11/pdf/rapports/r2000.pdf>

¹⁸⁵ Declaração Baden-Baden. Os cinco princípios estão referidos no ponto [180] do documento “Cahier de Chaillot 44” disponível na Internet em: <http://www.iss-eu.org/chaillot/chaill44f.html#_ftn180>

¹⁸⁶ Tratado de Farnborough, assinado entre a França, Alemanha, Reino Unido e Itália.

¹⁸⁷ OCCAR - Organisme Conjoint pour la Coopération en matière d’Armement – Disponível em <<http://www.occar-ea.org/>>. Anexo O.

¹⁸⁸ Tratado de Amesterdão – Jornal Oficial nº C 340. [em linha]. [referência de 10 Novembro de 1997]. Disponível na Internet em: <<http://eur-lex.europa.eu/pt/treaties/dat/11997D/htm/11997D.html>>



o nº2 passa a transcrever as chamadas Missões de Petersberg. O nº 3 do art.º 18º cria o cargo de Alto Representante para a PESC, (o Sr. PESC¹⁸⁹), a exercer pelo Secretário-Geral do Conselho.

Apesar deste Tratado ter incorporado as operações de Petersberg, já definidas no âmbito da UEO, é nesta que continua a residir a competência para executar estas operações. Por outro lado, as questões orçamentais relacionadas com o suporte das despesas operacionais destas operações continuam a manter a Defesa afastada da Comunidade Europeia.

(5) A LoI

Os Ministros da Defesa de França, Alemanha, Itália, Espanha, Suécia, e Reino Unido para darem mais um impulso na reestruturação das suas indústrias de defesa assinaram em Julho de 1998 uma Carta de Intenções¹⁹⁰ (LoI). Este acordo pretendia também melhorar a competitividade das suas indústrias a nível mundial, através da simplificação da legislação e dos procedimentos de exportação de armamento.

O Comité Executivo da LoI, para responder aos desafios colocados pelos governos, passa a coordenar a actividade de seis Grupos de Trabalho (WG's) criados para tal, cada um liderado por um país participante.

As áreas de envolvimento destes WG's são: *Segurança no fornecimento* - garantindo remessas recíprocas entre os estados participantes, com a simplificação, ou eliminação, do controlo dessas transferências; *Harmonização das necessidades militares* - definindo capacidades de comum interesse e passíveis de cooperação nessa base; *Procedimentos de Exportação* - estabelecendo regras comuns para exportação para países terceiros, particularmente pela harmonização das políticas de controlo, com vista à eventual definição de um procedimento de exportação padrão; *Segurança de Informação* - harmonização das regras nacionais possibilitando assim o comércio; *I&T* - coordenação dos esforços financeiros para impedir a duplicação; e *Tratamento de Informação Técnica* - harmonização das regras de protecção desta informação, facilitando a sua transferência.

Os resultados aprovados foram articulados e compilados num Acordo-Quadro, que previa a criação de licenças para programas dos governos signatários, o que facilitaria a circulação de armamento e bens entre si.

¹⁸⁹ O primeiro Sr. PESC nomeado em 13 Setembro de 1999 foi Javier Solana.

¹⁹⁰ Letter of Intent, LoI : disponível em <http://www.sipri.org/contents/expcon/lointent.html>



Com a OCCAR e a LoI tornava-se claro que os governos signatários não iriam aguardar por consensos alargados a todos os países signatários da UEO, enquanto os Estados Unidos reorganizavam as suas indústrias de defesa.

(6) A Cimeira de Saint Malo

Estávamos em Maio de 1997, e no RU, Tony Blair é eleito Primeiro-Ministro. Tinha chegado ao fim o período dos governos “eurocépticos”, que tiveram em Margaret Thatcher o seu defensor mais acérrimo. Desta abertura, realiza-se em 4 Dezembro de 1998 uma Cimeira entre o Reino Unido e a França, da qual resulta a Declaração de St. Malo¹⁹¹. Esta declaração conjunta sobre a defesa europeia torna clara a necessidade de afirmação da UE no palco internacional, reforça a necessidade de serem implementadas rapidamente as decisões do Tratado da UE sobre a PESC, e apela à responsabilidade do Conselho Europeu para decidir sobre o enquadramento evolutivo de uma política de defesa comum, no quadro da PESC.

Com esta Declaração, a União, para responder às crises internacionais, deve possuir a capacidade de realizar acções autónomas, apoiadas por forças militares credíveis, e deve possuir os meios e a rapidez para decidir usá-los. Para que a UE tome decisões e aprove as acções militares, onde a Aliança como um todo não está envolvida (leia-se sem a participação dos EUA), necessita de possuir as estruturas apropriadas, a capacidade para análise de situação, fontes de informação e a capacidade para executar planeamento estratégico relevante. Para isto, a UE terá que possuir meios militares capazes; recorrendo às capacidades pré atribuídas ao pilar europeu da OTAN; às nacionais ou aos meios europeus multinacionais fora do quadro da OTAN.

Finalmente, e não menos importante que os pontos anteriores, estes dois países concordam que a Europa necessita de forças armadas fortalecidas que possam reagir rapidamente, e que sejam apoiadas por uma Tecnologia e Indústria de Defesa Europeias fortes e competitivas.

Como veremos ao longo deste trabalho, a UE tem vindo a dar passos importantes na prossecução dos objectivos aqui expressos, mas ainda necessita de muito balanço para ultrapassar as barreiras que uma Europa bastante fragmentada ainda coloca.

¹⁹¹ Declaração de St Malo, disponível na Internet em:

<http://www.fco.gov.uk/servlet/Front?pagename=OpenMarket/Xcelerate/ShowPage&c=Page&cid=1007029391629&aid=1013618395073>



Enquanto a Europa ainda relia esta declaração, a OTAN festejava¹⁹² e apresentava um novo “Conceito Estratégico”¹⁹³, criado para dotar a Aliança das capacidades necessárias aos desafios de segurança do Séc.XXI, e para orientar o seu futuro desenvolvimento militar e político.

(7) O Conselho Europeu de Colónia. A criação da PESD

Em Abril de 1999, no Conselho Europeu de Colónia foram tomadas, entre outras, as seguintes decisões¹⁹⁴ em relação à PESD: *“Preparar as condições e medidas necessárias para um novo passo na construção da União Europeia, incluindo a definição das modalidades para a integração das funções da UEO que serão necessárias para que a UE possa desempenhar as suas novas responsabilidades na área das missões de Petersberg. Se tal se concretizar, a UEO, como organização, terá atingido os seus objectivos. O diferente estatuto dos Estados-membros no que se refere às garantias de defesa colectiva não será afectado. A Aliança continuará a ser a base da defesa colectiva dos seus Estados-membros.”*

O Conselho nomeou Javier Solana Madariaga para o novo cargo de Secretário-Geral do Conselho e de Alto Representante para a Política Externa e de Segurança Comum – o Sr. PESC.

Foram também criados provisoriamente no âmbito da PESD, o Comité Político e de Segurança (COPS), o Comité Militar da União Europeia (EUMC) e o Estado Maior da UE (EUMS), e poderá exigir-se a passagem do Centro de Rastreio de Satélites e do Instituto de Estudos de Segurança da UEO para a UE.

O COPS, constituído por peritos em questões político-militares, destina-se a apoiar o Conselho na definição das políticas para a PESC, competindo-lhe também controlar a orientação política e estratégica das operações de gestão de crises. O Comité Militar pode reunir ao nível de Chefes de Estado-Maior de Defesa (CHOD) ou de Representante Militar Permanente (MILREP), é responsável pelo aconselhamento militar do COPS e dirige todas as actividades militares da UE. O Estado-Maior apoia o CMUE e é responsável pelo alerta prévio, análise de situação e planeamento estratégico para a gestão de crises fora das fronteiras da UE. Neste âmbito é ainda responsável pelas acções de manutenção da paz e de forças de combate.

¹⁹² Celebração dos 50 anos da OTAN, em Washington, a 23/24 Abril 1999.

¹⁹³ Este Novo “Conceito Estratégico” de 1999, pode ser encontrado no site:
<http://www.nato.int/docu/handbook/2001/hb0203.htm>

¹⁹⁴ Conselho Europeu de Colónia – Conclusões da Presidência – 3 e 4 de Junho de 1999 – Disponível no site:
http://ue.eu.int/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/pt/ec/kolnpt.htm



Convém salientar que a crise do Kosovo, que ocorria em simultâneo, também teve um contributo significativo na criação da PESD e na mudança da opinião pública em relação à necessidade da UE ter uma política de defesa.

(8) O Conselho Europeu de Helsínquia. O *Helsinki Headline Goal* 2003

Com a Europa em vésperas de celebrar a passagem do milénio, o Conselho Europeu de Helsínquia¹⁹⁵ de 11 Dezembro de 1999, apresenta a definição provisória de objectivos de forças militares: o *Helsinki Headline Goal* 2003 (HG2003).

Estes objectivos exprimem, no âmbito da PESD, que “*em regime de cooperação voluntária nas operações lideradas pela UE, os Estados Membros devem estar em condições de, até 2003, posicionar no prazo de 60 dias e manter pelo menos durante um ano, forças de até 50.000-60.000 militares, capazes de desempenhar toda a gama de missões de Petersberg*”.

Este Conselho Europeu ocorre praticamente cinquenta anos após o colapso da CED e faz renascer das cinzas o projecto da Europa da Defesa.

Após uma fase de algum descrédito sobre estas medidas, “*foi constituído em 2000 um Grupo de Trabalho, multinacional e multidisciplinar, o HTF (Headline Goal Task Force), que elaborou o catálogo de capacidades necessárias. Mais tarde, os Estados-membros formalizam as suas contribuições, resultando daí o Catálogo de Forças. Das lacunas identificadas entre estes dois documentos foi elaborado o Catálogo de Progresso.*”¹⁹⁶

Este documento servirá mais tarde de base para o “*Plano de Acção das Capacidades Europeias*” (ECAP) (Apêndice C).

(9) Conselho Europeu da Feira. Berlim Plus

Alguns meses mais tarde, em 20 de Junho, realiza-se mais uma reunião do Conselho Europeu, desta vez em Vila da Feira, Portugal¹⁹⁷. Nesta reunião foram “*Identificadas as modalidades e os princípios que permitem que os países da OTAN não membros da UE e outros candidatos a membros da UE possam contribuir para a gestão de crises da UE. Foram também identificados princípios de consulta com a OTAN relativamente a assuntos*

¹⁹⁵ Conselho Europeu de Helsínquia – Conclusões da Presidência – 10 e 11 de Dez. 1999. Disponível no site: http://ue.eu.int/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/pt/ec/00300-r1.p9.htm

¹⁹⁶ Do TIIG do Maj. Gen. Agostinho “*Os Grandes Vectores da Estratégia de Segurança Europeia e a Política Comum de Segurança*” pág. 17. Nesta Conferência, Portugal corrigiu a sua participação inicial para um efectivo terrestre de uma Brigada de Infantaria Ligeira a dois Batalhões, com o respectivo Comando, apoios de combate e de serviços e ainda Elementos de Operações Especiais, meios navais e aéreos.

¹⁹⁷ As Conclusões da Presidência deste Conselho estão disponíveis na Internet em: http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/pt/ec/00200-r1.p0.htm



militares, em quatro áreas, englobando aspectos de segurança, objectivos de capacidades, modalidades de acesso da UE a meios da OTAN, e a definição de regras de consulta permanente” (Berlin Plus)¹⁹⁸.

Os acordos “*Berlim Plus*”, assinados em 17 de Março de 2003 por Javier Solana e pelo Secretário-Geral da OTAN, Lorde Robertson, destacam a forma de cooperação entre as duas organizações, no âmbito das operações, e permite que a UE aceda aos planos de perícia e à logística (meios e capacidades) da OTAN. A pedido da UE, a OTAN pode também disponibilizar as suas opções de comando na Europa.¹⁹⁹

Assim, estes acordos vêm esclarecer três aspectos fundamentais:

- ◊ O acesso da UE às capacidades de planeamento da OTAN;
- ◊ As relações de comando UE-OTAN, no caso de operações militares lideradas pela UE com recurso aos meios da OTAN, quando esta como um todo não estiver envolvida;
- ◊ As condições de utilização dos meios e capacidades da OTAN, bem como os meios a utilizar.

Presentemente, as duas organizações operam em conjunto no Afeganistão.

(10) Relatório Navarro da UEO

Em 15 de Novembro de 2000, a UEO elabora um relatório sobre o afastamento existente entre as capacidades dos EUA e da UE. Deste documento, intitulado “*The Gap in Defence Research and Technology between Europe and the United States*” e denominado relatório Navarro²⁰⁰, destacam-se as diferenças existentes entre os dois nas áreas das despesas militares, da tecnologia e das capacidades.

As despesas militares de todos os países da UE são pouco mais de metade das dos EUA²⁰¹ e ainda sofrem da fragmentação dos mercados, mas em relação à aquisição de armamento os EUA gastam 1,5 vezes mais que a UE a 15²⁰². No âmbito tecnológico, as despesas com a I&DT agregadas da UE são cerca de um quarto das dos EUA²⁰³. No

¹⁹⁸ Do TIIG do Cor. Agostinho “*Os Grandes Vectores da “Estratégia de Segurança Europeia” e a Política Comum de Segurança*” CPOG 04-05 pág 56.

¹⁹⁹ “EU-NATO : the framework for permanent relations and Berlin Plus” Disponível no site: <http://ue.eu.int/uedocs/cmsUpload/03-11-11%20Berlin%20Plus%20press%20note%20BL.pdf>

²⁰⁰ Este documento, foi apresentado na 46ª Assembleia da UEO – Jun./Dez 2000 – e pode ser encontrado no site da Assembleia da UEO: http://www.assembly-weu.org/en/documents/sessions_ordinaires/rpt/2000/1718.pdf

²⁰¹ Dados disponíveis no documento: “Comparisons of U.S. and Foreign Military Spending: Data from Selected Public Sources” 28 de Janeiro de 2004 - pág. 24. Disponível em : <http://fpc.state.gov/documents/organization/30046.pdf>

²⁰² Relatório Navarro, pág. 12.

²⁰³ Relatório Navarro, pág. – 12 e 31.



âmbito das capacidades, nomeadamente, no transporte aéreo estratégico e no transporte marítimo estratégico, ainda decorrerão alguns anos até que as capacidades da UE se aproximem das dos EUA.

Para o transporte aéreo estratégico, a UE conta com o A-400M mas para o marítimo não há nada de significativo para além da renovação das suas frotas²⁰⁴. Há ainda outras capacidades em que a UE está muito deficitária em relação aos EUA, como são o caso das munições guiadas por laser, dos canais de comunicações seguros, dos sistemas de navegação por satélite (a UE aguarda o arranque do sistema Galileo), da supressão de defesas aéreas inimigas, da defesa de mísseis balísticos e de capacidade “*stealth*”²⁰⁵. Este relatório é um documento relevante para a análise do fosso de capacidades militares entre os EUA e a UE existente em 2000.

(11) O Tratado de Nice.

Com o objectivo primário de rever os tratados existentes para permitir o maior alargamento da história da UE, realizou-se de 7 a 11 de Dezembro de 2000, na cidade de Nice, uma Conferência Intergovernamental, da qual resultou o Tratado²⁰⁶ com o mesmo nome.

Neste documento importa salientar o que foi acordado sobre os processos de decisão com impacto na PESC:

Nº1 do art.º 17 – A definição gradual de uma política de defesa comum será apoiada por uma cooperação entre os Estados-membros em matéria de armamento, na medida em que estes a considerem pertinente;

Art.º 25 – Sem prejuízo do disposto no art.º 207 do Tratado que institui a Comunidade Europeia, um Comité Político e de Segurança (COPS) exercerá, sob a responsabilidade do Conselho, o controlo político e a direcção estratégica das operações de gestão de crises.

Art.º 27B – O Tratado de Nice introduziu a possibilidade de instituir cooperações reforçadas²⁰⁷ no domínio da PESC (II Pilar), para a aplicação de uma acção comum ou de uma posição comum. Não podem incidir em questões que tenham implicações militares ou no domínio da defesa.

Foi ainda formalizada a criação dos órgãos da PESD: COPS, CMUE e EMUE.

²⁰⁴ Relatório Navarro, pág. 15.

²⁰⁵ Relatório Navarro, pág. 16 e 17.

²⁰⁶ O Tratado de Nice pode ser encontrado no site: http://europa.eu.int/lex/lex/pt/treaties/dat/12001C/pdf/12001C_PT.pdf

²⁰⁷ Apêndice A – Glossário de Conceitos.

O Tratado de Nice entraria em vigor a 1 de Fevereiro de 2003, tornando-se o mais longo processo de ratificação de tratados das Comunidades ou da UE. Por outro lado, as alterações introduzidas por este tratado à composição da Comissão e à ponderação dos votos apenas seriam aplicáveis a partir de 2005, e a nova composição do Parlamento Europeu seria aplicada a partir das eleições de 2004.

c. PÓS 11 SETEMBRO 2001

(1) DECLARAÇÃO DE LAEKEN

Na Cimeira de Laeken²⁰⁸ que se realizou a 14-15 de Dezembro de 2001, o Conselho Europeu aprovou politicamente o ECAP – *European Capacity Action Plan*, proposto pelos Directores Nacionais de Armamento - DNA e previamente aprovado pelos ministros da defesa. A componente operacional da PESD dava assim passos no plano das declarações políticas.

Ainda neste Conselho é adoptada a ‘*Declaration on the Future of the European Union*’, comprometendo-se a União a tornar-se mais democrática, mais transparente e mais eficiente e a caminhar no sentido de uma Constituição. Neste sentido, foi criada a Convenção sobre o Futuro da Europa, presidida por Giscard d’Estaing.

Durante o ano de 2001, e sob o impulso das Presidências Sueca e Belga, são igualmente identificadas as lacunas existentes entre os meios disponibilizados pelos Estados-membros e as capacidades necessárias ao cumprimento do “Objectivo de Helsínquia”, que ficariam listados no “*Helsinki Progress Catalogue*” (HPC), e é aprovado um plano para a resolução dessas lacunas – “*European Capabilities Action Plan*” (ECAP).

(2) O Processo ECAP

Na Cimeira de Helsínquia em 1999, os Estados-membros decidiram criar o “*Helsinki Headline Goal*” e comprometeram-se em obter capacidades, até 2003, para destacar, num prazo de 60 dias, forças até ao nível de corpo de exército (50000 a 60000 pessoas) com capacidade para desempenharem todos os tipos de missões de Petersberg e a mantê-las pelo menos durante um ano. Quando os Estados-membros, na Conferência de Compromisso de Capacidades em Bruxelas, se comprometeram a contribuir de forma voluntária para esta força de reacção rápida, detectou-se um considerável número de lacunas que não poderiam ser satisfeitas. De entre as 38 capacidades com lacunas

²⁰⁸ Conselho Europeu de Laeken – Conclusões da Presidência – 14 e 15 de Dezembro de 2001. Documento acessível em: http://ue.eu.int/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/pt/ec/68833.pdf



identificadas no chamado “*Helsinki Progress Catalog*”, 21 foram avaliadas como significativas.

Para que se solucionassem estas lacunas, foi lançado o Plano de Acção de Capacidades Europeias, o ECAP. A partir de Março de 2002, os 19 painéis de peritos nacionais desenvolveram as soluções possíveis ²⁰⁹.

*“O processo ECAP tem sido guiado por quatro princípios: (1) A melhoria da eficácia e eficiência dos esforços de defesa Europeia, fortalecendo a cooperação entre os Estados-membros ou grupos de estados Membros; (2) Uma aproximação de baixo para cima na cooperação de defesa europeia, confiando em compromissos nacionais voluntários; (3) Coordenação entre os Estados-membros da UE assim como coordenação com a OTAN; (4) Apoio público através da transparência e visibilidade do ECAP”*²¹⁰.

A 1 de Março de 2003 os painéis apresentaram os seus relatórios, nos quais as lacunas variavam grandemente em importância, natureza, implicações operacionais e nos modos de rectificação. Estas lacunas podem dividir-se em duas grandes categorias:

- Uma categoria de lacunas resolúveis se os Estados-membros revissem as suas contribuições e disponibilizassem capacidades que já têm, o que, por diferentes razões, ainda não fizeram;
- Uma segunda categoria, constituída por lacunas de capacidades que não existem nos inventários nacionais e que só poderão ser supridas se os Estados-membros as vierem a adquirir.

Algumas destas lacunas podem ser supridas a curto prazo com o aluguer dos meios ou a sua actualização; para outras, como as relacionadas com capacidades estratégicas, uma solução definitiva exige projectos de desenvolvimento em larga escala. Apenas um pequeno número destes projectos foram já iniciados.

Na Conferência das Capacidades de 19 de Maio de 2003, os Ministros da Defesa da UE declararam que a União “*agora tem capacidade operacional para toda a gama de Missões de Petersberg*”, mas reconhecem que esta capacidade permanece “*limitada e restringida por reconhecidas lacunas*”.

Esta Conferência, no seguimento de uma avaliação feita pelo EUMC, cria 15 Grupos²¹¹ de Projecto, cada um liderado por uma nação, e focados na implementação de

²⁰⁹ Apêndice C – Tabela dos 19 Painéis do ECAP.

²¹⁰ European Capabilities Action Plan (ECAP), Burkard Schmitt, Institute for Security Studies – Setembro de 2005

²¹¹ Apêndice C – Plano de Acção das Capacidades Europeias – ECAP.



projectos concretos. O Grupo de Projecto relacionado com as Forças de Operações Especiais (SOF) é liderado por Portugal.

Apesar do ECAP ser à primeira vista um bom plano, apresenta algumas vulnerabilidades, nomeadamente na natureza voluntária dos compromissos, com falta de credibilidade por falta de fundos, na falta de liderança do EUMS no trabalho de vários painéis e finalmente pelo método de trabalho pouco inovador.

Em 17 de Novembro de 2003, o Conselho Europeu, numa tentativa de melhorar o mecanismo existente, ordenou aos organismos relevantes do Conselho que desenvolvessem um planeamento “roadmap” do ECAP para a sua monitorização. Este “roadmap” deverá ser apresentado como parte integrante do Relatório de Progresso Único durante cada presidência. O primeiro foi apresentado no Conselho de 14 Maio 2004.

(3) Documento Solana

Em 20 de Junho de 2003, durante a realização da Cimeira de Salónica, Javier Solana apresentou o documento *“Uma Europa Segura Num Mundo Melhor”*²¹². Este documento, conhecido como “Documento Solana”, é considerado o mais emblemático da Política Externa de Segurança Comum (PESC) desde a sua criação na Cimeira de Maastricht em 1992.

Este documento destaca as ameaças que a Europa enfrenta: o terrorismo, a proliferação de armas, os conflitos regionais, a corrupção, a criminalidade e a dissolução de Estados. Para todas estas ameaças, Javier Solana defendeu uma resposta unificada da UE, com maior capacidade de acção e que actue de modo mais enérgico e coerente. Este documento pretende iniciar a elaboração de um conceito estratégico que vai definir a Estratégia de Segurança da Europa, de forma semelhante à “Nova Estratégia de Segurança dos EUA” de 2002²¹³.

O Documento Solana é um contributo para as políticas a executar no quadro que se pensava vir a ser o Tratado Constitucional Europeu. Tinha como objectivo imediato a definição da UE perante a Invasão do Iraque e também uma resposta à Estratégia de Segurança Nacional dos EUA.

²¹² O documento *“Uma Europa Segura Num Mundo Melhor”* pode ser encontrado no site: http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressdata/pt/reports/76259.pdf

²¹³ Este documento está disponível no site: <http://www.whitehouse.gov/nsc/nss.pdf>



(4) O Relatório do Venusberg Group

O primeiro relatório do Venusberg Group²¹⁴ foi publicado em Junho de 2000. *“Apelava à UE para estabelecer um New Strategic Security Goal (NSSG) que se tornou na European Security Strategy (ESS). Olhando para além dos Helsinki Headline Goal, a estratégia exigiu o desenvolvimento de uma política autónoma e de uma capacidade militar que em 2015 poderia empreender uma operação completa tipo Kosovo sem recurso a meios dos EUA”*²¹⁵. O segundo *“Venusberg Group Report”*, concluído em 2004, actualiza e reforça a mensagem do primeiro, ao afirmar que *“uma integração de defesa e segurança é uma parte essencial do projecto estratégico europeu, e da segurança e defesa dos europeus. Os seus autores estão preocupados que, devido ao atentado de Madrid e ao reacendimento dos Balkans, a perda do balanço político afecte negativamente o projecto Estratégico Europeu, e consequentemente a segurança dos europeus no século XXI”*²¹⁶.

(5) Cimeiras de Le Touquet e de Londres, O Conceito de “Battlegroup”

Seguindo a tradição inaugurada com a declaração de St. Malo em Dezembro de 1998, a França e o Reino Unido acordaram na cimeira bilateral de Le Touquet, realizada a 4 de Fevereiro de 2003, em introduzir uma nova dinâmica à PESD, dando ênfase ao arranque da dimensão operacional e à ligação das capacidades da UE com as necessidades militares mais prementes.

Estes países expressaram também o desejo de conduzir a Defesa da Europa a um novo estágio, nomeadamente com o fortalecimento efectivo das suas capacidades militares, o que trará igualmente benefícios à Aliança Atlântica, como já salientado em St. Malo.

Nesta conferência, e no âmbito dos esforços para melhorar as capacidades militares dos Estados-membros da UE, é mais uma vez salientada a necessidade de ser criada uma Agência intergovernamental para o desenvolvimento e aquisição das capacidades de defesa, e é definido um conjunto actividades que ela deve assumir²¹⁷.

No mesmo âmbito, estes países consideraram o desenvolvimento da capacidade de Reacção Rápida como uma prioridade para a Europa, da qual resultariam mais valias para a criação da NRF – *Nato Reaction Force* e para a compatibilidade entre ambas.

²¹⁴ O *Venusberg Group* é uma rede de especialistas de alto nível no âmbito da segurança e defesa, de toda a Europa, estabelecida pela *Bertelsmann Foundation* em Guetersloh e o *Bertelsmann Group for Policy Research* no *Center for Applied Policy Research* (CAP), Universidade de Munique, para examinar o futuro da Política de Segurança da UE; foi estabelecido em 1999.

²¹⁵ No documento: *A European Defence Strategy* disponível no site: http://www.cap.uni-muenchen.de/download/2004/2004_Venusberg_Report.pdf, última página.

²¹⁶ *Idem*.

²¹⁷ “Franco-British Summit – Le Touquet” – Chaillot Papers nº 67 – December 2003 – Pág 36-39.



Durante o ano de 2003, a UE concluiu uma série de acordos com a OTAN, lançou a sua primeira missão PESD civil com o policiamento na Bósnia e a sua primeira missão militar na Ex-República da Jugoslávia - a Macedónia²¹⁸ - com recurso a meios e capacidades da OTAN e concluiu a sua primeira missão militar autónoma na República Democrática do Congo²¹⁹.

A 24 de Novembro deste ano, em Londres, numa cimeira bilateral, a França e o Reino Unido tornam mais explícito o que decidiram em Le Touquet uns meses antes, e propõem que a UE, para responder a futuras solicitações das Nações Unidas, deve ser capaz de deslocar e organizar em 15 dias uma operação autónoma de resposta a uma crise. O objectivo é ter forças do tamanho de um “*Battlegroup*”, coerentes e credíveis, com um efectivo de 1500 combatentes, nacionais ou multinacionais²²⁰, com capacidade de sustentação e transporte apropriados²²¹. Esta ideia deverá ser desenvolvida dentro da UE, em parceria com as NU e importantes parceiros regionais.

Assim, o teste final ao sucesso da capacidade da gestão de crises da UE passa pela capacidade de preparar, lançar e conduzir operações efectivas e coerentes. A França e o Reino Unido declararam nesta Cimeira de Londres que continuam a cooperar no desenvolvimento do novo *Headline Goal* da UE, que será implementado até ao final de 2010.

A proposta Franco-Britânica – referida como “*Battlegroups*” pelos britânicos ou como “*Tactical Groups*” pelos franceses – foi formalmente aceite pela Alemanha em Fevereiro de 2004. Depois de passar pelo Comité de Segurança e Política e pelo Comité Militar foi apresentado em Bruxelas ao Comité informal dos Ministros da Defesa e Chefes de Estado-Maior em 5/6 Abril 2004. Uns dias antes, em 22 de Março de 2004, o Conselho da UE apresentou a seguinte conclusão: “*Lembrando as suas conclusões de 8 de Dezembro de 2003, e a importância de que se reveste para o desenvolvimento da capacidade de Resposta Rápida da UE, o Conselho acolhe a proposta feita por alguns Estados-membros sobre o conceito de “BATTLEGROUP”*”²²² como contribuição útil para

²¹⁸ Operação Concórdia.

²¹⁹ Operação Artemis.

²²⁰ Como é o caso do “*Battlegroup*” anfíbio que Portugal integra (conjuntamente com Espanha, Itália e Grécia).

²²¹ “*Franco-British Summit- London*” - Chaillot Papers n° 67 – December 2003 – Pág 281-282.

²²² Apêndice A – Glossário de Conceitos.



o trabalho em curso sobre a Resposta Rápida e para o desenvolvimento da estrutura e organização das capacidades de Resposta Rápida da UE”²²³.

Foi estabelecida a meta de 2007 para a UE dispor do primeiro Battlegroup. Em Junho de 2004, o novo “Headline Goal 2010” é formalmente adoptado pelo Conselho Europeu, contemplando já o conceito de Battlegroup²²⁴.

De acordo com a informação do Parlamento Europeu²²⁵ foram disponibilizados os seguintes *Battlegroups*: o Reino Unido, a França e a Itália comprometeram-se individualmente a disponibilizar um em 2005; a França e a Alemanha disponibilizam outro no primeiro semestre de 2006 e no segundo semestre um Battlegroup multinacional formado com forças anfíbias Hispano –Italianas (SIAF) e com capacidades portuguesas e gregas.

(6) O Headline Goal 2010

No Conselho Europeu de Junho de 2004, os Estados-membros decidiram criar um novo *Headline Goal*²²⁶ que reflectisse a Estratégia de Segurança Europeia e a evolução do ambiente estratégico e tecnológico. Foram consideradas as lições aprendidas com as operações lideradas pela UE.

Suportados na Headline Goal de Helsínquia (2003) e reconhecendo a existência de lacunas que necessitam ser resolvidas, os Estados-membros comprometeram-se em, “*até 2010, serem capazes de responder com acções rápidas, decisivas e coerentes, a todo o espectro das operações de gestão de crises cobertas pelo Tratado da UE*”. Nelas se incluem as missões de salvamento e humanitárias, de manutenção da paz e de gestão de crises incluindo o estabelecimento da paz. Podem também incluir-se operações conjuntas de desarmamento e de apoio a países terceiros no combate ao terrorismo.

A UE deve estar preparada para actuar antecipadamente às crises e deve ter a possibilidade de conduzir e sustentar várias operações em simultâneo, com diferentes níveis de envolvimento.

Além disso, a interoperabilidade, a capacidade para projectar os combatentes e os meios para o teatro de operações e a sua sustentação devem ser um factores

²²³ “22 March 2004: EU Military rapid response - Council Conclusions”. Disponível no site:

http://ec.europa.eu/comm/external_relations/cfsp/intro/gac.htm#esdp260404 (Acedido em 21 Nov 2006)

²²⁴ The EU Battlegroups – European Parliament - Directorate - General for External Policies of the Union - Directorate B – Policy Department. 12 September 2006 – pág 5.

²²⁵ The EU Battlegroups – European Parliament – Directorate - General for External Policies of the Union - Directorate B – Policy Department. 12 September 2006 – pág. 8.

²²⁶ Headline Goal 2010- Endorsed by the European Council of 17 and 18 July 2004. Disponível no site: <http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/2010%20Headline%20Goal.pdf>



impulsionadores deste “*Objectivo*” de 2010. Assim, a capacidade da UE projectar rapidamente forças em resposta a uma crise é um elemento chave do *Headline Goal 2010*. Estas forças devem ser efectivas, credíveis e coerentes e devem estar integradas no conceito de *Battlegroup*.

No âmbito da tomada de decisão, a UE deverá ser capaz de lançar uma operação no prazo máximo de cinco dias após a data de aprovação pelo Conselho do Conceito de Gestão de Crise.

Em relação à projecção de forças, a ambição é que estas comecem a implementar a sua missão no prazo máximo de 10 dias após a UE ter decidido lançar a operação. O desenvolvimento dos elementos de Resposta Rápida da UE, incluindo os *Battlegroups*, fortalecerá a capacidade da UE em responder a possíveis pedidos da ONU.

Os Estados-membros identificaram o seguinte conjunto de metas a atingir até 2010:

- ◇ Criação em 2004 de uma célula civil-militar dentro da EUMS, com capacidade para rapidamente criar um centro de operações para uma determinada operação;
- ◇ Criação em 2004 de uma Agência Europeia de Defesa;
- ◇ Criação em 2005 da coordenação conjunta de transporte estratégico europeu, para que em 2010 a UE atinja a capacidade total em transporte estratégico (ar, terra e mar);
- ◇ Concluir em 2007 o desenvolvimento de “*Battlegroups*” rapidamente projectáveis;
- ◇ Ter em 2008 um porta-aviões com as esquadras de aeronaves associadas;
- ◇ Desenvolver um Comando Europeu de Transporte Aéreo Estratégico totalmente eficiente em 2010;
- ◇ Desenvolver até 2010 a necessária compatibilidade e ligação em rede de todos os equipamentos de comunicação terrestres e espaciais;
- ◇ Desenvolver termos de comparação quantitativos e critérios, que as forças nacionais declaradas para o “*Headline Goal*” têm que satisfazer no domínio da projecção e do treino.

A 2 Outubro de 2006, realizou-se em Levi na Finlândia uma reunião informal dos Ministros da Defesa, durante a qual Javier Solana salientou²²⁷ que o “Catálogo de Forças”

²²⁷ - Summary of remarks by Javier Solana at the informal meeting of EU defence ministers – Levi, Finland, 2 Oct. 06. Disponível no site:
http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/discours/91123.pdf



deverá estar finalizado a tempo da Cimeira de Novembro, e que será a base para a determinação e avaliação das contribuições dos Estados-membros necessárias para a elaboração do “Catálogo de Progresso” em 2007. Reforçou ainda que, tendo em conta a qualidade e não só a quantidade, o Catálogo de Progresso terá uma melhor identificação das lacunas existentes nas capacidades.

Javier Solana referiu que os Battlegroups atingirão a sua capacidade operacional final em 1 de Janeiro de 2007, data em que a UE passará a ser um actor global.

d. A PESD e a EDA no Tratado da Constituição Europeia

O Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa²²⁸ foi adoptado no Conselho Europeu de 18 de Julho de 2004, mas o seu texto final só foi assinado oficialmente pelos Chefes de Estado em Roma, no dia 29 de Outubro de 2004.

Após um referendo em França e nos Países Baixos, os cidadãos rejeitaram o texto da Constituição em 29 de Maio e 1 de Junho de 2005, respectivamente. Atendendo a estes resultados, o Conselho Europeu de 16 e 17 Junho de 2005 considerou que o processo de ratificação deveria ser interrompido, visto que os países que ainda não tinham procedido à ratificação não estavam em condições de dar uma resposta adequada nas datas previstas. Está actualmente a decorrer um período de reflexão, de explicação e de debate em todos os Estados-membros, quer tenham ou não ratificado a Constituição.

Em relação à PCSD, o Tratado na Parte I, Título V- Exercício das Competências da União, Cap. II – Disposições Específicas (artigo I-41º)²²⁹ e na Parte III, Título V- Acção Externa da União, a Secção II – Política Comum de Segurança e Defesa²³⁰, apresenta um conjunto de artigos dos quais se salienta:

- ◊ A PCSD - Política Comum de Segurança e Defesa (nova designação para a PESD), faz parte integrante da PESC, e garante à UE uma capacidade operacional apoiada em meios civis e militares; estes podem ser empregues em missões de manutenção da paz, de prevenção de conflitos e de reforço da segurança internacional, de acordo com os princípios da Carta das Nações Unidas. A execução destas tarefas assenta nas capacidades fornecidas pelos Estados-membros (nº 1 do artigo I -41º). Estas missões podem ser designadas de “*Missões de Petersberg Reforçadas*”;

²²⁸ Tratado que Estabelece uma Constituição para a Europa: Conferência dos Representantes dos Governos dos Estados-Membros: CIG 87/1/04 Rev1 – 13 de Outubro de 2004 – Bruxelas - Disponível no site: <http://ue.eu.int/igcpdf/pt/04/cg00/cg00087-re01.pt04.pdf>

²²⁹ Idem - pág 45.

²³⁰ Idem – Pág 243.



- ◇ A PCSD inclui a definição gradual de uma política de defesa comum da União (nº 2 do artigo I -41º);
- ◇ Os Estados-membros comprometem-se a melhorar progressivamente as suas capacidades militares. *“É instituída uma agência no domínio do desenvolvimento das capacidades de defesa, da investigação, da aquisição e dos armamentos (Agência Europeia de Defesa), para identificar as necessidades operacionais, promover as medidas necessárias para as satisfazer, contribuir para identificar e, se necessário, executar todas as medidas úteis para reforçar a base industrial e tecnológica do sector da defesa, participar na definição de uma política europeia de capacidades e de armamento e prestar assistência ao Conselho na avaliação do melhoramento das capacidades militares”* (nº 3 do artigo I -41º e artigo III-311º);
- ◇ A decisão europeia para o lançamento de missões referidas neste artigo é adoptada pelo Conselho, deliberando por unanimidade, sob proposta do MNE da União ou por iniciativa de um Estado-membro (nº 4 do artigo I -41º);
- ◇ Os Estados-membros que pertencem à OTAN continuam a ter nela o fundamento da sua defesa colectiva e a instância apropriada para a concretizar (nº 7 do artigo I -41º);
- ◇ O nº 1 do artigo III-309º ²³¹ clarifica as missões referidas no nº 1 do artigo I -41º, incluindo as acções conjuntas em matéria de desarmamento, as missões humanitárias e de evacuação, as missões de aconselhamento e assistência em matéria militar, as missões de prevenção de conflitos e de manutenção da paz, as missões de forças de combate para a gestão das crises, (incluindo as missões de restabelecimento da paz e as de estabilização no termo dos conflitos). Todas estas missões podem contribuir para a luta contra o terrorismo, inclusive mediante o apoio prestado a países terceiros para combater o terrorismo no respectivo território;
- ◇ A Cooperação Estruturada Permanente (CEP) que os Estados-membros podem estabelecer no âmbito da UE, desde que possuam capacidades militares que preencham critérios mais elevados e tenham assumido

²³¹ Tratado que Estabelece uma Constituição para a Europa – pág. 243.

compromissos para a realização de missões mais exigentes, é de decisão europeia adoptada pelo Conselho. Os Estados-membros que desejem participar na CEP notificam a sua intenção ao Conselho, que, no prazo de três meses, delibera por maioria qualificada²³², e apresenta a lista dos Estados-membros participantes. Só tomam parte na votação os membros do Conselho que representem os Estados-membros participantes. Numa fase posterior, outros Estados-membros que desejem participar notificam a sua intenção ao Conselho (nº 3 do artigo III-309º);

- ◇ As despesas administrativas e operacionais relacionadas com a PCSD ficam a cargo do Orçamento da União, com excepção das despesas decorrentes de operações com implicações no domínio militar ou da defesa, que neste caso serão suportados pelos Estados-membros. No entanto, os Estados-membros cujos representantes no Conselho se abstiveram e tenham feito uma declaração formal não são obrigados a contribuir para o respectivo financiamento (nº 2 do artigo III-313º);
- ◇ As actividades preparatórias das missões de Petersberg reforçadas que não sejam imputadas ao Orçamento da União são financiadas por um Fundo de Arranque, constituído por contribuições dos Estados-membros. Neste caso, o Conselho autorizará o Ministro dos Negócios Estrangeiros a utilizar aquele fundo (nº 3 do artigo III-313º);
- ◇ A Cláusula de solidariedade estabelecida no nº1 do artigo I-43º estabelece que a União e os seus Estados-membros actuarão em conjunto, num espírito de solidariedade, se um deles for vítima de uma ataque terrorista ou vítima de uma catástrofe natural ou de origem humana. As regras de execução pela União desta cláusula são definidas por decisão europeia adoptada pelo Conselho Europeu (nº 2 do artigo III-329º);
- ◇ De acordo com o nº 1 do artigo III-300º, as decisões europeias a que se refere o capítulo da PESC, e no qual se inclui a PCSD, são adoptadas pelo Conselho, deliberando por unanimidade.

Do texto da Proposta de Tratado de Constituição pode concluir-se que a política de Defesa Europeia está lentamente a tomar forma, com total respeito pelas diferentes culturas

²³² Corpo de conceitos - Apêndice A.



e compromissos políticos dos Estados-membros, em particular com os compromissos com a OTAN.

A Agência Europeia de Defesa garantirá uma melhor utilização do dinheiro dos contribuintes, impedindo, entre outros, a duplicação nos programas militares dos diferentes Estados-membros.

Esta proposta de Tratado de Constituição também permite que os Estados-membros que possuam as necessárias capacidades militares, e que já tenham acordos sólidos, criem uma estrutura de cooperação permanente entre eles dentro da União. Esta abertura permite que os Estados-membros associados na OCCAR ou na LoI possam continuar associados, mas agora enquadrados numa Constituição.

Com a França e os Países Baixos a rejeitarem esta Proposta de Tratado de Constituição fica mais difícil para os críticos afirmarem que a UE não é democrática. Os votos dos Franceses e dos Holandeses mostraram que a Europa pode enfrentar recuos políticos sem recear que se apaguem os ganhos de meio século de integração. Por outro lado, construir uma Europa sem a oportunidade dos seus cidadãos se exprimirem, poderia originar descontentamento e levar a UE a questionar a sua existência.



APÊNDICE C

Plano de Acção das Capacidades Europeias. (ECAP)

1. A evolução

A UE lançou o ECAP na cimeira de Laeken em Dezembro de 2001²³³. Este programa estava inicialmente orientado para 19 áreas de melhoramentos (ver Tabela 1) e igual número de painéis. Estes painéis de peritos, designados por painéis ECAP, reuniam-se independentemente e eram compostos por, pelo menos, uma nação líder, participantes activos e observadores. Por exemplo, no painel de Reabastecimento Ar-Ar (AAR), administrado pela Espanha e Itália, participaram nove Estados-membros que, em conjunto com a indústria, identificaram formas económicas de aumentar o número de aviões de reabastecimento na Europa.

Em Março de 2003, os painéis apresentaram os seus relatórios finais, e em 19 de Maio desse ano, os ministros da defesa declararam na “Conferência das Capacidades” que a UE *“tinha agora capacidade operacional em toda a gama das missões de Petersberg”*²³⁴, e reconheceram que essa capacidade permanecia *“limitada e constrangida por reconhecidas lacunas”*²³⁵.

Nesta conferência foram criados 15 *Project Groups*²³⁶ (PG), cada um liderado por uma nação e focados na implementação de projectos concretos. Portugal lidera desde 2003 o Grupo de Projecto de Operações Especiais (ECAP SOF PG) (ver tabela 2).

Em 22 de Novembro de 2004, na Conferência de Compromisso das Capacidades Militares realizada em Bruxelas, foi submetida uma tabela (Tabela II/2004)²³⁷ sobre a melhoria das capacidades. Nesta conferência os EM concluíram ser necessário efectuar mais progressos e avaliar os Grupos de Projecto do ECAP à luz dos novos *“Headline Goals 2010”*²³⁸ e da recém-criada Agência Europeia de Defesa (EDA) Nesta conferência, a EDA foi mandatada para rever os *Project Groups* do ECAP e para avaliar em cada um quatro possíveis opções: (a) começar a implementação das propostas do projecto sob a

²³³ Apêndice B.

²³⁴ Apêndice A – glossário de Conceitos.

²³⁵ *Declaration on European military capabilities* - 19 may 2003, p-1. Disponível em :
<http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/Declaration%20on%20EU%20Military%20Capabilities%20-%20May%202003.pdf>

²³⁶ Idem, p -2.

²³⁷ Disponível em <http://ue.eu.int/uedocs/cmsUpload/DEF%20capabilities%20chart%20II.pdf>

²³⁸ Estão disponíveis na Internet em: <http://ue.eu.int/uedocs/cmsUpload/2010%20Headline%20Goal.pdf>



coordenação da EDA; (b) renovar esforços dentro de uma fita de tempo específica, como estabelecido no novo figurino do ECAP; (c) continuar a trabalhar como um grupo de peritos apoiando o EUMC e (d) terminar o trabalho dos grupos de projecto que tenham atingido os objectivos propostos²³⁹.

Apesar da aproximação *bottom-up* utilizada ser essencial para o ECAP, a EDA poderia fazer sugestões e recomendações ao Conselho, o que possibilitaria uma aproximação mais sistemática e analítica à coordenação e implementação do ECAP²⁴⁰.

Além disso, o Grupo das Capacidades EU/OTAN continuará a informar a OTAN da evolução do ECAP e da situação dos seus grupos de projecto²⁴¹. Este envolvimento da OTAN e das suas agências impedirá o aparecimento de duplicações e permitirá sinergias.

A terceira tabela com as melhorias das capacidades (Tabela I/2005)²⁴², publicada em 23 de Maio de 2005, revela que, embora os projectos e as iniciativas sejam numerosas, o progresso continua lento.

A 13 de Junho de 2005, o Conselho afirmou que, à luz de uma completa avaliação do ECAP, a maioria dos grupos de projecto devia mudar para um “processo novo, e mais integrado com as funções e missões da EDA”²⁴³.

O conselho aprovou um *Catálogo de Requisitos* com os resultados obtidos até ao momento, e que será base de trabalho para o futuro. O *Catálogo de Requisitos 2005* será aprovado pelo Conselho “logo que a análise operacional tenha sido aplicada e os seus resultados tenham sido aprovados”²⁴⁴. Este Catálogo²⁴⁵ identifica as capacidades militares e as necessidades de forças necessárias à UE para satisfazer os compromissos originados do Tratado da UE (art.º 17.2), da Estratégia de Segurança Europeia²⁴⁶ e dos objectivos estabelecidos no *Headline Goal 2010*. As necessidades restantes do “*Helsinki Headline Goal*” estão também incluídas neste catálogo. As suposições de planeamento estratégico e os cenários ilustrativos usados no catálogo formaram a base para o futuro desenvolvimento

²³⁹“Declaration on European Military Capabilities”, 22 November 2004, p 16-17 Disponível na Internet em: <http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/MILITARY%20CAPABILITY%20COMMITMENT%20CONFERENCE%2022.11.04.pdf>

²⁴⁰ Idem, p 6.

²⁴¹ Burkard Schmitt “European Capabilities Action Plan (ECAP) “ – Institute for Security Study (Sep. 2005).

²⁴² Disponível em http://ue.eu.int/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/en/misc/84902.pdf

²⁴³ Relatório da presidência sobre a ESDP, 13 junho 2005, p-11. Disponível em <http://www.eu-oplysningen.dk/upload/application/msword/dc7f9a09/1003205.doc>

²⁴⁴ Idem pág.-10.

²⁴⁵ Relatório do presidente da EDA ao Conselho. Bruxelas, 21 de Novembro de 2005, p -2 . Disponível em: <http://www.eda.europa.eu/reference/051121%20-%20EDA%20-%20Report%20by%20the%20Head%20of%20the%20European%20Defence%20Agency%20to%20the%20Council.pdf>

²⁴⁶ Documento Solana.



das necessidades militares e das capacidades militares ²⁴⁷. Com base neste catálogo, os EM foram convidados a apresentar os seus compromissos usando o questionário *‘Headline Goal’*. Estes compromissos, uma vez agregados e analisados, permitirão a identificação e a abordagem das lacunas mais importantes nas capacidades. No suplemento deste catálogo encontra-se uma lista de unidades de referência, espelhando as unidades militares ou recursos necessários ao fornecimento das capacidades. Esta lista será actualizada de forma regular pelo EUMC com o apoio da EUMS ²⁴⁸.

Para facilitar a implementação do *‘Headline Goal 2010’* foi criado um *‘Roadmap to the Progress Catalog’*, funcionando como uma importante base para se atingir um processo de desenvolvimento de capacidades bem mais avançado. Ele estabelece uma base de entendimento para o processo de escrutínio, avaliação e valorização das capacidades, aplicando o Mecanismo de Desenvolvimento de Capacidades (CDM). A metodologia de escrutínio foi desenvolvida e o Manual de Escrutínio criado, o que permitiu aos Estados-Membros a condução da sua auto avaliação.

Assim, e com base no “Catálogo de Requisitos 2005”, os Estados-Membros apresentaram as suas contribuições, estando agora o documento em fase de compilação. Isto representa um passo importante para a criação do *Headline Goal Force Catalog*, que se prevê estar concluído no segundo semestre de 2006 ²⁴⁹.

Este relatório ²⁵⁰ refere ainda que em relação à melhoria das capacidades de Transporte Aéreo Estratégico (TAE), foi atingida uma meta com a aprovação formal do *‘Strategic Airlift Interim Solution – (SALIS)’* por 15 Estados-Membros da UE ²⁵¹ e pelo Canadá e Noruega, assegurando desse modo a disponibilidade de uma capacidade adicional para transportar carga de grandes dimensões. Foi reconhecido que o SALIS tem um grande potencial para crescer, e está aberto a participações futuras de outros Estados-membros da UE e nações da OTAN.

²⁴⁷ Relatório da presidência sobre a ESDP, 19 Dezembro 2005, p-9. Acessível na Internet em: <http://register.consilium.eu.int/pdf/en/05/st15/st15891.en05.pdf>

²⁴⁸ Idem, p-9.

²⁴⁹ Relatório da Presidência sobre a ESDP, 12 Junho 2006, p-12. Acessível na Internet em: <http://www.eda.europa.eu/reference/060612%20-%20European%20Council%20-%20Presidency%20Report%20on%20ESDP%2010418-06.pdf>

²⁵⁰ Idem, p-13.

²⁵¹ O Consórcio é Liderado pela Alemanha e inclui o Canadá, a República Checa, a Dinamarca, a França, a Hungria, o Luxemburgo, a Holanda, a Noruega, a Polónia, Portugal, a Eslováquia, a Eslovénia, a Espanha, a Suécia e a Turquia. Aeronaves Antonov NA-124-100 russas e ucranianas estão a ser usadas como uma solução transitória para colmatar as insuficiências da capacidade de transporte aéreo estratégico europeu, dado que as entregas das aeronaves A-400M da Airbus estão previstas para 2010. Entretanto, a coordenação do transporte aéreo estratégico será da responsabilidade do EAC localizado na Holanda – Eindhoven. Informação disponibilizada pela OTAN em: <http://www.nato.int/issues/strategic-lift-air/index.html>



O SALIS é um bom exemplo de uma cooperação proveitosa, na busca de soluções efectivas e eficientes para colmatar as insuficiências das capacidades da UE e da OTAN²⁵².

Todavia, existe uma outra iniciativa complementar para dotar a OTAN desta capacidade, designada por *NATO Strategic Airlift Capability (NSAC)*, na qual 13 aliados da OTAN²⁵³ iniciaram negociações para a compra de 3 ou 4 aeronaves Boeing C-17, voadas e mantidas por tripulações multinacionais sob o comando de uma estrutura militar multinacional.

Em relação à Resposta Rápida, o Conselho da UE procedeu a uma análise aprofundada das evoluções constatadas no âmbito da Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD). Neste âmbito, está já garantido que, a partir de Janeiro de 2007, a UE terá plena capacidade operacional para conduzir duas operações de resposta rápida de dimensão de agrupamento tático e, inclusivamente, para lançar duas operações desse tipo de forma quase simultânea²⁵⁴.

Em relação aos Grupos de Projecto do ECAP, está previsto para o final de 2006 a sua completa migração para estruturas mais integradas no quadro da EDA, para onde já migrou a maioria dos Grupos.

O projecto liderado por Portugal, relacionado com as Operações Especiais (ECAP SOF PG), foi um dos cinco projectos que não migrou para a EDA, ficando dependente do Comité Militar da UE, por se tratar dum projecto relacionado com aspectos conceptuais. Todavia, em Novembro de 2006 o EUMS apresentou ao HTF a posição de que não faz sentido manterem-se no âmbito do processo ECAP uma vez que não se dedicam a resolver lacunas de capacidades. Na sequência desta apresentação do EUMS ao HTF, o Estado Maior, propôs a extinção destes cinco Grupos em Novembro de 2006, alegando que o desenvolvimento da doutrina tática/operacional, desenvolvida no âmbito dos ECAP, não seria da responsabilidade do EUMC ou do EUMS, que só devem desenvolver “Conceitos Estratégicos”. Após estas propostas, pode considerar-se que o Processo ECAP está praticamente extinto.

²⁵² Relatório da Presidência sobre a ESDP, 12 Junho 2006, p-13.

²⁵³ Os 13 países participantes são: Bulgária, Rep. Checa, Dinamarca, Estónia, Itália, Letónia, Lituânia, a Holanda, Polónia, Roménia, Rep. Eslovaca, Eslovénia e Estados Unidos. A NAPMA está a negociar com a Boeing em nome dos treze países, e prevê-se que seja criada a “*NATO Strategic Airlift Capability*” na base de Ramstein na Alemanha. Informação disponibilizada pela OTAN em: <http://www.nato.int/issues/strategic-lift-air-sac/index.html>

²⁵⁴ Relatório da Presidência sobre a ESDP, 12 Junho 2006, p-14.



2. O ECAP e o PCC – Participação Nacional²⁵⁵

A DGPDN é a entidade responsável pela coordenação geral²⁵⁶, no plano interno e externo, da participação nacional no referido processo de revisão do ECAP. O seu Plano Geral de Acção perspectiva as acções futuras decorrentes da participação nacional nos diversos *Project Group*, estabelece as áreas de responsabilidade e define os mecanismos de troca de informação para que seja possível ter uma visão global, atempada e actualizada. Deve também possibilitar a coordenação com outras acções, nomeadamente no âmbito da Lei de Programação Militar (LPM) e do *Prague Capability Commitment* (PCC)²⁵⁷ da OTAN.

a. Estrutura e modo de funcionamento dos *Project Groups* e IAG²⁵⁸

(1) Project Groups

Os *Project Groups* do ECAP têm como objectivo²⁵⁹ ajudar a implementar, pelos Estados membros, as opções/soluções concretas identificadas pelos vários painéis do ECAP, de forma a colmatar as lacunas já identificadas no *Helsinki Progress Catalogue*.

Cada *Project Group* tem, pelo menos dois EM (um líder outro participante activo). A participação é feita com base voluntária e estará aberta também aos futuros novos membros da União, que não podem contudo liderar e aos países da OTAN não-UE (condições a definir caso-a-caso). O estabelecimento dos diversos *Project Groups* terá que ser “notado” pelo Comité Político e de Segurança (COPS) após parecer do Estado-Maior da UE (EMUE).

Os *Project Groups* estão repartidos em três categorias principais:

- Conceitos e Doutrinas operacionais (C/D);
- Organização/Estruturas Treino e Recursos Humanos (OR/ET/RH);
- Aquisições (AQ).

e reportarão os seus desenvolvimentos:

- Às autoridades nacionais de cada Estado-membro participante;
- Ao EMUE através do Helsinki Task Force (HTF). O EMUE reportará posteriormente ao COPS;

²⁵⁵ O Texto deste capítulo foi elaborado com base num documento disponibilizado na DIPLAEM.

²⁵⁶ Despacho n.º 238/MEDNAM/2004.

²⁵⁷ Prague Capability Commitment.

²⁵⁸ Informal Advisory Group.

²⁵⁹ Doc UE 8397/03 (Anexo A), 10Abril de 2003.

(2) Informal Advisory Group

O *Informal Advisory Group* (IAG)²⁶⁰, liderado pela Presidência da União, terá por objectivo dinamizar e agilizar o trabalho dos *Project Groups* e fazer recomendações aos Ministros da Defesa da UE suportadas nos trabalhos desenvolvidos. Identificarão as várias formas de implementação das opções para que o processo mantenha um ímpeto adequado. Os membros serão os especialistas em planeamento dos Ministérios da Defesa.

Os membros do IAG reportarão directamente aos respectivos Ministros da Defesa e as recomendações do grupo serão apresentadas aos Ministros da Defesa da UE durante as suas reuniões informais. O IAG manterá ainda uma estreita ligação com os órgãos que lidam com as capacidades militares.

b. Coordenação UE/OTAN

Relativamente à coordenação e cooperação com a OTAN²⁶¹, e a fim de garantir a transparência e evitar a duplicação de esforços, o desenvolvimento das capacidades militares será analisado no âmbito do Grupo das Capacidades UE/NATO e do HTF. A troca de informações sobre as actividades respectivas dos *Project Groups* do ECAP e da OTAN/PCC deverá ser recíproca. As modalidades e o reforço mútuo serão analisados no seio do Grupo das Capacidades UE/NATO.

c. Participação Nacional nos *Project Groups*

Inicialmente, Portugal optou por participar em cinco *Project Group's*; *Special Operations* (como coordenador), *Strategic Sea Lift*, *Combat Search and Rescue (CSAR)*, *Air-to-Air Refueling* e *NBC Defence*. Na prática, para além de efectivamente ter liderado o PG das Operações Especiais, Portugal, apenas se fez representar no *Strategic Sea Lift* através do Conselho Nacional para o Planeamento Civil de Emergência (CNPCE). Não tem acompanhado os trabalhos dos restantes PG's, onde deveria manter uma posição de acompanhamento. A informação sobre o que se passa nos restantes PG's tem vindo a ser efectuada através do EMGFA, que tem um elemento que integra o HTF.

²⁶⁰ Doc UE 8397/03, 10Abril 2003.

²⁶¹ Foi criado com a aprovação do documento “Plano de Acção Europeu sobre as Capacidades: caminho a seguir” de 10Abril 2003.



Contudo, não tem havido uma efectiva coordenação entre as entidades nacionais responsáveis pelo processo, não havendo áreas de responsabilidade bem definidas. Dado que o ECAP se trata de um processo dinâmico que tem sido objecto de algumas alterações, como a que presentemente está em curso, têm-se verificado, nalguns aspectos, deficiências na capacidade de resposta nacional.

No sentido de ultrapassar esta situação foram clarificadas as atribuições das entidades participantes no processo ECAP, envolvendo a Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN)²⁶², a Direcção Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa (DGAED), o Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência (CNPCE) e o Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA).

(Duas tabelas nas páginas seguintes)

²⁶² Coordenadora global do processo.



Tabela 1

(Os 19 painéis ECAP criados em Março de 2002 resultantes das decisões da
Cimeira Europeia de Laeken de Dezembro de 2001)

PANELS, 1st PHASE (2002 - 2003)
Attack Helicopters/Support Helicopters
Nuclear, Biological, and Chemical Protection (NBC)
Unmanned Air Vehicles (UAV)/Surveillance and Target Acquisition (STA) Units
Medical Role 3/Medical Collective Protection Role 3
Special Operations Forces (SOF)
Carrier Based Air Power
Suppression of Enemy Air Defence (SEAD)
Air-to-Air Refuelling (AAR)
Combat Search and Rescue (CSAR)
Cruise Missiles/Precision Guided Munitions
Theatre Ballistic Missile Defence
Deployable Communication Modules
Headquarters (OHQ, FHQ, CCHQs)
Theatre Surveillance and Reconnaissance Air Picture
Strategic ISR IMINT Collection
UAV (HALE, MALE and tactical UAVs)
Early Warning and Distant Detection Strategic Level
Strategic Air Mobility/Outsized Transport Aircraft, General Cargo Aircraft
Roll-On-Roll-Off Vessels (RO-RO)/General Cargo Shipping

Fonte : Burkard Schmitt “European Capabilities Action Plan (ECAP)” – Institute for Security
Study (September 2005)



Tabela 2

(15 *Project Groups* criados na Conferência de Capacidades – 19 de Maio de 2003)

PROJECT GROUPS, 2nd PHASE (2003 -)	LEAD NATION
Air-to-Air Refuelling (AAR)	Spain
Combat Search and Rescue (CSAR)	Germany
Headquarters (HQ)	United Kingdom
Nuclear, Biological and Chemical (NBC) Protection	Italy
Special Operations Forces (SOF)	Portugal
Theatre Ballistic Missile Defence (TBMD)	Netherlands
Unmanned Aerial Vehicles (UAV)	France
Strategic Airlift	Germany
Space assets	France
Interoperability Issues for Evacuation and Humanitarian Operations	Belgium
Strategic Sealift	Greece
Medical	Netherlands
Attack Helicopters	Italy
Support Helicopters	Italy
ISTAR / Ground Surveillance	United Kingdom

Fonte: Burkard Schmitt “European Capabilities Action Plan (ECAP)” – Institute for Security Study (September 2005)



APÊNDICE D

A Visão de Longo Prazo para a PESD

1. Introdução

A Agência Europeia de Defesa (EDA) coordenou a preparação de um documento apresentando uma Visão de Longo Prazo para a UE, no qual se prospectiva a evolução do Mundo num contexto global, o ambiente militar nos próximos vinte anos e a ciência e tecnologias disponíveis em 2020.

Este documento poderá servir de base para a previsão das Forças e Estruturas Militares que a UE deverá possuir em 2020, para poder afirmar-se como um Actor Global credível.

O Mecanismo de Desenvolvimento de Capacidades está suportado numa sequência de actividades iniciada sempre que é estabelecido um novo *Headline Goal* para a PESD. Essa sequência apoia-se nos seguintes documentos: *Requirements Catalog*, *Forces Catalog* e *Progress Catalog*.

A 11 de Dezembro de 1999, no Conselho Europeu de Helsínquia, é apresentado o *Headline Goal 2003 (HG2003)*, com a definição provisória de objectivos de forças militares. Estes objectivos exprimem, no âmbito da PESD, que “*em regime de cooperação voluntária nas operações lideradas pela UE, os Estados Membros devem estar em condições de, até 2003, posicionar no prazo de 60 dias e manter pelo menos durante um ano, forças de até 50000-60000 militares, capazes de desempenhar toda a gama de missões de Petersberg*”

Mais tarde, os requisitos militares da UE são agrupados no *Requirements Catalog Helsinki Headline Goal Catalogue 02 (HHC02)*. É também elaborado o *Force Catalog 04* com as participações de todos os EM da UE.

Quatro anos após este primeiro HG2003, de carácter predominantemente quantitativo, a UE define um novo *Headline Goal* para a PESD, o HG2010, agora de carácter bem mais qualitativo e através do qual os Estados-membros se comprometem em “*até 2010 serem capazes de responder com acções rápidas, decisivas e coerentes, a todo o espectro das operações de gestão de crises cobertas pelo Tratado da UE*”.

Para permitir a definição das capacidades necessárias, de modo a preencher as tarefas propostas na Estratégia de Segurança Europeia e no HG2010 foi produzido o *Requirements Catalog 2005 (RC05)*. Este documento identifica as capacidades militares



acordadas e necessárias para a prossecução dos objectivos da PESD da UE. Este Catálogo contém igualmente as assunções de Planeamento Estratégico, os Cenários descritivos, a Lista detalhada das Capacidades requeridas e os requisitos completos da Força.

O RC05 também descreve os cinco Cenários que têm sido usados no desenvolvimento dos requisitos e na orientação para o desenvolvimento das principais capacidades dentro do RC05. Os cinco Cenários são: **SOPF** (*Light e Heavy*) – *Separation of Parties by Force*, **HA** – *Humanitarian Assistance*, **CP** – *Conflict Prevention*, **EO** (*Light e Heavy*) – *Evacuation Operation* e **SR** - *Stabilization, Reconstruction and Military Advice to Third Countries*.

Depois dos países responderem aos questionários (Headline Goals Questionary) deu-se início ao processo SAE (*Scrutinising, Assessment and Evaluation*), aplicável a toda a informação recebida.

A fase de *Scrutinising* (Escrutínio) teve início em Setembro de 2006, utilizando como padrão uma medida em Unidades de Referência (RU). As 250 fichas de escrutínio foram avaliadas em relação aos seguintes 5 critérios: *Quantity, Quality, Sustainability, Deployability e Readiness*). A cada ficha foram atribuídos *Metric Indicators* (que variam de 0 a 1).

Na fase de *Assessment* (*Aproximação*) foram identificadas as lacunas existentes nas capacidades listadas no FC06 em relação ao RC05.

A fase de *Evaluation* (Avaliação) permitirá identificar os Riscos Operacionais para a UE, resultantes da existência de lacunas. Prevê-se que esta fase venha a terminar durante o período da Presidência Portuguesa (2º semestre de 2007), o que permitirá acabar o PC07 e apresentá-lo na Cimeira final.

Em Novembro de 2006, na Reunião do GAERC (Ministros de Defesa e Negócios Estrangeiros), foi aprovado FC06.

Em seguida, foi criado o Force Catalog 2007 (FC07), com as participações da Bulgária e Roménia, agora membros da UE, transformando-se num dos marcos do processo de desenvolvimento de capacidades, para satisfação do Headline Goal 2010. O FC07 apresenta as contribuições em Forças e Capacidades dos EM, em resposta às necessidades em capacidades definidas no *Requirements Catalog 2005* (RC05). Das três tabelas apresentadas no FC07 salienta-se a das Contribuições dos EM não escrutinadas, obtidas através de questionário enviado aos EM, e a das Contribuições já escrutinadas por unidades de referência.



No âmbito da fase de escrutínio, foi assumido para o RC05, e por questões de planeamento, que a rotação das forças teria lugar após seis meses para as forças navais e terrestres, três meses para as forças aéreas e um ano para as forças ao nível de Quartel General²⁶³. Apesar das diferenças na concepção do critério de sustentação entre os EM, foi decidido que cada EM será totalmente responsável pela respectiva política de rotação das forças.

Actualmente, o processo encontra-se nas fases de *Assessment e Evaluation*, da competência do Estado-maior da UE. A EDA está também a colaborar nestas duas fases do Processo SAE.

Assim, a partir dos cinco cenários referidos e das conclusões da fase de Escrutínio do Processo SAE, onde foram aplicados os Metric Indicators, compilou-se o Force Catalog 2007 (FC07).

Convém salientar que o FC07 não trata da identificação das lacunas das capacidades. Isto será objecto da fase de *Assessment* do processo SAE e os resultados serão apresentados no capítulo do *Assessment* do *Progress Catalog 07*.

Entretanto, e por decisão do Conselho Europeu no âmbito das capacidades, a EDA coligiu e apresentou o documento *Initial Long Term Vision*.

2. A Visão de Longo Prazo (LTV) para a PESD

(No ponto 3.c do Capítulo 3 do texto do Trabalho)

3. O Plano de Desenvolvimento de Capacidades

Na sequência da apresentação dos três *Strands* da LTV, a EDA foi incumbida para iniciar um Plano de Desenvolvimento de Capacidades (CDP), que fosse integrador de todas as actividades desenvolvidas, e preparado no âmbito da Directoria de Capacidades da EDA.

A importância deste Plano, que a EDA está a desenvolver com a colaboração do UEMC, reside no auxílio que vai prestar aos EM no desenvolvimento de capacidades, na avaliação do progresso da PESD e na convergência dos planos de defesa dos diferentes EM. Além deste auxílio, vai ainda permitir que os EM centralizem os investimentos em I&D via EDA, contribuam para o desenvolvimento da EDTIB e do EDEM e para a

²⁶³ Anexo A.- Em relação às Forças Aéreas este anexo apresenta 180 dias.



identificação e selecção das melhores opções, em termos de planeamento de defesa e consequentes investimentos.

Este Plano terá um enorme relevo para os EM, porque auxiliará o desenvolvimento dos planos e programas de defesa nacionais, sem pretender substituí-los ou ser um plano supranacional. Vai também servir para a delimitação das agendas dos IDT's e dos programas de trabalho da EDA (especificamente os relacionados com as Direcções de I&T e Armamentos). Este Plano de Desenvolvimento de Capacidades para a PESD, ainda numa fase muito incipiente da sua elaboração pela EDA, poderá vir a ter um grande impacto na preparação das futuras Leis de Programação Militar.

Prevê-se que este Plano da EDA possa demorar cerca de três anos.



APÊNDICE E

O Livro Verde e os Códigos de Conduta e Boas Práticas

1. Os Contratos Públicos no Sector da Defesa - O Livro Verde ²⁶⁴

A variedade de procedimentos e regras nacionais em vigor, relacionadas com a adjudicação de contratos de defesa numa Europa a 27, é um factor fortemente penalizador das acções comerciais envolvidas. Assim, e como propõe a Comissão Europeia, a harmonização das regras de adjudicação e o aumento da eficácia comercial devem ser considerados como objectivos a ter em consideração na elaboração do conjunto único de regras para a aquisição de equipamentos de defesa na Europa.

Como refere o Livro Verde, *“as despesas de defesa dos Estados-membros constituem uma parte importante das respectivas despesas públicas, na ordem dos 160 milhares de milhões de euros para os vinte e sete Estados-membros, dos quais um quinto é consagrado às aquisições de equipamento militar (aquisições e investigação e desenvolvimento)”*²⁶⁵

*“Actualmente, os contratos públicos no sector da defesa caracterizam-se por uma segmentação a nível nacional (n.º1), por especificidades que os diferenciam dos restantes contratos públicos (n.º 2) e por um quadro jurídico cuja aplicação é complexa (n.º3)”*²⁶⁶.

Perante a grandeza dos números envolvidos com as despesas de defesa dos EM da União Europeia, e a caracterização peculiar dos contratos públicos neste sector, tornava-se imperiosa a identificação de razões que justificassem uma acção específica neste domínio, e das consequentes pistas de reflexão sobre as possíveis soluções.

Depois da queda do muro de Berlim, os países europeus iniciaram um período de reduções orçamentais na defesa e de reestruturações nas forças armadas. Estas políticas originaram uma diminuição dos mercados nacionais, e levou os grandes países industriais a constatar que os elevados gastos com a I&D de defesa já não poderiam ser suportados com os reduzidos volumes de produção.

Se a Europa mantiver políticas de protecção às suas indústrias de defesa nacionais, e as suas empresas continuarem a competir para encontrar e garantir um lugar

²⁶⁴ Livro Verde - COM (2004) 608 final de 23 de Setembro de 2004 – disponível no site: http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/site/pt/com/2004/com2004_0608pt01.pdf

²⁶⁵ Conforme o CESE fez notar no seu parecer sobre o documento COM(2003) 113 final, as despesas combinadas totais da UE correspondem a cerca de 40 % das despesas dos EUA, mas só produzem aproximadamente 10 % das suas capacidades operacionais.

²⁶⁶ Livro Verde – COM (2004) 608 final de 23 de Setembro de 2004 – disponível no site: http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/site/pt/com/2004/com2004_0608pt01.pdf - pag. 4 -



no mercado global, dominado pelas gigantes companhias americanas, então o resultado será o suicídio industrial. A emissão de licenças de exportação, a autorização para apresentação de propostas, os critérios de segurança de abastecimento em todo o ciclo de vida e a confidencialidade tecnológica são formas de actuação dos Estados para controlarem o comércio de armamento, assegurarem a superioridade tecnológica e defenderem a sua própria indústria.

Os ganhos de eficiência da indústria deverão redundar em benefício da protecção dos cidadãos europeus e dos soldados europeus envolvidos em operações militares.

Os contratos de defesa, ao dependerem dos objectivos estratégicos e da política de segurança e defesa de cada EM, revestem-se de uma especificidade própria intrínseca à própria natureza dos bens militares e dos serviços com eles relacionados. As reduções dos orçamentos de defesa, e a especificidade dos contratos associados, têm sido duas das razões justificativas da reduzida dimensão dos mercados.

Para contrariar esta tendência, reter a saída de quadros e manter a capacidade de gerar sinergias no tecido industrial civil, a UE tem de encontrar formas para apoiar a manutenção de uma indústria de defesa europeia competitiva e inovadora. O desaparecimento desta capacidade industrial própria deixará as FA desarmadas e sem os meios de sustentação e renovação imprescindíveis em tempo de guerra.

A nível europeu, além do regime derogatório definido no artigo 296.º do Tratado da Comunidade Europeia, existem outras limitações do quadro geral em vigor. Entre elas estão as legislações nacionais não homogéneas, com a publicação de anúncios diferentes de um Estado para outro, com as especificações técnicas baseadas em normas não homogéneas, com critérios de selecção dos fornecedores diferentes entre Estados, com processos de adjudicação cujas modalidades não estão enquadradas de forma idêntica e em que a segurança do abastecimento e as compensações podem afectar o critério da oferta economicamente mais vantajosa.

Na realidade, o "*Mercado Europeu de Equipamento de Defesa*" (EDEM) é apenas uma parte do mercado interno que abrange um sector específico. O Livro Verde procura contribuir para a construção progressiva de um mercado interno de equipamento de defesa europeu mais aberto e transparente, sem deixar de respeitar a natureza específica deste sector. Estas acções deverão fortalecer a indústria da defesa e reforçar a sua competitividade, garantir uma melhor afectação dos recursos no sector e apoiar o desenvolvimento das capacidades militares da UE no quadro da PESD, no contexto da PESC.



O grau de envolvimento e empenho dos governantes dos vinte e sete EM da UE, o ritmo de fortalecimento da PESD e a dinâmica a introduzir pela EDA nas suas actividades, em particular na criação de uma forte EDTIB e de um EDEM único, ditarão o tempo que a Europa vai necessitar para reduzir o diferencial tecnológico que a separa dos EUA.

2. O Código de Conduta

Este Código está relacionado com a compra de equipamentos de defesa que os governos decidem excluir das regras de aquisições públicas da UE ao abrigo do Artigo 296º do Tratado da Comunidade Europeia, e que até agora não admitia qualquer competição transfronteiriça.

Actualmente, a base de dados EBB da EDA tem disponível mais de uma centena de concursos dos 22 países²⁶⁷ membros da EDA signatários deste Código, entre os quais um português: o *Action Speed Tactical Trainer* (ASST) para a Marinha Portuguesa²⁶⁸.

Esta iniciativa é um passo muito importante para a sustentação da Base Industrial e Tecnológica de Defesa Europeia (EDTIB) e para sua afirmação competitiva à escala global.

Assim, podemos concluir que o Código de Conduta abriu o caminho para o fim de uma prática de excepção geral, mantida na indústria de defesa, relacionada com as regras das aquisições públicas na UE.

3. O Código de Boas Práticas na Cadeia de Fornecimento

Este Código, um ano após a sua publicação, foi adoptado pelos membros da ASD – Associação *AeroSpace and Defence* e teve o acordo dos 24 EM da UE que participam na EDA. Serviu para encorajar o aumento da competição e de oportunidades para todos os fornecedores, incluindo as Pequenas e Médias Empresas (PME). Este Código chama a atenção para o comportamento dos Compradores e Fornecedores dentro da Cadeia de Fornecimento, nomeadamente quanto às relações entre eles, aos comportamentos exigidos a todos e ainda à conduta honesta e transparente necessária durante o concurso.

Os compradores devem disponibilizar os critérios de avaliação das propostas e conduzir a aquisição com base nos princípios das boas práticas e da transparência.

²⁶⁷ Dos 24 Estados-Membros da EDA só a Hungria e a Espanha não participaram de início, admitindo fazê-lo mais tarde. Recorda-se que a Dinamarca já não era membro da EDA.

²⁶⁸ O ASST está disponível no site: <http://www.eda.europa.eu/ebbweb/Default.aspx> Código EDA-686
Acedido em 8 de Dezembro de 2006.



APÊNDICE F

WEAG, WEAO e EDIG

Western European Armaments Group (WEAG)
Western European Armaments Organisation (WEAO)
European Defence Industries Group (EDIG)

1. O WEAG

O WEAG foi constituído em Maio de 1993, resultando de um acordo entre os Ministros da Defesa de treze países europeus, entre os quais Portugal. Neste acordo, comprometeram-se a manter os seis princípios que nortearam a formação, em 1976, do fórum para a cooperação nos armamentos designado por IEPG (*Independent European Programme Group*).

Entre os principais objectivos do WEAG está o fortalecimento da base tecnológica e industrial europeia de defesa e a cooperação entre os membros para assuntos relacionados com a investigação e o desenvolvimento. Os países decidiram trabalhar em conjunto para intensificar a cooperação no sentido do desenvolvimento da identidade de defesa europeia.

O órgão de cúpula do WEAG, constituído pelos Ministros de Defesa dos países membros, era assessorado pelos Directores Nacionais de Armamento. O WEAG contava na sua organização com um Grupo de Apoio, um Secretariado, e com os seguintes painéis:

- ✓ *Panel I – Cooperative Equipments Programmes*
- ✓ *Panel II – Research and Technology Cooperation*
- ✓ *Panel III- Procedures and Economis Matters.*

No WEAG, as actividades relacionadas com a I&D, nomeadamente as dos programas EUCLID e EUROFINDER, estavam enquadradas pelo Painel II (*Research and Technology Cooperation*). Foi nestes dois programas do WEAG que se concentravam a maioria das actividades de I&D de defesa com participação nacional.

O programa EUCLID foi apresentado em 1989 como o equivalente militar do programa EUREKA. Esta iniciativa, adoptada em Junho de 1989, ainda tomada no quadro do IEPG, arrancou oficialmente após a sua assinatura em 16 de Novembro de 1990. O EUCLID teve por objectivo a optimização dos recursos europeus voltados para a



investigação e desenvolvimento, facilitando a cooperação nos programas de aquisição de equipamentos e a preparação do futuro mercado europeu de equipamentos de defesa.

Para atingir este objectivo de reforço da cooperação industrial, tecnológica e científica europeia em matéria de defesa na Europa, o Programa definiu uma lista de domínios prioritários, as CEPA (*Common European Priority Areas*), no seio das quais foram organizados os projectos de investigação e desenvolvimento RTP's (*Research and Technology Projects*).

Os Estados-membros do WEAG eram os seguintes:

Member States

 Austria	 Luxembourg
 Belgium	 The Netherlands
 Czech Republic	 Norway
 Denmark	 Poland
 Finland	 Portugal
 France	 Spain
 Germany	 Sweden
 Greece	 Turkey
 Hungary	 United Kingdom
 Italy	

O WEAG encerrou as suas actividades em 23 Maio de 2005, e as actividades ainda em curso foram integradas na Agência Europeia de Defesa.

2. A WEO

Como entidade subsidiária da UEO, a WEO partilhava a sua personalidade legal internacional e dava um enquadramento às actividades cooperativas nos armamentos. O órgão executivo do WEO era a “*Research Cell*”, que apoiava as actividades do Painel II do WEAG e que era capaz de estabelecer contratos em nome das nações participantes.

A WEO foi inicialmente architectada para permitir uma aproximação evolutiva até à Agência de Defesa Europeia (EDA), num ritmo acordado pelos Ministros de Defesa. Como catalisador para o movimento no sentido da criação da EDA, a WEO desempenhou um papel importante na cooperação europeia no âmbito dos armamentos.

Os Membros do WEO eram os mesmos do WEAG. O WEO encerrou as suas actividades a 31 Agosto 2006 e transferiu os trabalhos da sua *Research Cell* para a Agência Europeia de Defesa.



3. O EDIG

O EDIG, Grupo das Indústrias de Defesa Europeias, foi uma organização sem fins lucrativos, cujos membros eram as indústrias de defesa nacionais dos países associados, ou que participavam nas actividades do Western European Armaments Group (WEAG) e no fórum de cooperação para o armamento da União da Europa Ocidental (UEO). Os membros do EDIG eram as indústrias de defesa da Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Itália, Noruega, Portugal, Reino Unido, Suécia e Turquia.

O EDIG era uma organização independente que se afirmou como entidade autónoma, fora das instituições governamentais ou intergovernamentais, agrupando representantes da indústria de defesa. Tinha por objectivo estudar, aconselhar e procurar soluções europeias para os problemas dos países membros, dando particular realce aos aspectos científicos, técnicos, económicos e estruturais de todas as matérias de interesse comum, no campo de actividade da “Indústria de Defesa Europeia”.

O EDIG foi fundado em 1976 como o ponto de convergência das opiniões e conselhos da indústria de defesa, de modo a responder ao que na altura era conhecido por Independent European Programme Group (IEPG). Este grupo tinha sido formado nesse mesmo ano, com o intuito de fomentar a cooperação no planeamento do armamento e conseguir uma maior racionalização, padronização e interoperabilidade entre os membros Europeus da OTAN. Como “independente”, podia operar fora dos limites restritos do quadro institucional da OTAN, o que permitiu à França ser incluída como um dos seus membros. Subsequentemente, o IEPG foi reconstituído em 1994 como o Western European Armaments Group, WEAG.

Em 2004, o EDIG encerrou as suas actividades e, conjuntamente com a AECMA e o EUROSPACE, deu origem à ASD - *AeroSpace and Defence Industries Association of Europe*.

Este documento permitiu visualizar a evolução que as organizações europeias relacionadas com a Indústria de Defesa sofreram até à sua integração na EDA e na ASD. Podemos concluir que a EDA resultou do normal desenvolvimento da PESD, consubstanciado com as mais valias resultantes da extinção do WEAG/WEAO.



APÊNDICE G

A DGAED e a I&T de Defesa Nacional

No âmbito do MDN, a missão da Direcção Geral de Armamento e Equipamento de Defesa (DGAED) é *“estudar, executar e coordenar as actividades relativas ao ciclo de vida logístico de armamento e equipamentos de defesa, contemplando as vertentes de planeamento, projecto, aquisição, sustentação e alienação”*. Para tal, na sua formulação estratégica, a DGAED *“será um interveniente activo nos processos de reequipamento, modernização e sustentação da Forças Armadas, e contribuirá para o reforço da Base Industrial e Tecnológica nacional e europeia, e para a criação do Mercado Europeu de Equipamentos de Defesa.”* Pretende ser também *“um elemento essencial para o desenvolvimento das capacidades nacionais, constituindo-se como parceiro privilegiado de entidades nacionais e estrangeiras em actividades de I&D na área da Defesa”*²⁶⁹.

Perante o que acabamos de escrever, pode afirmar-se sem qualquer margem para erro que a DGAED tem uma formulação estratégia perfeitamente sintonizada com a da EDA, isto é, quer desenvolver as capacidades de defesa, ser parceiro nas actividades de I&D da área de Defesa e contribuir para a criação da DTIB e do EDEM. Isto permitir-lhe-á uma melhor intervenção nos processos de reequipamento, modernização e sustentação das Forças Armadas.

O posicionamento da DGAED pode ser visto em três vertentes: necessidades das FA, oportunidades das Organizações Internacionais e capacidade de resposta à sociedade civil, em particular à Base Tecnológica e Industrial Nacional. Para o posicionamento ser equilibrado terá que ser nestas três vertentes. Portugal tem um elevado potencial ao nível das PME's com aplicação na defesa, mas está contudo pouco otimizado. O mesmo se poderia dizer do potencial científico existente na rede nacional de centros de investigação científica, denotando um grande afastamento entre o MDN e o MCTES. Esta será uma das áreas onde haverá muito em que trabalhar, para que a I&DT para a defesa possa atingir um nível de excelência que lhe garanta um grau de envolvimento importante em programas internacionais. Cada vez mais, as aplicações de duplo uso resultantes de investimentos em I&DT justificam uma aproximação entre as estratégias dos dois ministérios. A disponibilização de uma base de dados dos centros de excelência de I&D e I&T a nível

²⁶⁹ Definição de objectivos estratégicos e operacionais da DGAED/2006. Documento aprovado por S.E. o Ministro da Defesa Nacional, conforme despacho de 29 de Maio de 2006. pág 9.



nacional, com identificação dos domínios de investigação, permitiria um mais amplo conhecimento das reais capacidades nacionais, e uma melhor optimização dos recursos financeiros e humanos disponíveis. Convém aqui salientar que, os resultados dos investimentos em I&DT aplicados na Defesa, deveriam reflectir-se em quase todas as áreas da indústria nacional.

Neste sentido, a DGAED elaborou um documento de trabalho designado por “*Plano de Investigação e Tecnologia de Defesa*” (Plano I&T de Defesa – Versão 0), inserido numa estrutura global e em si centralizada, onde irão convergir institucional e financeiramente as prioridades da Defesa nacional, dos tecidos científico, tecnológico e industrial, da OTAN e da EDA neste domínio e tendo como instrumento financeiro a Lei de Programação Militar (LPM). Actualmente, este documento encontra-se em consulta, aguardando a DGAED a contribuição activa de todos os parceiros para o seu enriquecimento.

Como veremos mais à frente, o envolvimento nacional via MDN/DGAED em I&T com a EDA passa por uma participação efectiva no programa da *Force Protection* e, previsivelmente, nos programas *Software Designed Radio* (SDR), Soldado do Séc. XXI e *Armoured Fighting Vehicles* (AFV).

Portugal está representado a nível das diferentes composições sub-ministeriais do Conselho Director da EDA pelo dDGAED nas funções de Director Nacional de Armamento (NAD) e de Director da Investigação de Defesa Nacional (NDRD). É também representado pelo dDGPDN na função de Director da Política ou Planeador da Defesa Nacional (NDPoPD).²⁷⁰ Apesar de permanecerem algumas dúvidas quanto ao envolvimento da DGPDN, no âmbito dos trabalhos relacionados com a área das Capacidades da EDA, oficialmente compete a esta Direcção assegurar essa participação.

A contribuição de Portugal para o orçamento de 2007 da EDA é de 273.533 Euros²⁷¹, correspondendo a 1,3139% das contribuições totais dos 24 Estados-Membros participantes (20,818 M€). O valor da percentagem atribuída a Portugal resulta da razão entre o valor do GNI²⁷² português de 2006 (1,026 B€) e o valor total do GNI de 2006 dos 24 Estados Membros (78,085 B€).

²⁷⁰ Despacho do Ministro da Defesa Nacional na Informação nº 460/DGAED de 24 de Novembro de 2004.

²⁷¹ Dados disponibilizados na DGAED.

²⁷² GNI- *Gross national Income*. Corresponde ao valor total dos bens e serviços produzidos num país (GDP ou PNB), juntamente com os juros e dividendos recebidos de outros países, subtraindo os pagamentos semelhantes feitos a outros países.



Os 273.533 Euros serão pagos em três prestações de 91.178 Euros. Saliente-se o facto do orçamento da EDA para 2007 ser inferior ao de 2006 (21,5 Milhões de Euros)

Os 22,1 M€ de despesas de funcionamento da EDA para 2007 correspondem a despesas com pessoal (12,851M€), despesas de funcionamento (4,249M€) e orçamento operacional com estudos e projectos (5M€). Isto significa que, para suportar estas despesas além dos 20,818 M€ provenientes das contribuições dos 24 Estados-membros, é necessário adicionar as deduções às remunerações dos funcionários (1,032M€) e juros financeiros de (0,25 M€).²⁷³ O número de funcionários da EDA em 2007 é de 98, sendo 69 colaboradores temporários, 25 peritos nacionais assistentes e 4 funcionários da UE.

Portugal não tem qualquer representante colocado na EDA. Dos portugueses que trabalham na EDA salienta-se a Chefe²⁷⁴ da área de *Guidance, Energy and Materials* (GEM) da Directoria de I&D.

Além das reuniões do Conselho Director ao nível de Ministro da Defesa ou sub-ministeriais, a participação de Portugal na EDA tem-se limitado a dar contribuições e pareceres sobre questionários e outros documentos directores das actividades da Agência.

Uma das actividades, no âmbito da Directoria de I&T da EDA, em que Portugal acabou de participar, é a resposta ao questionário IST - *Indicators and Strategic Targets*, cujo objectivo é dotar a EDA de informação que lhe permita fixar metas para o investimento em I&D defesa. Os resultados recolhidos dos 24 EMP, até esta data, permitiram à EDA as seguintes conclusões: Despesa em Defesa Total (DDT) - 193 B€, Investimento em Capacidades Futuras (*procurement* em I&D e equipamento) - 19% da DDT; I&D (incluindo I&T) - 4,7% da DDT; Investimento “puro” em I&T - 1,2% da DDT; Investimento resultante de Cooperação com 12,4% do Investimento em I&T e de 17,6% do *procurement* em equipamento; Pessoal em mais de 50% da DDT; e o *Deployment* (em média, foram projectadas 73000 tropas europeias em 2005) a representar menos de 4% do DDT (nos EUA é cerca de 16%)²⁷⁵.

Portugal está actualmente na fase de negociações finais com outros países, para a atribuição de tarefas para o programa da “Force Protection”, no âmbito do “JIP- *Joint Investment Program*”. Esta actividade pretende incrementar o esforço de I&D de categoria A. Portugal entra neste programa com mais 18 países, dos quais se exclui o Reino Unido, por já ter trabalhos e investimentos substanciais neste domínio.

²⁷³ O orçamento de 2007 foi adoptado no Conselho de Ministros da Defesa realizado a 13 de Novembro 2006.

²⁷⁴ Dra. Octávia Frota.

²⁷⁵ Dados disponibilizados no site da EDA : <http://www.eda.europa.eu/facts/EU%20-%20USA%20Defence%20Expenditure%202005.htm> (acedido em 30-12-06)



A reunião do Conselho Director da EDA ao nível de Ministros de Defesa, que se realizou no dia 13 de Novembro de 2006, aprovou o lançamento do JIP para a ‘*Force Protection*’. Este programa terá um Comité de Gestão com um representante de cada EMc²⁷⁶ e, durante três anos (2007-2009), será gerido pela EDA com um orçamento de 54,23 M€

Este programa cobre 18 itens de I&T específicos, agrupados em cinco áreas de capacidades: *Sobrevivência colectiva* (unidades, plataformas e infra-estruturas) através do reforço do desempenho na detecção, identificação e resposta; *Protecção individual*; *Análise de dados* incluindo a fusão de dados a partir de várias fontes; *Sistemas de comunicações tácticas*, seguras e móveis, para aplicação em ambiente urbano e *Treino e Planeamento de missões* num ambiente assimétrico.

Serão lançados pedidos para apresentação de propostas em tópicos de I&T seleccionados, que, após avaliação por peritos, serão seleccionados por consenso. Caso contrário os votos serão pesados, tendo em conta o valor da participação de cada EMc. A decisão será aceite se os votos a favor representarem pelo menos 2/3 dos votos e pelo menos metade dos EMc.

Neste tipo de programas haverá partilha de resultados (direitos de propriedade, de acesso e de utilização) e de trabalho (princípio do equilíbrio global no retorno industrial e abandono do *juste retour*). Os países que contribuírem para o orçamento da EDA com um valor superior a 1% (o caso de Portugal), terão direito a retorno industrial sob a forma de atribuição de “workshare”, se mantiverem no programa a mesma percentagem de financiamento. Como Portugal vai participar com 1,314% dos 54,23 milhões de Euros, terá retorno industrial.

Pode assim concluir-se que a participação de Portugal neste primeiro Programa de Investimento Conjunto da EDA, em I&T Defesa e na área crítica da Protecção de Forças, está contribuir para a implementação e fortalecimento da PESD.

Um outro estudo que vai decorrer sob os auspícios da EDA entre 2007 e 2009, projectado para ser um programa de categoria B, é o ESSOR - *European Secured Software Defined Radio Referencial*, com um orçamento de 100M€ e envolvendo a Finlândia, a França, a Itália, a Espanha e a Suécia. Este ambicioso estudo tem em vista reforçar a interoperabilidade (na Europa e nos EUA) dos projectos de SDR (*Software Defined Radio*)

²⁷⁶ São 19 os países participantes: Áustria, Bélgica, Chipre, República Checa, Estónia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Itália, Holanda, Polónia, Portugal, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Suécia e Noruega.



nacionais de curto prazo e promover uma verdadeira capacidade tecnológica e industrial europeia de importância estratégica. Isto permite dar à indústria europeia a capacidade de desenvolver um SDR interoperável no período de 2010-2015.

Consentânea com esta acção, a Comissão Europeia vai lançar um projecto designado por WINTSEC - *Wireless Interoperability for Security*, no valor de 3,7 M€ e com propósitos de aplicação na segurança civil. Também a EDA vai lançar um estudo para complementar o WINTSEC, no valor de 1,75 M€, reforçando uma aproximação europeia colectiva para o desenvolvimento da próxima geração de SDR interoperáveis.

Esta abordagem europeia envolvendo a Comissão, a EDA e o esforço cooperativo de cinco nações faz novamente levantar a questão sobre as diversas frentes em que a I&T europeia se processa. Cinco países europeus decidiram disponibilizar 100M€ para desenvolverem um estudo e, em paralelo e praticamente em simultâneo, a EDA e a Comissão Europeia, provavelmente pressionadas por empresas de alguns países não participantes, lançam dois projectos, um de 1,75M€ e outro de 3,7 M€ respectivamente. A Comissão esclareceu tratar-se de um projecto de um SDR de aplicação em segurança civil.

Estes três esforços em I&D, desproporcionados em custos e em objectivos, são no mínimo muito questionáveis quanto à tão desejada concentração dos esforços em I&T que a Europa deve fazer para reduzir o diferencial que a separa dos Estados Unidos. Os últimos dados fornecidos pela EDA, para os gastos em I&T em 2005, apontam para a UE 2,2 B€ e para os EUA 13,4 B€, isto é seis vezes mais.

O interesse da participação nacional nestes programas de investimento conjunto (JIP), está relacionado com a forma de retorno dos investimentos feitos pelo MDN/DGAED. Este retorno pode ser obtido de duas formas: pelos governos através do acesso directo ao uso dos resultados do programa para fins de defesa e pelos industriais participantes em representação dos países que ficam detentores da informação gerada no programa. Do ponto de vista do “*workshare*”, e como já dissemos, depende da participação do EM ser superior ou não a 1%.

No âmbito das actividades da EDA, e em relação à participação de Portugal, o que ainda falta definir é o elenco das CAPTECHs, na vertente operacional, em que o País quer participar e dentro dos *Integrated Develop Teams* (IDT), quais os *Project Teams* em que o país vai estar envolvido. Actualmente, Portugal só está a participar na CAPTEC de Simulação.²⁷⁷

²⁷⁷ Participação do Sr. TenGen Bispo.



A presença dos vários departamentos de I&D nacionais, (incluindo os laboratórios de engenharia dos três Ramos das Forças Armadas e as empresas industriais), em programas internacionais de I&DT no âmbito da Defesa, em particular nos desenvolvidos com o apoio da EDA²⁷⁸, irá facilitar o estudo e desenvolvimento de novos sistemas de armas e dinamizará a criação no país de uma rede de especialistas em assuntos científicos relacionados com a defesa.

Outra importante vantagem é facilitar a transferência para Portugal de tecnologias que estimulem o desenvolvimento de produtos de duplo-uso, além de criar condições que possibilitem uma mais efectiva recuperação do capital investido na aquisição de capacidades de defesa. Tal é conseguido pela participação desde o início no projecto, pelo desenvolvimento destas capacidades, e pela consequente venda dos produtos finais.

Uma actuação portuguesa neste sentido estará totalmente em sintonia com os objectivos expressos pela responsável pela Área de GEM²⁷⁹ da Directoria de I&T da EDA, ao sublinhar que *“uma das tarefas da EDA consiste em descobrir quais e onde estão os centros europeus de excelência em matéria de R&T, e ao reconhecer que a falta de “confiança mútua e transparência” entre os Estados membros constitui “o grande problema que tem impedido essa área de se desenvolver melhor e mais rapidamente”*. Esta responsável da EDA avançou ainda com algumas das linhas de acção desta Agência para corrigir essa situação, nomeadamente *“sermos nós a fazer a monitorização dos programas em curso nos diferentes países da UE e a fomentar as sinergias entre as instituições que financiam os projectos de I&T”*.

Na conferência *“Agência Europeia de Defesa – Um desafio para Portugal”* organizada pela DGAED em Junho de 2006, abordaram-se as oportunidades que poderão daí resultar para Portugal. O Sr. Ministro da Defesa enfatizou o papel que deve ter a rede nacional de Centros de Investigação Científica e os Centros de Inovação e Tecnologia das várias Universidades e das Forças Armadas na capitalização dos recursos que o país está afectar aos ambiciosos programas que a EDA está a desenvolver. Referiu ainda que, em relação à indústria nacional, *“é um erro reduzir o impacto das actividades da Agência Europeia de Defesa apenas à área das indústrias de defesa e não considerar que abrange, beneficia toda a indústria em geral”*.

²⁷⁸ Um dos programas da EDA aprovados na reunião do seu Conselho Director, ao nível de Ministros de Defesa, realizada no dia 13 de Novembro 2006, foi o “JIP- Joint Investment Program” de I&D na área da “Force Protection”. Portugal participa neste programa.

²⁷⁹ Dr.ª Octávia Frota.



LISTA DE ANEXOS

Anexo A - UE (Headline Goal 2010) / Force Catalog 06 - Contribuição de Portugal

Anexo B - Programa de Trabalho da EDA para 2007

Anexo C – Quadro Orgânico da EDA

Anexo D - Características da futura Base Industrial e Tecnológica de Defesa da UE

Anexo E - Estrutura Matricial de Funcionamento da EDA

Anexo F - Integrated Development Team (IDT) e Project Team (PT)

Anexo G - Project Teams - Lista de Prioridades (Portuguesa)

Anexo H - A OCCAR e a LoI

Anexo I - O COREPER e os Grupos POLARM e COARM

Anexo J - Fusão de empresas do sector de defesa dos Estados Unidos e da Europa

Anexo K - Despesas com a Defesa na Europa e nos EUA em 2005

Anexo L - VII Programa Quadro da UE

Anexo M – CAPTECHs

Anexo N - Empresas do grupo EMPORDEF

Anexo O - Estratégia de Lisboa

Anexo P – A LPM, os Processos de Aquisição e as Contrapartidas.



ANEXO A

União Europeia (Headline Goal 2010) / Force Catalogue 06

Contribuição de Portugal

Ramo	Meio	Prontidão		Observações
		Grau	Dias	
FAP	6 x A/C Air Defense	V2	5	
	6 x A/C Attack (All weather PGM Capable)	H5	30	
	12 x A/C Attack (All weather PGM Capable)	L9	180	a)
	1 x A/C Intra Theatre Airlift	V3	10	
	1 x A/C MPA	V3	10	
	1 x A/C MPA	V4	20	
	1 x A/C MPA	L9	180	a)
	0.3 x BBK Active Close Ground Defence Module	V3	10	
	1 x EOD/IEDD Unit	V3	10	
Exército	1 x Arty Unit (Airmobile)	M8	90	
	1 x CBRN Decon Unit	L9	180	a)
	1 x CIMIC Group	L9	180	a) (Unidade Conjunta)
	3 x Tactical CIMIC Elements	L9	180	a)
	1 x CIS Unit	M8	90	
	1 x CIS Unit	L9	180	a)
	1x Combt Engr Unit	M8	90	
	1 x General Supply Unit	M8	90	
	1 x General Support Engr Unit	M7	60	
	1 x HQ Bde (Inf)	M8	90	
	1 x HQ Bde (Inf)	L9	180	a)
	1 x Lt Inf Unit	V4	20	
	1 x Lt Inf Unit	M8	90	
	2 x Lt Inf Unit	L9	180	a)
	1 x Medical Treatment Facility (Role 2 Light Maneuve	M8	90	
	1 x Medium Transport Unit	L9	180	a)
	3 x Military Observation Team	V4	20	
	1 x MP Unit	L9	180	a)
	1 x Recce Unit	M8	90	
	1 x Recce Unit (LRRP)	V4	20	
	1 x Recce Unit (LRRP)	L9	180	a)
	1 x SOCC	V3	10	(Unidade Conjunta)
	1 x SOF Unit	V3	10	(Unidade Conjunta)
Marinha	1 x Ship AOR	H5	30	
	1 x Ship ASUW (Light)	H5	30	
	1 x Ship ASW	V2	5	
	1 x Ship Patrol Boat	H5	30	
	0.3 x Amph Unit	V4	20	

a) Os meios em prontidão L (180 dias) destinam-se a garantir a *Sustainability* do meio

Fonte: Informação disponibilizada na DIPLAEM



ANEXO B

Programa de Trabalho da EDA para 2007

1. Tópicos Estratégicos

• Em cada uma das áreas de responsabilidade da Agência haverá um ponto de maior ênfase em 2007:

- Estabelecer um **Plano de Desenvolvimento de Capacidades da PESD**, baseado no processo *Headline Goal 2010* e na LTV, envolvendo uma análise mais precisa das necessidades de capacidades e do planeamento a médio-longo prazo;
- Desenvolver uma **Estratégia de I&T de Defesa Europeia**, que inclua os Objectivos (especificamente, uma lista de tecnologias chave para capacidades militares futuras e as capacidades industriais europeias) e os Meios (ex: eficiência da colaboração em I&T, mecanismos de observação da I&T, etc).
- Trabalhar de encontro a uma **Estratégia Europeia DTIB**, tendo como alvo a elaboração de características e conteúdo (começando pelas tecnologias chave) do EDTIB desejado para o futuro e o planeamento e modo de o alcançar;
- Identificar oportunidades práticas para colaboração, explorando o “**processo de armamento cooperativo**”, elaborado de modo a harmonizar simultaneamente necessidades e fornecimento e iniciando-se nas áreas do Soldado do Séc. XXI e do AFV.

• Contudo, além destes principais enfoques, existe uma ampla agenda de trabalho que é, na sua maior parte, uma continuação das actividades já iniciadas na Agência.

• Tanto os pontos de maior enfoque como as áreas de esforço contínuo estão em linha de conta com as prioridades para 3 anos acordadas pelo *Steering Board* em 3 de Outubro de 2006.

2. Outros Projectos e Iniciativas a serem desenvolvidas pelo Processo de Desenvolvimento de Capacidades da EDA

• C3

- Implementar o papel de coordenação da EDA no SDR, incluindo estudos de exploração, no contexto mais alargado de trabalho no NEC, (ex: estabelecendo um



mapa para lá de 2010 no “Conceito UE NEC”, juntamente com outros participantes da UE) e apoiar o trabalho do IER (Information Exchange Requirements);

- Continuar os esforços nas SATCOM para uma maior coordenação da cooperação a curto-prazo, e iniciar trabalho que inclua pessoal de apoio comum para as necessidades de longo-prazo.

- **Inteligência:** continuar a tarefa de Equilíbrio (Balance) da variedade de sistemas ISR (Intelligence-Surveillance-Reconnaissance) e da sua interoperabilidade. Implementar o projecto TIES (Tactical Imagery Exploitation Station) e desenvolver o projecto UIAT (Universal Intelligence Analysis Tool).

- **Transporte Estratégico:** explorar necessidades de capacidades a longo-prazo e avaliar e requisitos de Mobilidade entre Teatros; desenvolver e avaliar soluções.

- **CBRN:** seguir esforços de Detecção e Identificação, com ênfase na Bio-Defesa, CBRN/EOD/IEDD, protecção colectiva e individual.

- **Vigilância Marítima:** continuar o trabalho nas três principais áreas identificadas (Redes, UAV's Táticos, Identificação de pequenos alvos), em conjunção com a Agência da UE FRONTEX.

- **UAVs:** apoiar os EMp nos seus esforços para colaborar em programas UAV emergentes e em assuntos relacionados com as tecnologias e sistemas associados.

3. Outros Projectos e Iniciativas

- **Implementar o Programa de Investimento Conjunto (JIP) sobre a Force Protection** e promover outros programas de investimento conjunto em I&T de Defesa, demonstrando inspiração na LTV.

- Continuar o trabalho na Directoria do desenvolvimento de **Iniciativas I&T** (projectos – tanto *ad hoc* como baseados na EDA – e estudos) através de redes CAPTECHs, em apoio das agendas dos EMp, dos projectos principais da EDA e dos IDT.

- Transformar as **lições aprendidas na Cooperação** em aquisição de boas práticas.



- Continuar os esforços actuais na racionalização do **DTEB**, com particular enfoque na coordenação de novos investimentos.
- Avançar com a agenda de padronização da EDA.
- Desenvolver o **EDEM** em particular, melhorando o funcionamento das metodologias do *procurement* de defesa. O enfoque será na monitorização, cobertura e melhoria do Código de Conduta e do Código de Melhores Práticas na Cadeia de Fornecimento, e o desenvolvimento da **EBB step 2**.
- Continuar o trabalho de modo a identificar caminhos possíveis para o potencial desenvolvimento de um **Electronic Market Place**.
- Manter o trabalho em **Segurança de Fornecimento**, dentro e além do Framework Arrangement for SoS, incluindo enfoque em desafios de longo-prazo e fora do tempo de Crises.
- Estudo da Comissão Europeia sobre os efeitos dos **offsets** e continuar o trabalho em questões de offset.
- Estudar a mais ampla aplicabilidade dos acordos sobre a **Segurança de Informação**.
- Manter o trabalho sobre a possível reestruturação do **DTIB Naval**.

4. Actividades de Suporte

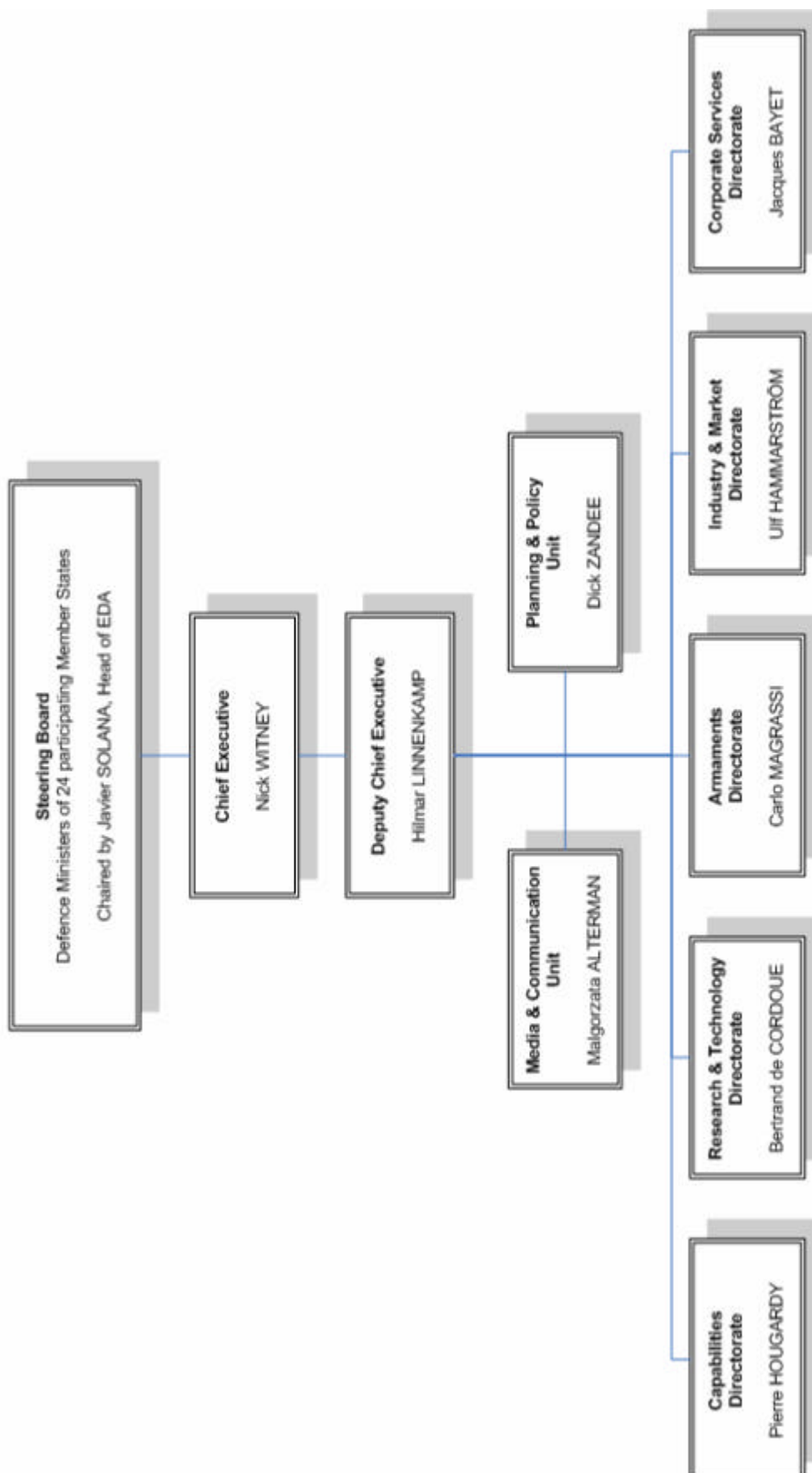
- Continuar trabalho estatístico e analítico relacionado com **Índices e Alvos Estratégicos** em apoio às prioridades da EDA.
- Desenvolver o **Plano de Gestão de Negócios da Agência**.
- Preparar o relatório do Presidente da Agência na **implementação da Acção Conjunta**.
- Continuar o trabalho, de acordo com o articulado da Acção Conjunta que criou a EDA, para desenvolver coordenação e reforço mútuo com **accionistas** incluindo a OTAN, OCCAR e a *LoI Framework group*.

Fonte: Tradução livre do autor a partir de documento da EDA disponível na Internet em:
<<http://www.eda.europa.eu/reference/ewp/061113%20-%20EDA%20-%20Work%20Programme%202007.pdf>> (Acedido em 18 Fevereiro 2007)



ANEXO C
QUADRO ORGÂNICO DA EDA

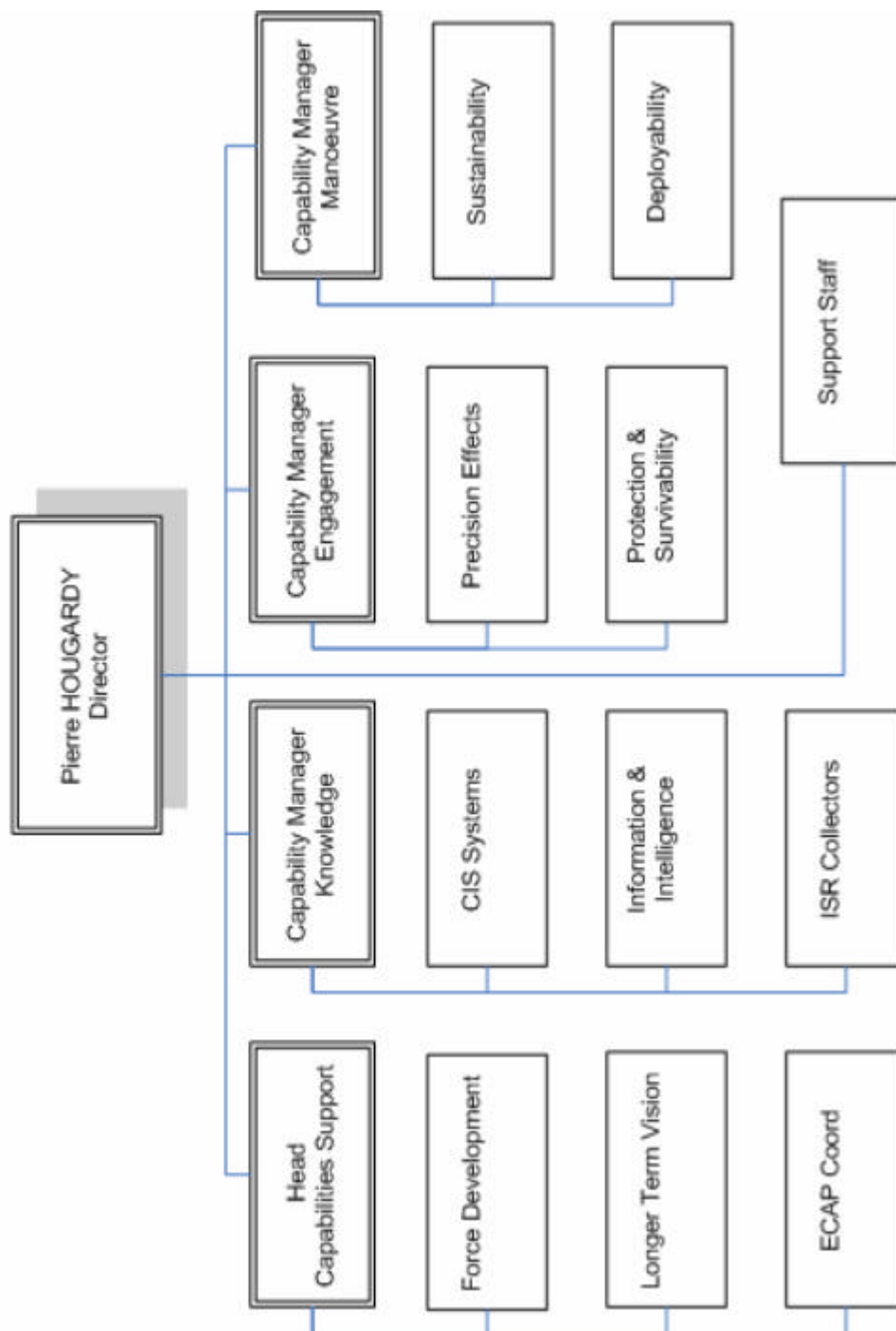
European Defence Agency

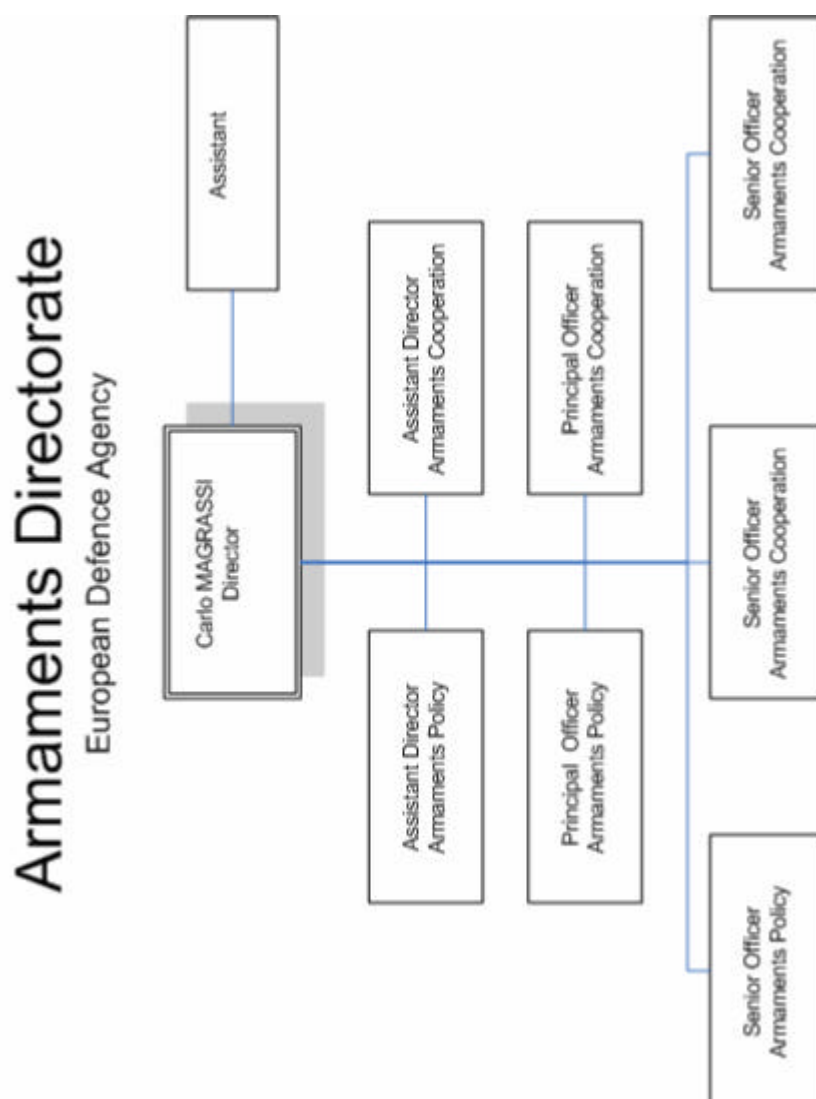


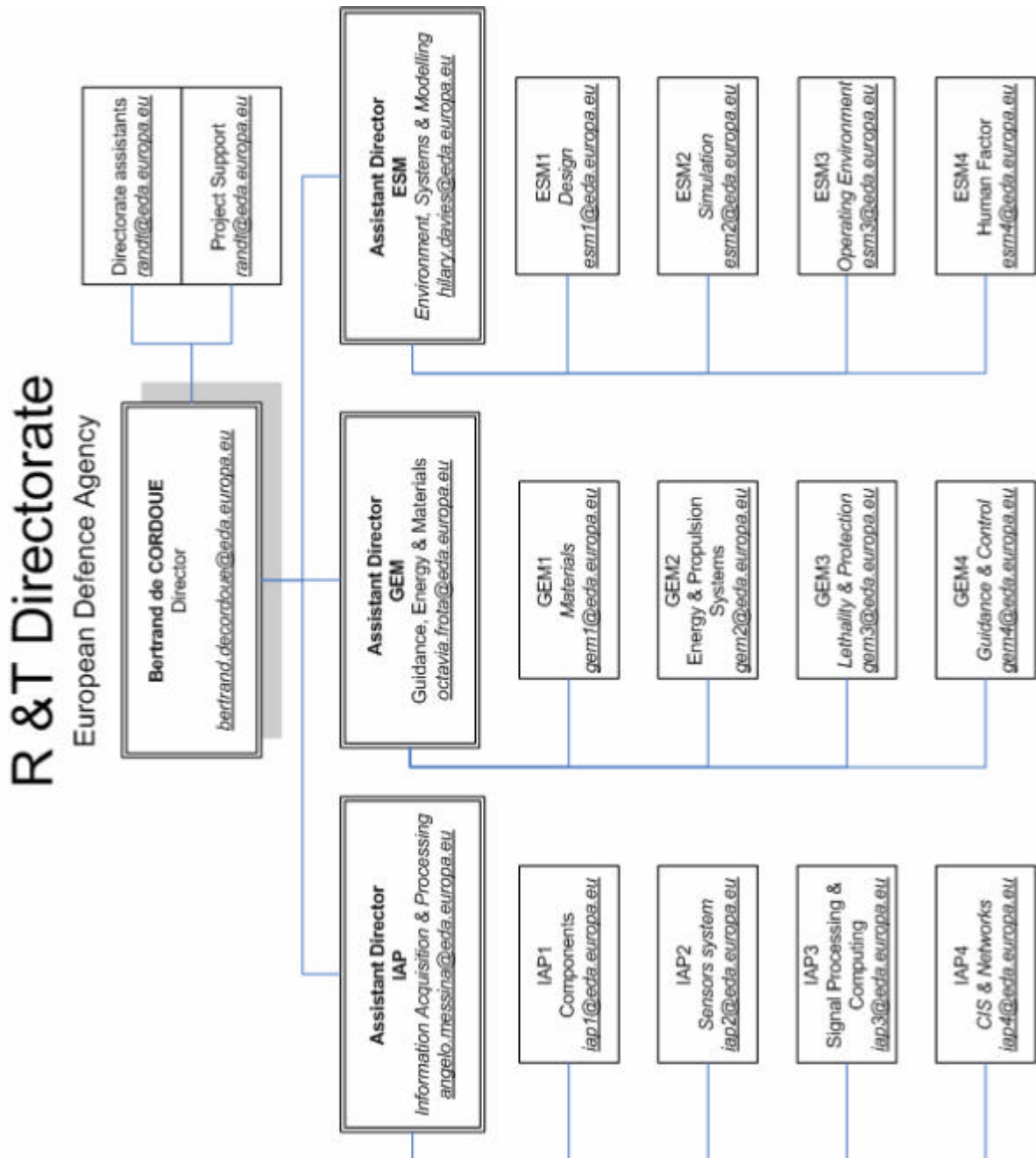


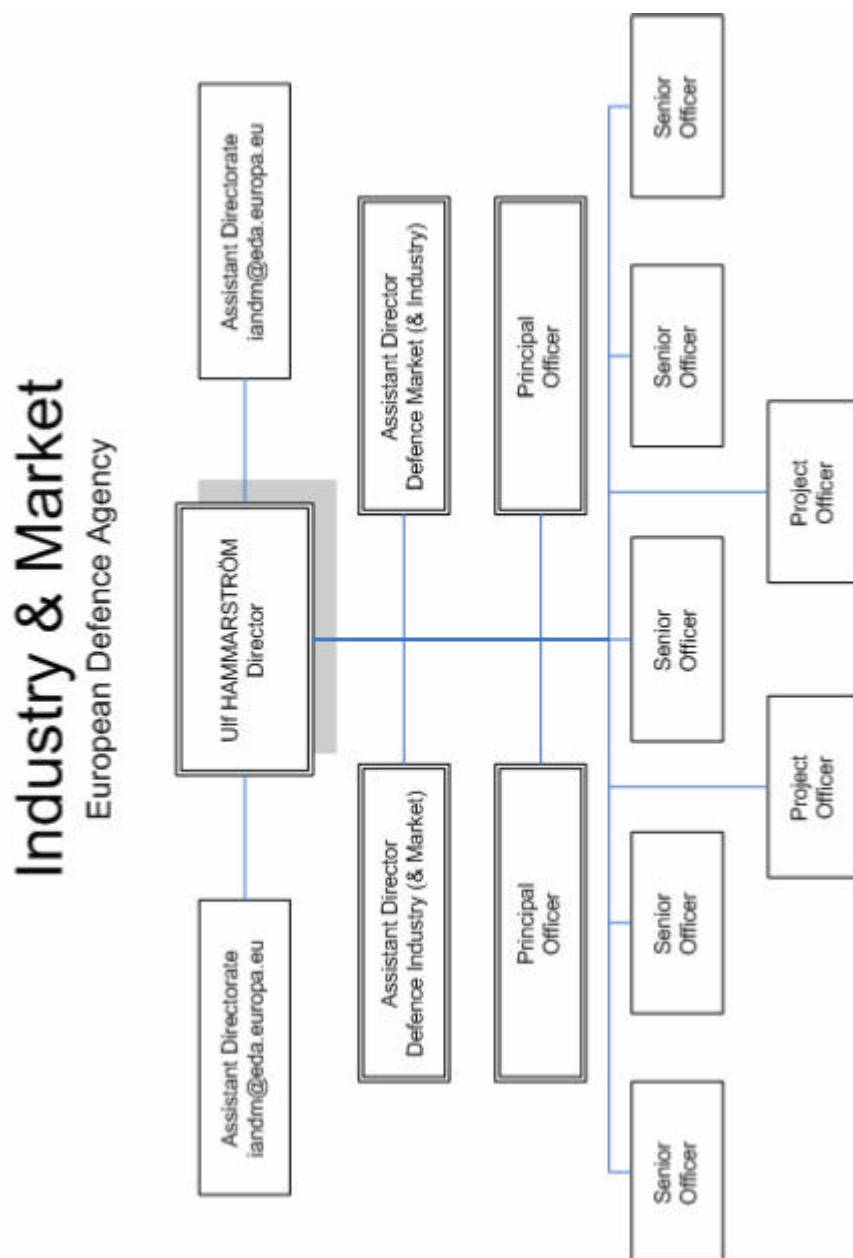
Capabilities Directorate

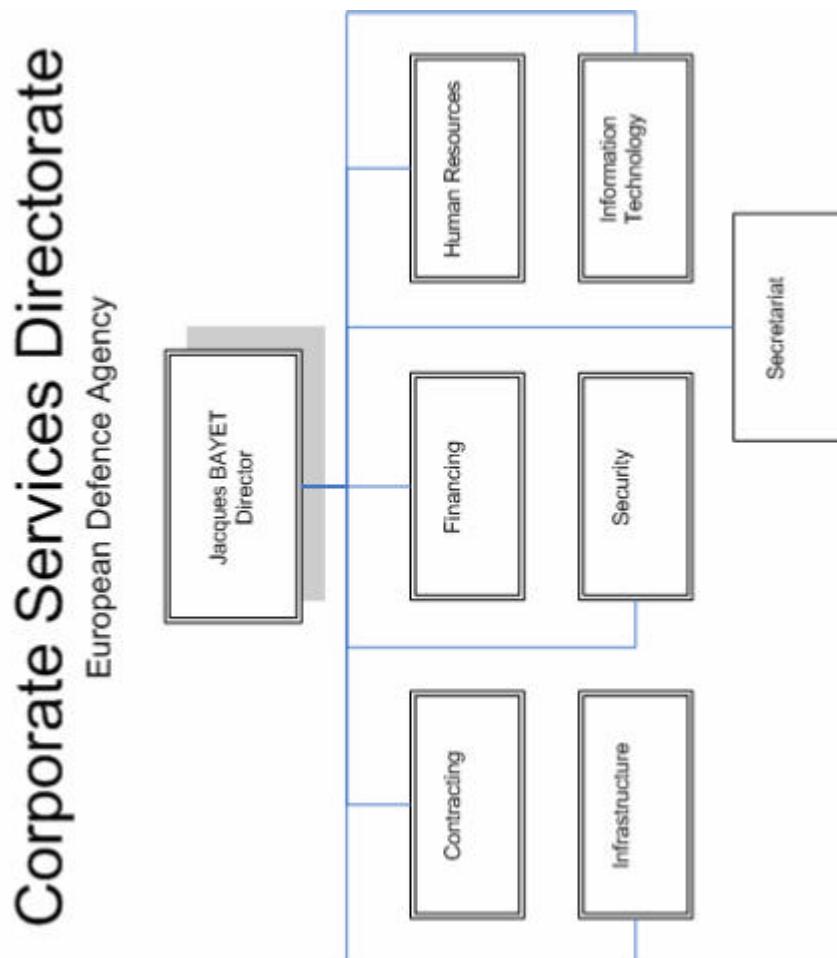
European Defence Agency













ANEXO D

Características de uma futura e forte Base Industrial e Tecnológica de Defesa Europeia (EDTIB)

Acordado pelo Comité Director da Agência de Defesa Europeia

20 de Setembro de 2006

As características abaixo descritas reconhecem a necessidade básica de uma EDTIB que suporte consistentemente as necessidades das Forças Armadas Europeias, mesmo em tempo de conflito, e que apoie a soberania e autonomia da UE. Também têm em conta a necessidade fundamental de harmonização do lado da procura em todos os Estados-membros da EDA, de modo a facilitar a consolidação e reestruturação do lado da oferta.

1. Dirigida às capacidades

A EDTIB deve dar resposta às necessidades de defesa dos Estados-membros participantes e da UE, devendo por isso ser capaz de:

- Disponibilizar e sustentar as principais capacidades militares;
- Fornecer soluções complexas com sistema de sistemas;
- Sustentar e actualizar plataformas para além do longo-prazo;
- Sustentar os necessários níveis de soberania operacional nacional e Europeia.

2. Competência

A EDTIB deve ser capaz de disponibilizar, atempadamente, tecnologia de ponta, através da:

- Promoção da inovação a partir de outras fontes, incluindo as universidades;
- Desenvolvimento e sustentação de tecnologias de ponta (com enfoque particular em tecnologias disruptivas);
- Aceleração em novos campos com novas tecnologias.



3. Competitiva

Em termos económicos a EDTIB deve:

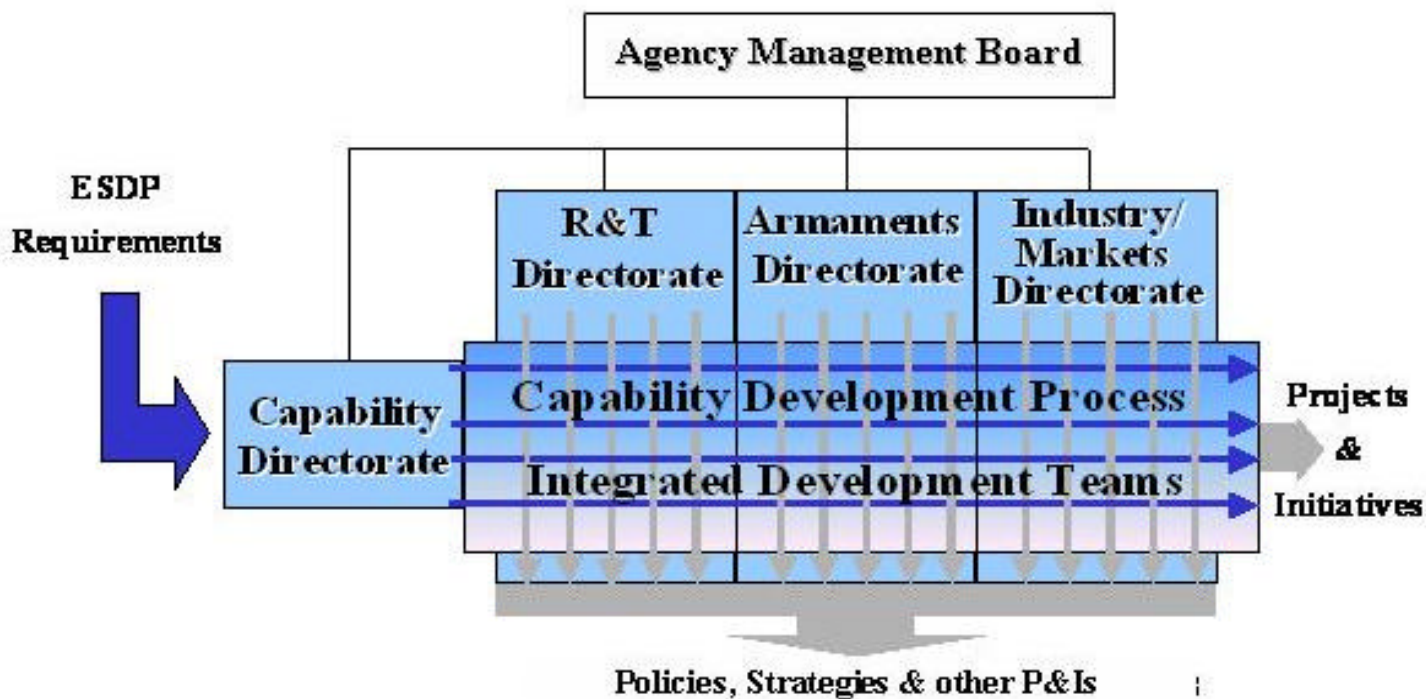
- Promover a eficiência de custos;
- Permitir exportações globais;
- Atrair a cooperação com parceiros não-europeus;
- Contribuir para o crescimento económico global, pelo menos entre as PMEs.

De modo a desenvolver e suportar uma EDTIB com tais características, a Europa deve trabalhar em direcção a:

- Uma maior consolidação, partilha de trabalho e interdependência numa base Europeia alargada, suportada na Segurança dos Fornecimentos e em procedimentos drasticamente simplificados nas Transferências Intracomunitárias;
- Um maior enfoque em Centros de Excelência (como um processo desenvolvido em termos industriais), com uma aceitável distribuição regional;
- Uma maior integração em direcção a uma base industrial Europeia mais alargada (com soluções comerciais, i.e. de duplo uso , a tornarem-se progressivamente os elementos condutores)
- Uma menor dependência de fontes não Europeias para tecnologias de defesa essenciais.

ANEXO E

ESTRUTURA MATRICIAL DE FUNCIONAMENTO DA EDA



As necessidades emanadas da PESD, em particular as relacionadas com capacidades em falta ou deficitárias, são endereçadas à Directoria de Capacidades que, articulando matricialmente com as outras Directorias da Agência, gera um processo de desenvolvimento apoiado em Equipas de Projecto (PT) e em Equipas de Desenvolvimento Integradas (IDT). Os resultados gerados neste eixo horizontal de Desenvolvimento de Capacidades são Projectos e Iniciativas. Do funcionamento vertical da Agência emergem as Políticas, as Estratégias e outras Iniciativas necessárias ao seu desenvolvimento e, consequentemente, da PESD.



ANEXO F

Integrated Development Team (IDT) e Project Team (PT)

Inicialmente foram criados seis IDTs, com o objectivo de cobrirem toda a gama de capacidades necessárias às operações que a UE se comprometeu realizar. Os seis IDTs são:

Comando – A autoridade para a direcção, coordenação e controlo das forças militares da UE. O IDT pode, por exemplo, considerar como áreas de trabalho a monitorização de situações, a análise e planificação, o comando e condução de operações, o transporte de comunicações, plataformas e serviços e a segurança das comunicações.

Informação – A aquisição, colagem ou fusão, processamento, administração e distribuição de informação aos *decision-makers* dentro do comando. O IDT pode ter como áreas de trabalho a obtenção e processamento de informação, alerta avançado, exploração e disseminação de informações, e ainda a aquisição e posicionamento de alvos.

Envolvimento – A actividade de preparar forças para o emprego e a dispensa de funções primárias ao conduzir acções militares. O IDT pode englobar áreas de trabalho como operações de efeito da precisão, projecção de poder, operações de ataque profundo, envolvimento próximo, operações especiais, CSAR e ainda operações aéreas e marítimas.

Protecção – Qualquer medida ou combinação de medidas utilizadas na redução do risco de lesão de forças amigas (pessoal) ou de dano nos seus recursos. Elas permitem a preservação do poder e recursos militares, especialmente no decorrer das operações. O IDT pode englobar áreas de acção como protecção da força, Química, Biológica, Radiológica e Nuclear (CBRN), vigilância marítima, mobilização terrestre e contra-mobilização.

Organização – Acções e recursos com vista à projecção e recuperação, em tempo útil, de uma força que é apropriadamente *configurada* para a operação em causa. O IDT pode considerar como áreas de trabalho o transporte estratégico, infra-estruturas de transporte e mobilização, evacuação médica e mobilidade táctica.

Sustentabilidade – A aptidão para manter a força no necessário nível de capacidade operacional, de modo a atingir os seus objectivos. O IDT considera como áreas de trabalho a manutenção dos fornecimentos, reparação e recuperação, apoio médico e logística.



Tabela dos 6 IDTs e dos 24 PTs relacionados.

IDTs	Project Team
Command	Software Design Radio (SDR)
	Information Exchanges Requirements (IER)
	Communications and Information Systems (CIS)
	Security and Crypto
	SatCom
Inform	Operational Intelligence
	Unmanned Aerial Vehicle (UAV)
	Intelligence Surveillance Target Acquisition and Reconnaissance (ISTAR)
Deploy	Strategic Lift Short Term Solution
	Strategic Lift Medium/Long Term Solution
	In Theatre mobility (Heavy Helicopters)
	Deployable APOD
Engage	CSAR Equipment
	CSAR Training
	CSAR Doctrine
	21 st Century Warrior
	AFV's (Armoured Fighting Vehicles)
Protect	Tactical Ballistic Missile Defence (TBMD)
	Maritime Surveillance
	CBRN EOD (Explosives Ordnance Disposal)
	CBRN DIM (Detection Identification Monitoring)
Sustain	Air to Air Refuelling (AAR)
	Medical
	Consignment Tracking

Fonte: Informação disponibilizada na DIPLAEM



ANEXO G

Project Teams - Lista de Prioridades (Portuguesa)

<i>Prioridade</i>	<i>Project Team</i>
1 ^a	<i>Strategic Lift Short Term Solution</i>
2 ^a	<i>Strategic Lift Medium/Long Term Solution</i>
3 ^a	<i>Maritime Surveillance</i>
4 ^a	<i>Software Design Radio (SDR)</i>
5 ^a	<i>Intelligence Surveillance Target Acquisition and Reconnaissance (ISTAR) *</i>
6 ^a	<i>Communications and Information Systems (CIS)</i>
7 ^a	<i>Operational Intelligence</i>
8 ^a	<i>Chemical Biological Radiological and Nuclear (CBRN) Explosives Ordnance Disposal (EOD)</i>
9 ^a	<i>Chemical Biological Radiological and Nuclear (CBRN) Detection Identification Monitoring (DIM)</i>
10 ^a	<i>Security and Crypto</i>
11 ^a	<i>Information Exchanges Requirements (IER)</i>
12 ^a	<i>Air to Air Refueling (AAR)</i>
13 ^a	<i>Combat Search and Rescue (CSAR) Doctrine</i>
14 ^a	<i>Combat Search and Rescue (CSAR) Training</i>
15 ^a	<i>Combat Search and Rescue (CSAR) Equipment</i>
16 ^a	<i>Medical</i>
17 ^a	<i>Tactical Ballistic Missile Defence (TBMD)</i>
18 ^a	<i>Unmanned Aerial Vehicle (UAV)</i>
19 ^a	<i>SatCom</i>
20 ^a	<i>21st Century Warrior</i>
21 ^a	<i>AFV's (Armoured Fighting Vehicles)</i>
22 ^a	<i>Consignment Tracking</i>
23 ^a	<i>In Theatre mobility (Heavy Helicopters)</i>
24 ^a	<i>Deployable APOD</i>

Fonte: Informação disponibilizada na DIPLAEM.



ANEXO H

A OCCAR e a LOI

1. A OCCAR

Outra organização com quem a Agência Europeia de Defesa deverá desenvolver relações de trabalho estreitas é com a OCCAR²⁸⁰.

Esta organização foi criada a 12 de Novembro de 1996, por um acordo administrativo dos governos de França, Alemanha, Itália e Reino Unido. A 28 de Janeiro de 2001, os Ministros dos quatro países fundadores assinaram o Tratado “*OCCAR Convention*”²⁸¹, conferindo-lhe estatuto legal, e permitindo-lhe abrir e gerir contratos e a empregar o seu próprio pessoal.

Como não é uma estrutura fechada, já permitiu que a Bélgica e a Espanha aderissem à organização, respectivamente em 2003 e 2005. A Holanda, o Luxemburgo e a Turquia estão a participar cada um num programa, mas não fazem parte da organização.

O objectivo da OCCAR é racionalizar a cooperação e a gestão de programas de armamento envolvendo os Estados – membros e utilizar de forma mais eficiente métodos de “boas práticas”. Actualmente, a OCCAR participa em 7 programas²⁸², dos quais o A-400M é o mais emblemático. Neste programa é intenção das nações participantes de adquirir um total de 180 aeronaves, assim distribuídas: Alemanha 60, França 50, Espanha 27, Turquia 10, Bélgica 7 e Luxemburgo 1.

Podemos assim considerar que, na UE, a EDA, logo que completamente operacional, ajudará a harmonizar os requisitos militares de forma mais eficiente, reforçará a eficiência dos projectos cooperativos e contribuirá para um melhor aplicação dos fundos de investigação.

Na página seguinte estão identificados os programas militares geridos actualmente pela OCCAR.

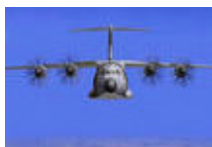
²⁸⁰ OCCAR - Organisme Conjoint pour la Coopération en matière d'Armement – Disponível em <http://www.occar-ea.org/>

²⁸¹ A “OCCAR Convention” está disponível no site: http://www.occar-ea.org/media/raw/OCCAR_Convention.pdf

²⁸² Os programas são: A400M – A Tactical and Strategic Airlifter ; BOXER – A Multi Role Armoured Vehicle; COBRA – Weapon Locating System; FREMM – Fregate Europee Multi-Missione; FSAF and munitions for the PAAMS; ROLAND – In-Service Support; TIGER – A New Generation of Helicopters.



PROGRAMAS GERIDOS PELA OCCAR



A400M – A Tactical and Strategic Airlifter

The A 400 M meets the demands of efficient, all-terrain, transport of modern military operations: in all weather, day and night, for troops, as a tanker or for equipment up to the size of helicopters.



BOXER – A Multi Role Armoured Vehicle

The BOXER is an all terrain armoured utility vehicle. The concept of a drive module and an exchangeable mission module makes it a flexible military vehicle for a large range of assignments.



COBRA – Weapon Locating System

Location of weapon systems, registration and adjustment of friendly firings, creation of battlefield data, communication with battle forces - COBRA is a singularly effective force on the battlefield, performing rapidly and accurately.



FREMM – Frigate Europee Multi-Missione

The FREMM Programme is the most ambitious and innovative European naval defence project.



FSAF and munitions for the PAAMS

The FSAF is the name for a whole family of surface-to-air anti-missile systems, meeting the demands of naval or army defence operations.



ROLAND – In-Service Support

Roland is a proven short-range optical/radar guided Surface-to-Air Missile.



TIGER – A New Generation of Helicopters

The TIGER programme is designed to handle a wide range of demanding helicopter missions.



2. A LOI

A LoI (Letter of Intent) – Carta de Intenções²⁸³, foi assinada a 6 de Julho de 1998 entre França, Alemanha, Itália, Espanha, Suécia e Reino Unido com o objectivo de obter a racionalização da Indústria de Defesa dos países signatários. Depende directamente do Ministro da Defesa de cada país, e possui um Comité Executivo que coordena a actividade de seis Grupos de Trabalho (WG's), cada um liderado por um país participante.

As áreas de envolvimento destes WG's são: *Segurança no fornecimento* - garantindo remessas recíprocas entre os estados participantes, com a simplificação, ou eliminação, dos controlos dessas transferências; *Harmonização das necessidades militares* - definindo capacidades de comum interesse e passíveis de cooperação nessa base; *Procedimentos de Exportação* - estabelecendo regras comuns para exportação para países terceiros, particularmente pela harmonização das políticas de controlo, com vista à eventual definição de um procedimento de exportação padrão; *Segurança de Informação* - harmonização das regras nacionais possibilitando assim o comércio; *I&T* - coordenação dos esforços financeiros para impedir a duplicação; e *Tratamento de Informação Técnica* - harmonização das regras de protecção desta informação, facilitando a sua transferência.

A indústria de cada um destes seis países foi autorizada, pelos respectivos governos, a ter um "focal point" em cada reunião destes WG.

Assim, a LoI é um acordo entre governos, e todos os objectivos apresentados para esta iniciativa são para os governos e não para as indústrias. Esta estratégia visa proteger os governos e os seus interesses, e indirectamente as respectivas indústrias.

²⁸³ LoI – Letter of Intent – Disponível em <http://www.sipri.org/contents/expcon/loisign.html>



ANEXO I

O COREPER E OS GRUPOS POLARM E COARM

O COREPER

O Comité dos Representantes Permanentes ou COREPER²⁸⁴ (artigo 207º do Tratado que institui a Comunidade Europeia) está encarregado de preparar os trabalhos do Conselho da União Europeia. É composto pelos embaixadores dos Estados-membros na União Europeia (Representantes Permanentes) e é presidido pelo EM que assegura a Presidência do Conselho.

O COREPER ocupa um lugar central no sistema de tomada de decisão comunitário, no âmbito do qual constitui, simultaneamente, uma instância de diálogo (entre os representantes permanentes e entre cada um deles e a respectiva capital) e de controlo político (orientação e supervisão dos trabalhos dos grupos de peritos).

É, pois, responsável pelo exame prévio dos processos que figuram na ordem de trabalhos do Conselho (propostas e projectos de actos apresentados pela Comissão). Ao seu nível, esforça-se por conseguir um acordo sobre cada processo e, quando o não consegue, pode apresentar orientações ao Conselho.

Por outro lado, a ordem de trabalhos das reuniões do Conselho é elaborada em função do adiantamento dos trabalhos do COREPER, repartindo-se em pontos A, que se destinam a ser aprovados sem debate na sequência de um acordo conseguido a nível do COREPER, e em pontos B, sujeitos a debate.

O COREPER opera através de duas formações:

- O COREPER I, composto pelos representantes permanentes adjuntos, para tratar dos processos de carácter técnico.
- O COREPER II, composto pelos embaixadores, para tratar dos assuntos com carácter político, comercial, económico ou institucional.

As competências do COREPER aplicam-se a todos os domínios de actividade do Conselho, excepto no que diz respeito às questões agrícolas para as quais o Comité Especial Agrícola (CEA) prepara os processos do Conselho «Agricultura». Quando o Conselho prevê a existência de um comité especial, como no caso da PESC com o Comité Político e de Segurança (COPS), ou do emprego com o Comité do Emprego, esses comités funcionam respeitando as prerrogativas do COREPER.

²⁸⁴ COREPER – Disponível na Internet em: http://europa.eu/scadplus/glossary/coreper_pt.htm



GRUPO POLARM

O Grupo POLARM é um grupo de trabalho do Conselho da UE para a política europeia de armamento, aberto a todos os Estados-membros, que reúne três vezes em cada presidência e é utilizado pela Comissão como tribuna para anunciar as suas intenções, ou divulgar os seus avisos, sobre as questões de armamento. É também instruído a apresentar recomendações ao Conselho, no quadro da Comunidade ou da PESC, relativamente à implementação da política europeia de armamento.

Grupo criado no seio do Conselho da UE em Julho de 1995 pelo COREPER – (*Committee of Permanent Representatives*), para quem trabalha directamente.

GRUPO COARM

O Grupo COARM²⁸⁵ - *Conventional Arms Exports Working Group* – tem como objectivo harmonizar as políticas de exportação de armamento dos Estados-membros da UE em relação a países terceiros, e promover a transparência no campo da exportação de armamento. O documento mais importante resultante deste trabalho foi o *Código de Conduta da UE para a Exportação de Armamento*²⁸⁶, adoptado pelo Conselho em 8 Junho 1998. Este Código contém um critério a ser seguido como requisito mínimo quando um Estado-membro emite licenças de exportação de armamento convencional. Em 13 de Junho de 2000, o Conselho adoptou uma Lista Comum de Equipamento Militar²⁸⁷.

²⁸⁵ COARM – Disponível na Internet em:

http://www.assemblyweu.org/en/documents/sessions_ordinaires/rpt/2002/1800.php?PHPSESSID=f3137d60

²⁸⁶ O Código de Conduta da UE de Exportação de Armamento está disponível no site:

http://ec.europa.eu/comm/external_relations/cfsp/sanctions/codeofconduct.pdf

²⁸⁷ Esta lista está disponível na Internet em:

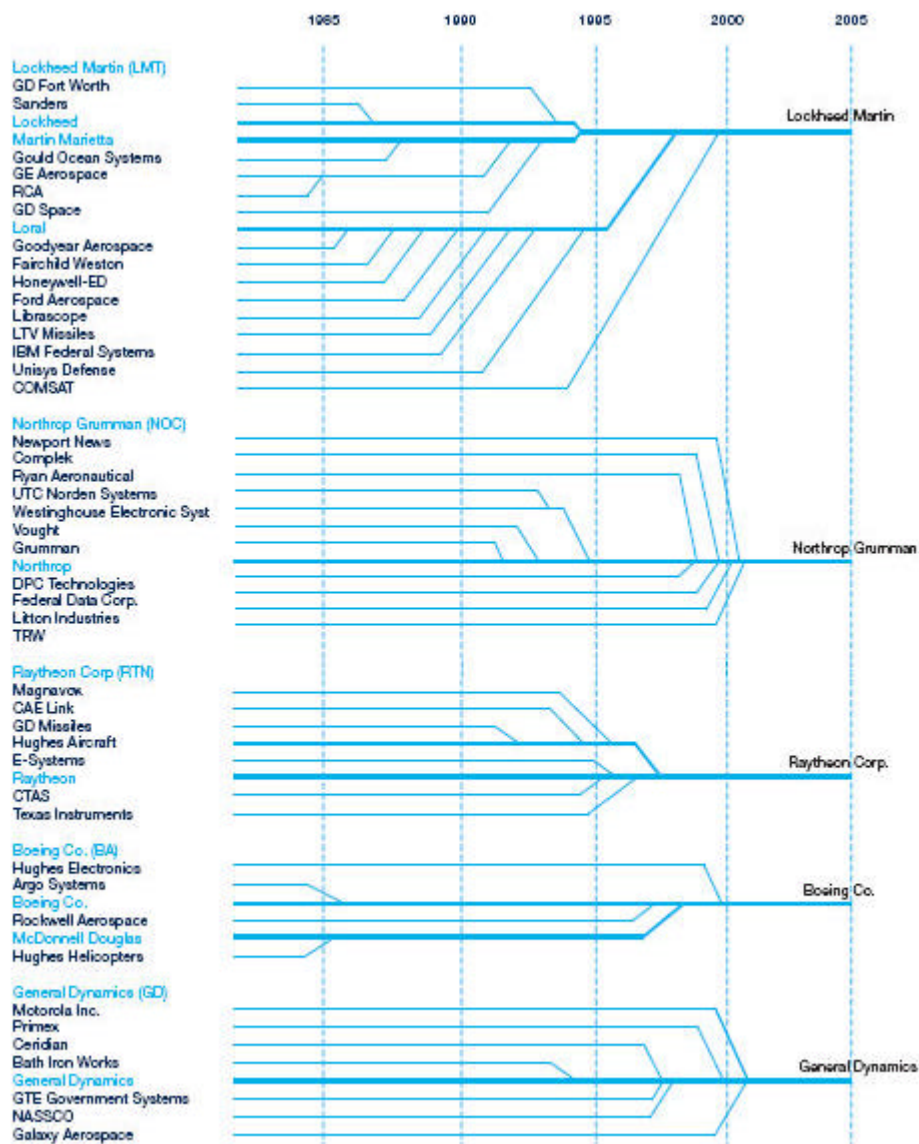
http://europa.eu.int/eur-lex/pri/en/oj/dat/2000/c_191/c_19120000708en00010019.pdf



ANEXO J

Fusão de empresas do sector de Defesa dos Estados Unidos e da Europa

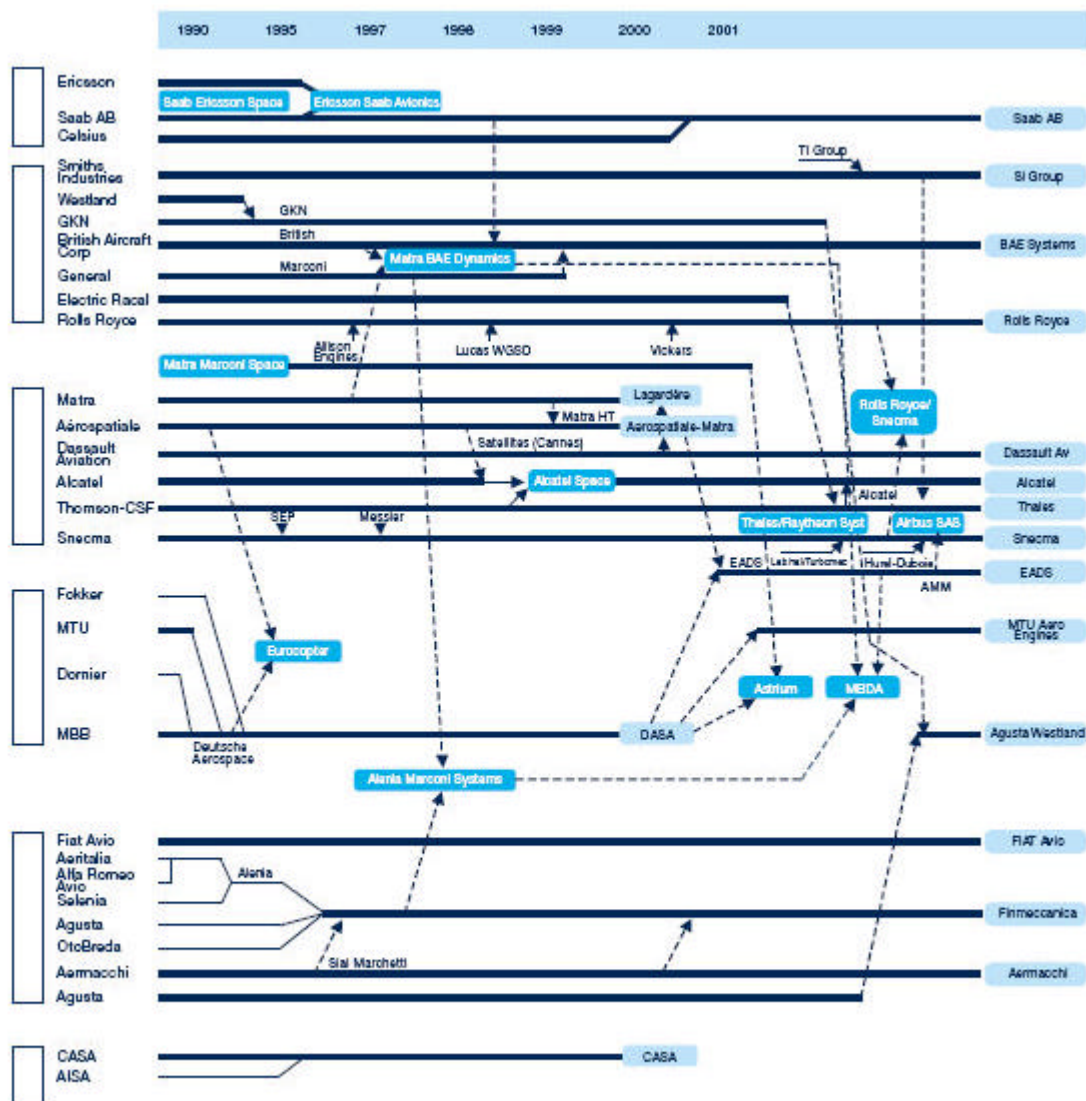
1. Nos EUA



Source: Deutsche Bank Securities Inc. estimates and company information



2. Na UE



Source: Aerospazio, National Aerospace Industry Association



ANEXO K

DESPESAS COM A DEFESA NA EUROPA E NOS EUA EM 2005

EDA, Bruxelas , 19 de Dezembro de 2006

A EDA comparou os seus dados das despesas com a defesa na Europa - disponível em 20 de Novembro de 2006 – com as despesas de defesa dos EUA em 2005. Os dados mostram que os EUA gastaram 406 Biliões de Euros em defesa no ano em questão, mais do dobro dos 193 Biliões de Euros gastos na Europa.

As despesas com a defesa na Europa representam os gastos dos 24 Estados-membros da EDA. As despesas dos EUA baseiam-se em fontes públicas, principalmente em publicações do governo americano.

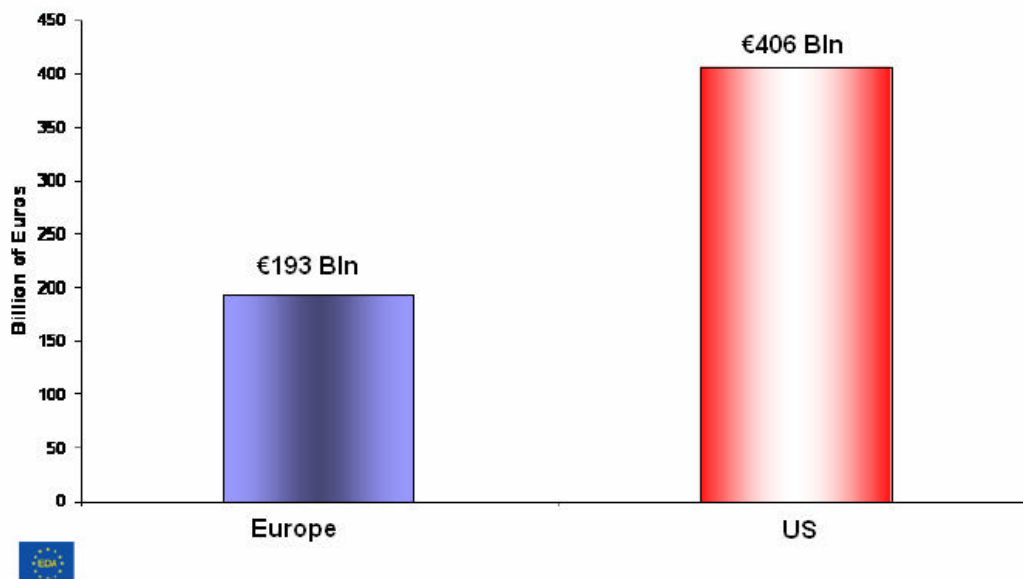
European - US Defence Expenditure - General		
	Europe*	US**
Total Defence Expenditure	€ 193 Bln	€ 406 Bln
Defence Expenditure as a % of GDP	1,81%	4,06%
Defence Expenditure Per Capita	€ 425	€ 1,363

* Europe means 24 EDA participating Member States

** Euro/Dollar exchange rate is based on average for 2005: rate of 1,2441

EUROPEAN-US DEFENCE EXPENDITURE - GENERAL

European and US Defence Expenditure: 2005





European - US Defence Expenditure - Reform		
	Europe	US
Military Personnel	1,856,354	1,371,000
Civil Personnel	464,109	740,000
Defence Spent per Soldier	€ 104,006	€ 296,134
Investment (Equipment Procurement and R&D) per Soldier	€ 19,048	€ 95,476

* **Military Personnel:** Authorised strengths of all active military personnel; includes non-MOD personnel in uniform who can operate under military command and can be deployed outside national territory.

European - US Defence Expenditure - Reform		
	Europe	US
Operations & Maintenance	€ 40,2 Bln (20,8% of Total Defence Expenditure)	€ 159,0 Bln (39% of Total Defence Expenditure)
Equipment Procurement	€ 26,4 Bln	€ 77,6 Bln
Research & Development	€ 9,0 Bln	€ 53,2 Bln
(Includes: Research & Technology)	€ 2,2 Bln	€ 13,4 Bln

R&D: Any R&D programmes up to the point where expenditure for production of equipment starts to be incurred.

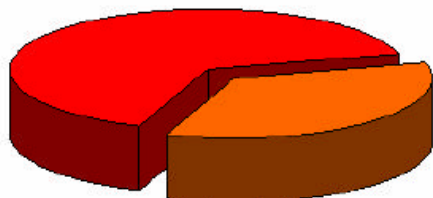
R&T: Subset of R&D – expenditure for basic research, applied research and technology demonstration for defence purposes.

US R&T: Also includes some defence spending by NASA.

EUROPEAN-US DEFENCE EXPENDITURE – REFORM

US Personnel Breakdown: 2005

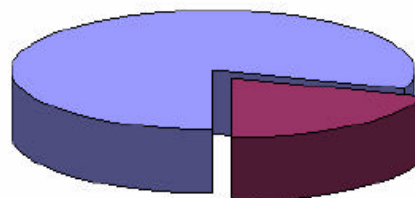
Total Military
Personnel: 65%



Total Civilian
Personnel: 35%

European Personnel Breakdown : 2005

Total Military
Personnel: 80%

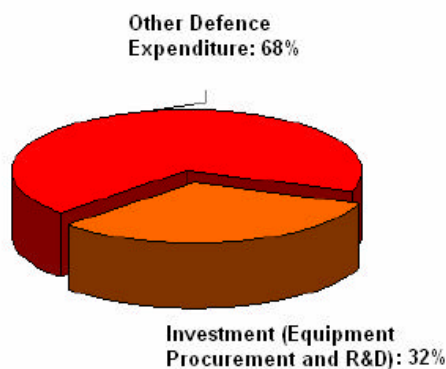


Total Civilian
Personnel: 20%

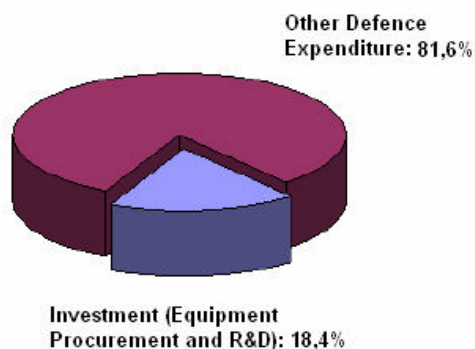


EUROPEAN-US DEFENCE EXPENDITURE – REFORM

US Investment in Equipment Procurement and R&D
as a Percentage of Defence Expenditure in 2005

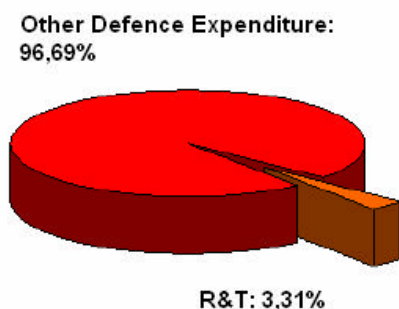


European Investment in Equipment Procurement and
R&D as a Percentage of Defence Expenditure in 2005

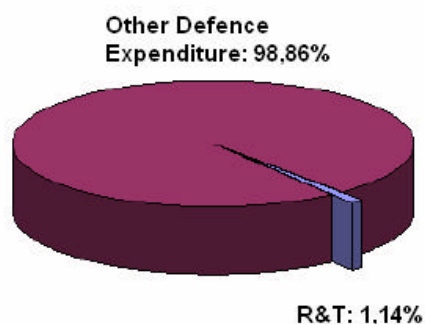


EUROPEAN-US DEFENCE EXPENDITURE – REFORM

US R&T Spend as a Percentage of
Total Defence Expenditure in 2005



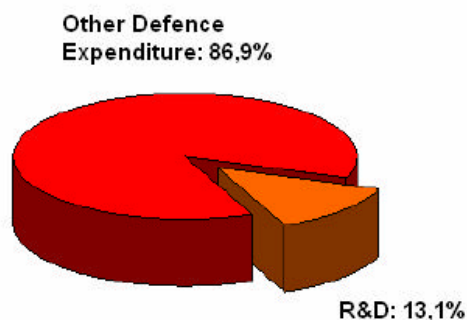
European R&T Spend as a Percentage of
Total Defence Expenditure in 2005



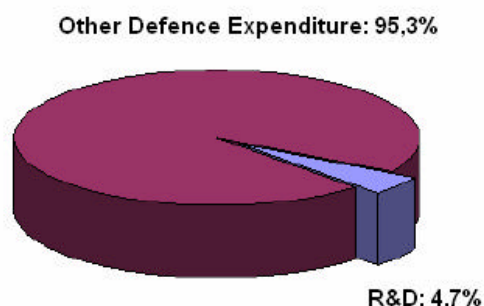


EUROPEAN-US DEFENCE EXPENDITURE – REFORM

US R&D Spend as a Percentage of
Total Defence Expenditure in 2005

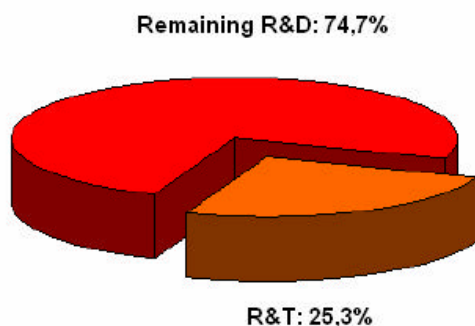


European R&D Spend as a Percentage
of Total Defence Expenditure in 2005

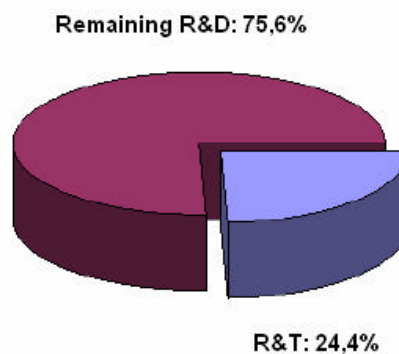


EUROPEAN-US DEFENCE EXPENDITURE – REFORM

US R&T as a Percentage of R&D in 2005



European R&T as a Percentage of R&D
in 2005





European - US Defence Expenditure - Deployability		
	Europe	US
Average number of troops deployed	73,578	227,400
Average Number of troops deployed out of total Military Personnel	4%	16%

Europe : Average number of troops deployed = Average number of troops deployed throughout the year by all 24 EDA Participating Member States (All forces).

US: Average number of troops deployed also includes military personnel deployed from other locations such as Germany and South Korea to theatres of operations.

Fonte: EDA, 19 Dezembro 2006. Dados disponíveis no site:

<http://www.eda.europa.eu/facts/EU%20%20USA%20Defence%20Expenditure%202005.htm>



ANEXO L

VII Programa Quadro da UE

Em simultâneo com estas acções de reestruturação, integração e racionalização das actividades de I&T de defesa, a Comissão Europeia prepara-se para lançar no próximo (VII) Programa Quadro (2007-2013), um programa específico de investigação designado *Segurança e Espaço*²⁸⁸. Esta actividade contemplará mais recursos financeiros para a EDTIB e permitirá juntar sinergias entre a investigação de defesa, de segurança e civil.

A Comissão, ao mover-se nesta direcção, deve actuar em conjunção com a Agência Europeia de Defesa para evitar duplicações desnecessárias e a dispersão de recursos nacionais e Europeus.

O orçamento completo do 7PQ foi aprovado pelo Conselho da União Europeia em 24 de Julho de 2006²⁸⁹, com um valor total para a Comunidade Europeia de 50.521 M€ Para a rubrica da Segurança foram aprovados 1.350 M€

A Comissão previa lançar o 7PQ em finais de 2006, e o primeiro período para submissão de propostas arrancaria no início de 2007. O *Programa de Investigação de Segurança Europeu* (ESRP)²⁹⁰, financiado pela Comunidade, assegura um envolvimento de todos os Estados – membros, e deve ser lançado o mais cedo possível, durante o ano de 2007.

Os objectivos deste programa ESRP são: desenvolver as tecnologias e o conhecimento para construir as capacidades necessárias de modo a assegurar a segurança dos cidadãos de ameaças como o terrorismo, desastres naturais e crime, respeitando os direitos humanos fundamentais e a privacidade; assegurar o uso concertado e óptimo das tecnologias disponíveis para o benefício da segurança civil europeia; estimular a cooperação entre fornecedores e utilizadores de soluções de segurança civil; melhorar a competitividade da Indústria de Segurança Europeia e fornecer resultados da investigação

²⁸⁸ Apresentado na proposta de emenda para decisão do Parlamento Europeu e do Conselho, relativamente ao 7º Programa Quadro para a investigação, desenvolvimento tecnológico e demonstração de actividades (2007-2013) – COM (2006) 364 de 28.6.2006 – p 39-43. Disponível no site: ftp://ftp.cordis.europa.eu/pub/fp7/docs/ec_fp7_amended_en.pdf#page=39

²⁸⁹ Disponível nos sites: <<http://cordis.europa.eu/fp7/budget.htm>> e <http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressdata/pt/intm/90756.pdf> p-8

²⁹⁰ O ESRP resultou do trabalho de um grupo de personalidades representando os utilizadores, a indústria e as organizações de investigação, criado pela Comissão Europeia nos finais de 2004, e chamado : “European Security Research Advisory Board”. Este trabalho teve em consideração a EDA, a cooperação e as sinergias que podem resultar na investigação de segurança da Comunidade e o trabalho desenvolvido pela EDA. Esta informação foi obtida do documento da Comissão COM (2004) 590 final, de 7 Setembro de 2004, designado por “*Security Research: the next steps*”, disponível em: http://europa.eu/lex/en/com/cnc/2004/com2004_0590en01.pdf



para reduzir o fosso na segurança, assegurando ao mesmo tempo transparência e contabilidade.

A investigação de segurança ao nível da Comunidade manterá exclusivamente uma orientação civil, focada em actividades de claro valor acrescentado ao nível nacional. Reconhecendo que há áreas de tecnologia de “duplo uso”, será necessária uma coordenação com as actividades da EDA para que seja assegurada a complementaridade.

A investigação de segurança deve dar ênfase às capacidades da União no que toca a vigilância, distribuição de informação e conhecimento das ameaças e incidentes, assim como a sistemas que permitam uma melhor avaliação e controlo das situações através de um uso optimizado de sistemas ICT comuns, no campo das diferentes operações. A Investigação deve ser organizada para contribuir para um mercado de defesa comum na Europa.

As quatro áreas de actividades propostas para este programa no âmbito da investigação de segurança são: Protecção contra o terrorismo e o crime; Segurança das infra-estruturas e bens; Informações (intelligence), vigilância e segurança de fronteiras; e Restabelecimento da segurança e protecção em caso de crise.

As quatro áreas referidas serão suportadas pelos seguintes temas: Interoperabilidade, interligação e integração de sistemas de segurança; Segurança e sociedade; e Estruturação e coordenação da investigação de segurança.²⁹¹

A participação de Portugal neste programa ESRP dependerá das parcerias que as indústrias, as universidades e os organismos de investigação nacionais conseguirem formalizar para apresentarem propostas credíveis durante este ano.

²⁹¹ Informação obtida da proposta para o 7º Programa Quadro da Comissão Europeia a realizar entre 2007 e 2013.

Informação disponível no site: ftp://ftp.cordis.europa.eu/pub/fp7/docs/ec_fp7_amended_en.pdf#page=39

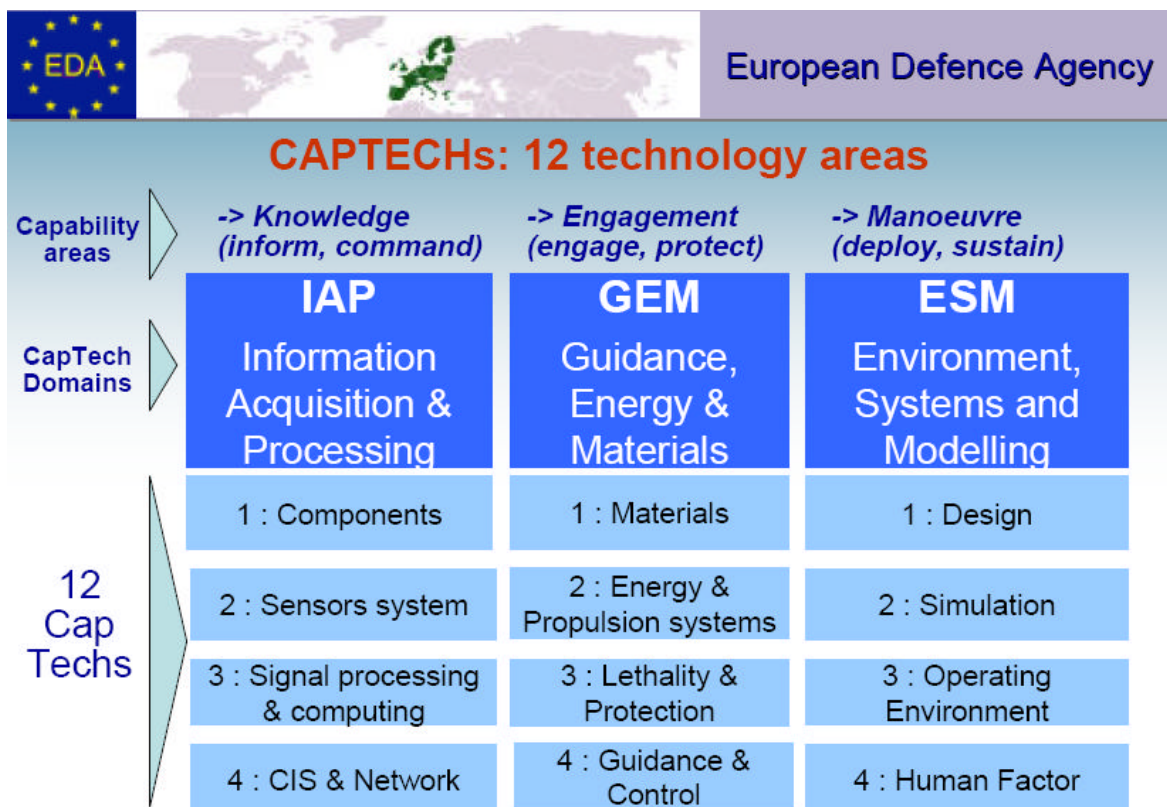
ANEXO M

CAPTECHs

Uma CAPTECH é ao mesmo tempo:

- uma **Área Tecnológica** focada num domínio militar particular e nas tecnologias associadas;
- uma **Rede de Peritos** desenhada a partir dos Estados-membros, Indústria, Institutos de Investigação, Instituições Académicas e Agências (Internacionais, Europeias e Nacionais).

Estão criadas **12 CATECHs (Áreas Tecnológicas)**, agrupadas em 3 grandes grupos de reflexão dos maiores domínios das capacidades.

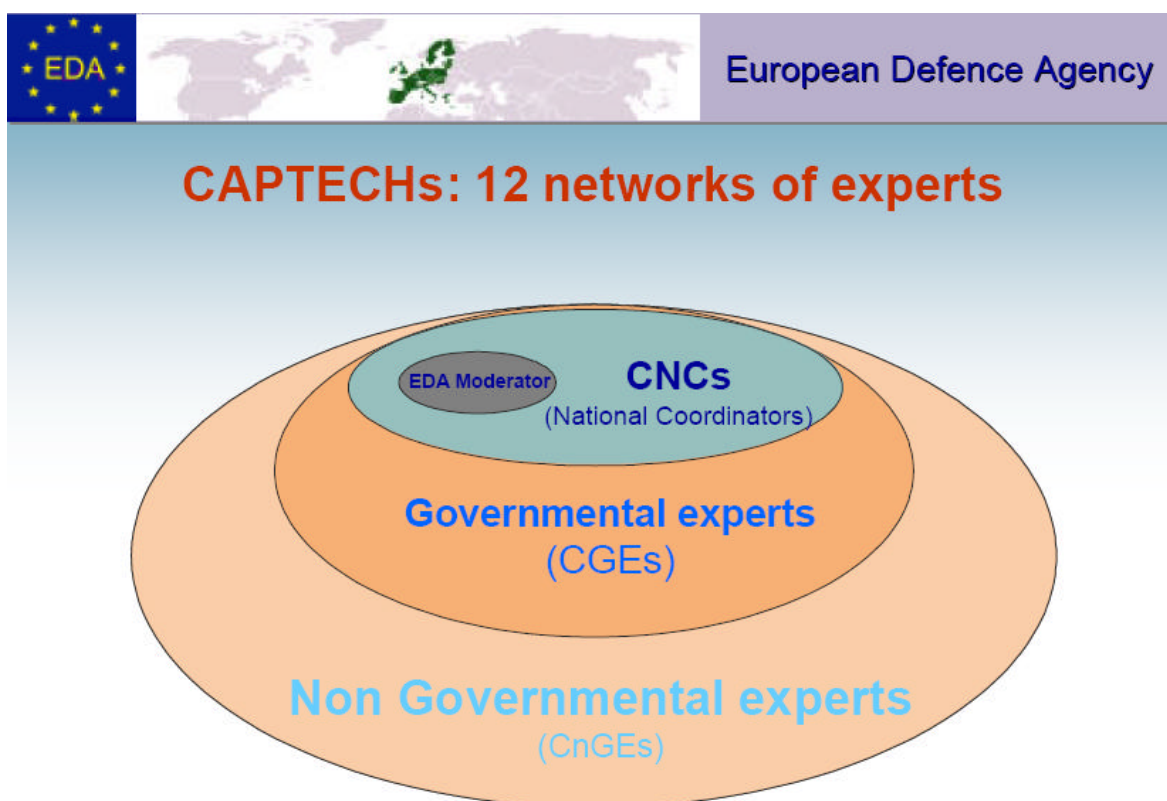




Estão criadas **12 Redes de Peritos das CAPTECHs** formadas da seguinte forma:

CM - CAPTECHs Moderator - EDA;
CNC - CAPTECHs Nacional Coordinator;
CGE - CAPTECHs Government Expert;
CNGE - CAPTECHs National Government Expert.

Portugal só tem um CNC na CAPTECH de Simulação – Ten Gen Bispo.





ANEXO N

EMPRESAS DO GRUPO EMPORDEF

Em 1996, no âmbito do MDN e pelo DL nº 235-B/96 de 12 de Dezembro, foi criada a EMPORDEF²⁹² – Empresa Portuguesa de Defesa (SGPS) S.A., uma “*holding*” das participações sociais detidas pelo Estado nas empresas ligadas à defesa, constituída como centro de decisão estratégica da indústria de defesa e gestora das empresas participadas em termos de “racionalidade empresarial”, no respeito pelas orientações estratégicas aprovadas pela tutela.

Uma das razões que fundamentou esta decisão foi o facto da OGMA e do grupo INDEP terem apresentado, em 1995, prejuízos superiores a 4.100 Milhões de Escudos (20,5 M€), situação que se previa manter com o recurso sistemático ao Orçamento de Estado. Este esforço financeiro, a diversidade e complexidade dos problemas e a profundidade das acções necessárias conduziram à criação desta *holding* coordenada pelos Ministérios da Defesa Nacional, das Finanças e da Economia.

Outra razão para esta reestruturação inclui as profundas alterações que o sector da defesa atravessava a nível internacional, nomeadamente na área geográfica da NATO, em consequência da redução generalizada dos orçamentos de defesa.

Esta sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, composta pelas participações do Estado no sector da defesa, tornou-se o “(...) *centro de decisão estratégico da indústria de defesa* (...)”. Ficou, desde então, responsável pela elaboração e execução do Plano de Desenvolvimento do sector, nomeadamente no que respeita às participações em novas sociedades, ou alienação das participações existentes, às orientações referentes à Investigação e Desenvolvimento (I&D), às alianças estratégicas ou mesmo ao acompanhamento das negociações de aquisição de material de defesa, de modo a melhor definir a política de contrapartidas, bem como a coordenação da cooperação com os PALOP na área empresarial.

Actualmente, fazem parte desta holding as empresas OGMA, ETI, IDD, ENVC, EID e EDISOFT. As quatro primeiras pertencem ao ramo industrial e as restantes ao ramo tecnológico. Pela resolução do Conselho de Ministros nº 76/2004 de 19 de Junho, foi aprovada a alienação de um lote indivisível de acções, representativas de um mínimo de

²⁹² Informação disponível no site: <http://www.empordef.pt/>



35% a um máximo de 65% do capital social da OGMA, Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A., a maior das cinco empresas. Em 17 de Fevereiro de 2005, após decisão favorável da Autoridade da Concorrência, a Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica, S.A. e a EADS – European Aeronautic Defense and Space Company, através da sociedade veículo Airholding, SGPS, S.A., adquiriram, com a EMPORDEF, o controlo conjunto da OGMA – Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A.. A Airholding ficou com 65% das acções (das quais 70% pertencem à Embraer e 30% à EADS) e 35% à EMPORDEF que pertencem a 100% ao Estado Português.

Actualmente, a OGMA possui capacidade de manutenção, reparação e “overhaul” das aeronaves militares C-130, P-3, Alphajet, C-212 Aviocar, Falcon 50, Épsilon, Chipmunk, SA 330 Puma, Alouette II e III e limitada no F-16. Com a administração da Embraer, a capacidade aeronáutica da OGMA passou a ser aplicada a aeronaves comerciais e executivas construídas no Brasil. Ainda neste âmbito, a OGMA tem uma grande capacidade de fabricação de estruturas aeronáuticas e de reparação de equipamentos aviónicos, motores e de outros componentes. A curto prazo, a OGMA pretende vir a alargar estas actividades à manutenção das aeronaves EH-101 e C-295, recentemente adquiridas pelo Governo Português.

Outra empresa deste grupo é a EDISOFT, que adquiriu uma sólida reputação na indústria das tecnologias da informação, de aplicação civil e militar, desenvolvendo soluções flexíveis de engenharia de software, integração de sistemas e consultadoria tecnológica. Esta empresa tem cooperado em projectos e programas de I&D internacionais da UE, da ESA e outros.

Com o capital repartido pela EMPORDEF (30%), NAV (30%), Thales Nederland (30%) e outros (10%), a Edisoft é uma empresa especializada no fornecimento de serviços nas áreas de engenharia de sistemas e de ‘software’. Faz consultoria nas áreas de tecnologias de informação. Entre os seus clientes, contam-se a Marinha Portuguesa, a Alcatel, a ANA, o CTT e a Turbomeca.

A ETI – EMPORDEF Tecnologias de Informação é detida pela EMPORDEF a 100 por cento. Fundada em 2004, actua em projectos de concepção e desenvolvimento de simuladores, sistemas de treino assistido por computador e ‘software’ de teste em aviões. Tem como clientes a Força Aérea Portuguesa, o Ministério da Defesa Nacional e a Força Aérea Belga. Desenvolveu um simulador para o F-16.

A EID – Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica, fundada em 1983, é participada pela EMPORDEF (31,8%), Rhode & Schwarz (27,3%), Efacec



(25,1%), Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial (4,5%) e outros (11,3%). Actua na fabricação, teste e instalação de sistemas de comunicações.

A IDD – Indústria de Desmilitarização e Defesa é controlada na sua totalidade pela EMPORDEF. Fundada em 1998, centra a sua acção na desmilitarização de munições convencionais. Por isso, desmilitariza munições de artilharia, morteiro, armas ligeiras, granadas de mão, bombas, torpedos, minas, mísseis e explosivos. São dela clientes o Ministério da Defesa e várias empresas do mercado civil.

Os ENVC - Estaleiros Navais de Viana do Castelo, são detidos a 100 por cento pela Empordef. Fundados em 1944, actuam na construção, conversão e reparação de navios civis e militares. No âmbito dos contratos com a Marinha Portuguesa está em curso a construção de dois navios de patrulha oceânica (NPO) e em projecto mais dois navios de combate à poluição (NCP). Até 2014 os ENVC vão ainda construir mais seis Navios de Patrulha Oceânica (NPO), cinco Lanchas de Fiscalização Costeira (LFC) e um Navio Polivalente Logístico (NPL)²⁹³. Entre os clientes estão também a Alemanha, EUA, França, Finlândia e a Noruega, entre outros.

²⁹³ Informação disponível no site: <http://www.envc.pt/>

ANEXO O

Estratégia de Lisboa

Na prossecução do objectivo europeu da criação de um espaço competitivo à escala global, sem pôr em causa a coesão social e a sustentabilidade ambiental, Portugal apostou, na sua Presidência da União Europeia em 2000, na concepção duma resposta moderna a este objectivo, que se tornou conhecida e reconhecida internacionalmente como *Estratégia de Lisboa*²⁹⁴. É uma aposta no conhecimento e na inovação enquanto factores de competitividade, coesão e emprego. Seis anos depois, essa estratégia mantém intacta a sua actualidade e oportunidade.

Entretanto, em Março de 2005, o *Conselho Europeu da Primavera* relançou a *Estratégia de Lisboa* focalizando-a nos objectivos do Crescimento e do Emprego, procurando promover a competitividade, a coesão e o desenvolvimento sustentável através da solidez das contas públicas, da qualificação e da inovação. Assim, cada País da União Europeia comprometeu-se a elaborar e executar um Programa Nacional de Reformas para o horizonte 2005/2008, tendo em conta as 24 directrizes comuns de referência (*Lisbon Guidelines*)²⁹⁵.

Em Portugal foi criado, para este fim, o *Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego - PNACE 2005/2008*²⁹⁶. O objectivo deste programa é “posicionar Portugal de novo na primeira linha do desenho dum futuro melhor”, reforçando a sua credibilidade, confiança, competitividade e coesão á escala europeia e global.

Das 24 directrizes das “*Lisbon Guidelines*” são de salientar, no âmbito deste trabalho, e no capítulo das orientações microeconómicas, as quatro seguintes: *reforçar e melhorar o investimento em I&D, especialmente por parte das empresas privadas; facilitar todas as formas de inovação; reforçar as vantagens competitivas da base industrial europeia; promover uma maior cultura empresarial e criar um ambiente favorável às PME*. O Gabinete do Coordenador Nacional da Estratégia de Lisboa, na dependência da Presidência do Conselho de Ministros, divulgou orientações integradas

²⁹⁴ Informação disponível no site:

<http://www.estrategiadelisboa.pt/InnerPage.aspx?idCat=337&idMasterCat=334&idLang=1&site=estrategiadelisboa>

²⁹⁵ Estas 24 “*Lisbon Guidelines*” estão disponíveis no documento referido no ponto anterior.

²⁹⁶ Informação disponível no site: http://ec.europa.eu/growthandjobs/pdf/nrp/PT_nrp_pt.pdf



para o crescimento e Emprego (2005-2008)²⁹⁷, abordando cada uma destas quatro orientações.

No âmbito da indústria nacional orientada para produtos de defesa, reconhece-se que a sua modernização passa pela necessidade de assumir os desafios da competitividade e de promover a modernização do tecido empresarial. A aplicação em Portugal das prioridades da Estratégia de Lisboa está a ser conseguida pelo Governo através do Plano Tecnológico²⁹⁸, que, em relação às empresas, promove o seu desenvolvimento, modernização, e competitividade suportado em três eixos: conhecimento, tecnologia e inovação.

Podemos afirmar que os problemas que enfrentam as nossas indústrias de defesa exigem reformas e mudanças que passam pela dinamização do investimento, pelo estímulo ao *empreendedorismo*, pelo estabelecimento de parcerias com os principais grupos industriais europeus, pela criação de *clusters* de excelência tecnológica e pela melhoria da competitividade externa no acesso a mercados.

Nesta área do acesso a mercados onde possam ser colocados os nossos produtos ou serviços, em particular na área da defesa, é fundamental uma melhor utilização da informação disponível nas embaixadas portuguesas, nomeadamente a nível dos Adidos de Defesa nacionais, pelo acesso a informações privilegiadas dos mercados de defesa dos países onde se encontram. Estas informações, centralizadas no MDN/DGAED, poderiam assim ser atempadamente difundidas às Associações EMPORDEF e DANOTEC, e destas aos seus associados. Considera-se que a melhoria deste canal de informação seria uma mais valia importante para a dinamização da indústria nacional, à semelhança do que já acontece com alguns países europeus. A CPLP poderá também ser vista como outro excelente fórum de obtenção de informações mobilizadoras da indústria nacional, em particular da de defesa. Na UE, a EDA é outra entidade privilegiada na obtenção e difusão deste género de informação, para o qual tem contribuído o seu EBB- Electronic Bulletin Board.

As áreas das Tecnologias de Informação e Aeroespacial, entre outras, possibilitariam a colocação das empresas portuguesas em posições superiores na cadeia de valor internacional, alargando a sua base exportadora.

²⁹⁷ Informação disponível no site: http://www.planotecnologico.pt/document/guidelines_pt.pdf (acedido em 22 Dez 06)

²⁹⁸ Pode ser encontrado no site: <http://www.planotecnologico.pt/document/OPlanoTecnologico.pdf>



Há necessidade de uma melhor orientação da exploração das oportunidades decorrentes das Contrapartidas de aquisições públicas, orientando-as para a integração das empresas nacionais em consórcios e cadeias de valor internacionais, facilitando o aumento do nível de incorporação tecnológica e de inovação.

Não pretendo alongar-me mais sobre a Estratégia de Lisboa, passaria muito rapidamente a identificar algumas das suas medidas com directa aplicação na indústria de defesa. Assim, no âmbito da medida 39 - *Programa de Parcerias Empresariais* - é mais uma vez apresentada a necessidade de “*Desenvolvimento do Cluster Aeronáutico*” (2005-2008), que passa pela definição de um plano estratégico para o desenvolvimento da Indústria Aeronáutica em Portugal envolvendo projectos de contrapartidas neste domínio.

Portugal não pode andar à deriva quanto a este assunto: ou opta pela excelência num, ou mais domínios, da concepção e produção aeronáutica, e para isso tem que se envolver de raiz nos projectos europeus nesses domínios, (como no caso do A-400M), ou permitir-se-á andar ao sabor das vontades políticas e dos grupos de pressão que se formam em seu redor. Os custos e os tempos envolvidos na criação de um *cluster* neste domínio são de tal modo significativos, que não se compadecem com as alterações estratégicas que os Governos introduzem sempre que a sua cor política muda. Estes investimentos nacionais devem ser acompanhado de pactos de regime, assinados entre os partidos com maior expressão parlamentar, evitando-se assim as habituais mudanças de estratégia que sucedem a ascensão de um novo governo.

Os industriais precisam de assegurar que os seus investimentos têm e continuarão a ter apoio político, ou o risco do seu investimento será demasiado elevado para ser suportado sem outros patrocínios. Recorde-se que, no programa A-400M, a indústria portuguesa participaria com trabalho, engenharia e produção no mesmo montante que o país despenderia na aquisição das três aeronaves previstas; assim, o país não gastava dinheiro com a compra das aeronaves, mas indirectamente investia essa quantia na sua própria indústria.

Uma outra medida é a 40 – *Contrapartidas de aquisições públicas* (2005-2010), que está relacionada com a LPM.



ANEXO P

A LPM, os Processos de Aquisição e as Contrapartidas

1 A LPM

Apesar de já terem sido publicadas e executadas várias Leis de Programação Militar, a sua execução tem sido muito inferior ao previsto e a programação temporal sistematicamente alterada.

De acordo com o Orçamento do Estado para 2007, *“a despesa total consolidada do Ministério da Defesa Nacional para 2007 ascende a 2.046,6 M€, o que representa cerca de 3,7% do total da Administração Central e 1,3% do PIB²⁹⁹, e o orçamento previsto para a LPM em 2007 é de 311,6 M€, traduzindo um aumento de 73% em relação ao de 2006 (179,9 milhões de euros).”* Todavia, se as cativações (50%) vierem a ocorrer, teremos uma redução da despesa da LPM em 2007 em cerca de 50 M€

Para a nova LPM, é indispensável que, desta vez, o cumprimento da programação seja mais rigoroso. A única forma de dar garantias à indústria nacional, em relação a alguns programas, passa pela instituição de contratos de promessa de aquisição e de desenvolvimento/produção plurianuais.

A actual LPM identifica um conjunto de programas e de capacidades conjuntas que, por si só, permitem conferir ao Sistema de Forças maior coerência e equilíbrio, criando condições de racionalização, interoperabilidade, flexibilidade e mobilidade, características pouco presentes no actual sistema de forças.

As medidas inscritas em sede de LPM e que requerem a acção do OSC do MDN estão relacionadas com as seguintes áreas: Modernização da Base Industrial e Tecnológica da Defesa (I&D e Modernização da Base Industrial); Capacidades Conjuntas (Capacidades de Projectão e Protecção de Forças, Capacidade Logística, Helicópteros, Armamento ligeiro, Rádio 525, Viaturas Tácticas Ligeiras Blindadas de Rodas); Sistemas de Informação de Gestão; Sistema de “*Procurement*” e Alienação de Equipamento.

No nosso país, e no âmbito do MDN, a DGAED é, em coordenação com os Ramos, o organismo responsável pelas actividades relativas à aquisição dos novos sistemas de

²⁹⁹ Orçamento do Estado para 2007 – Relatório. Ministério das Finanças e da Administração Pública – Outubro de 2006. Disponível no site: <http://dgo.oni.pt/OE2007/Proposta/rel-2007.pdf> Pág 179 , parágrafo IV.6.2 Orçamento e Quadro IV.6.1 Despesa Total Consolidada.



armas necessários ao reequipamento das Forças Armadas. O processo de aquisição destes sistemas está regulamentado nos Decretos-Lei 33/99³⁰⁰ e 197/99³⁰¹, que definem, no seu conjunto, o regime jurídico de realização de despesas públicas e as excepções aplicáveis.

Salienta-se que esta lei está alinhada com a Estratégia de Lisboa (EL), com o Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego (PNACE), com o Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) e com o Plano Tecnológico (PT).

2. Processos de Aquisição

De uma forma geral, os processos de aquisição dividem-se entre o ajuste directo, o concurso público (com ou sem a selecção de propostas para negociação) e os modelos cooperativos de aquisição.

Os dois primeiros processos passam pela aquisição directa a um fornecedor, que já possui o meio ou a capacidade para o desenvolver, normalmente efectuada através de um concurso público em que se insere um contrato de contrapartidas (*offsets*) industriais.

Os modelos cooperativos de aquisição passam pela parceria em consórcio, iniciando-se na fase de definição de especificações e terminando quando o produto é abatido.

Estes modelos constituem uma resposta colectiva ao incremento colossal dos custos dos processos de produção, centrados, em grande parte, nos custos de investigação e desenvolvimento, e envolvendo todo o ciclo de vida do produto, num mercado global extremamente competitivo e exigente em qualidade e fiabilidade.

Os benefícios mais evidentes que podem resultar de um processo de aquisição cooperativa são os seguintes: partilha financeira do investimento e do risco, desenvolvimento da base industrial e das tecnologias de defesa; criação de economias de escala geradas pelo programa; “*royalties*” resultantes da comercialização, no mercado mundial, dos produtos resultantes do projecto cooperativo e o “*work share*”³⁰² que resulta do acordo. Segundo este, normalmente, cada país poderá beneficiar de um volume de

³⁰⁰ Decreto-Lei 33/99 de 5 de Fevereiro (Regime jurídico da celebração de contratos relativos a armas, munições e outro material de guerra, referidos na alínea 223 do Tratado de Roma de 1957).

³⁰¹ Decreto-Lei 197/99, de 8 de Junho (Regime Jurídico de realização de despesas públicas com locação e aquisição de bens e serviços bem como da contratação pública relativa à locação e aquisição de bens móveis e de serviços).

³⁰² Por “*Work Share*” pretendemos identificar a parte da produção industrial atribuída a cada cooperante com base na sua quota de participação financeira no projecto.



trabalho para as suas indústrias, que corresponde ao esforço financeiro da sua participação e que significa na prática trabalho e emprego para o país.

Na medida em que estes projectos determinam claros benefícios para a economia do país e para o tecido industrial e científico nacionais, a sua exploração e aproveitamento deveria envolver todos os sectores da economia. Considerando que a EDA incrementará os projectos cooperativos entre os Estados-Membros, prevê-se que, a médio prazo, a LPM seja mais um fundo de desenvolvimento económico, permitindo uma melhor rentabilização e integração dos investimentos.

Esta é uma das fortes razões que deve ponderar nos processos decisão associados ao desenvolvimento e aquisição das capacidades de defesa, para os quais a EDA passou a ter um papel de extrema importância.

3. Contrapartidas

A CPC é um órgão colegial de natureza executiva e integra-se no Ministério da Economia e Inovação (MEI), sem prejuízo da competência conjunta do MEI e do MDN. É apoiada por um Gabinete Técnico, dotado de 10 elementos em regime de tempo integral. Junto da CPC e presidido pelo seu Presidente funciona um Conselho Consultivo (CC) formado por representantes de várias entidades³⁰³.

O novo Estatuto da CPC, estabelecido pelo Decreto-Lei 153/2006³⁰⁴, consagra como sua missão definir e implementar a política nacional em matéria de contrapartidas e programas de cooperação industrial, bem como estudar, promover, avaliar e acompanhar a execução e fiscalização dos mesmos processos, a desenvolver no âmbito de programas de aquisição de equipamentos e sistemas de defesa.

No entanto, levantam-se algumas questões: Será que a estrutura da CPC, podendo atingir 50 elementos³⁰⁵, não se transformará num processo demasiado burocrático? Quais os custos envolvidos e quem os vai suportar? Será a liderança MEI e MDN susceptível de gerar confusão? E tudo isto num momento em que a consolidação da EDA, associada à constituição do EDEM e da EDTIB e à aceitação pelos Ministérios da Defesa dos países europeus de um Código de Conduta para as aquisições vão, no futuro, pôr em causa as contrapartidas.

³⁰³ DGAED, Marinha, Exército, Força Aérea, EMPORDEF, IAPMEI, ICEP, API, DGE, INETI, AIP, AEP, FCT e DGT.

³⁰⁴ Estatuto da Comissão Permanente de Contrapartidas (CPC) - Decreto-Lei 153/2006, de 07 de Agosto.

³⁰⁵ Órgão superior de Gestão: 5 elementos. Gabinete Técnico: 10 membros permanentes. Grupos técnicos de apoio: 4 elementos. Se considerarmos cinco grandes contratos neste momento teremos 20 técnicos. O Conselho Consultivo tem 15 membros. No total somam-se 50 elementos.



O Regime Jurídico das Contrapartidas define que o valor global das contrapartidas, inerente a qualquer processo de aquisição de valor igual ou superior a 10 M€, não pode ser inferior a 100 % do valor da aquisição, devendo as mesmas ser cumpridas num prazo não superior ao do pagamento total da aquisição. Espera-se que esta nova legislação venha contribuir para um melhor cumprimento das contrapartidas, ajudando os empresários envolvidos a alterar a sua posição sobre todo este processo.

Neste âmbito, é do conhecimento público um conjunto de críticas desfavoráveis feitas ao programa de contrapartidas dos submarinos, por não terem ainda sido cumpridas ou por terem sido valorizadas de forma exagerada. De facto, o impacto que estas contrapartidas têm sobre a economia portuguesa parece ser inferior à valorização que lhes foi dada. As primeiras entidades a lucrar com esta situação são, normalmente, o adjudicatário e as empresas intermédias, como é o caso de algumas empresas especializadas na gestão de contrapartidas.

Como a aquisição é da responsabilidade do MDN e as contrapartidas interessam principalmente à indústria, logo, ao Ministério da Economia (ainda que a Indústria de Defesa do Estado seja tutelada pelo MDN), pode aqui surgir o primeiro ponto de fricção. Seria desejável que o contrato de aquisição e o contrato de contrapartidas fossem negociados em conjunto e pela mesma entidade.

Para evitar que estas situações se repitam, e de acordo com a política que a DGAED está a seguir, Portugal tem que participar proactivamente no desenvolvimento de equipamentos ao nível da EDA. Convém não esquecer que a criação do Mercado Europeu de Equipamento de Defesa no âmbito das actividades da EDA poderá por um fim à exigência de contrapartidas obrigatórias

Os projectos de contrapartidas podem ser agrupados nas seguintes categorias:

- a) Investimento directo estrangeiro;
- b) Transferência de tecnologia, visando aumentar a capacidade competitiva das empresas portuguesas;
- c) Parcerias, visando inserir as empresas portuguesas, de modo sustentável, no mercado global;
- d) Parcerias, com continuidade, utilizando capacidades das empresas e outras entidades nacionais, nomeadamente em I&D;
- e) Exportações e outras aquisições de bens e serviços a empresas nacionais;
- f) Fornecimento de bens e prestações de serviços a empresas nacionais.